

CRISTINA BARCARO FERRAZZA

**A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FACE A LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação
em Direito da Universidade Federal de Santa
Catarina, Turma Especial em convênio com o
Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo, RS,
sob a orientação da Prof^a Dr^a Josiane Rose Petry
Veronese.

FLORIANÓPOLIS

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO


DISSERTAÇÃO A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FACE A
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Elaborada por CRISTINA BARCARO FERRAZZA

e aprovada por todos os membros da banca examinadora, sendo julgada adequada para a
obtenção do título de MESTRE EM DIREITO

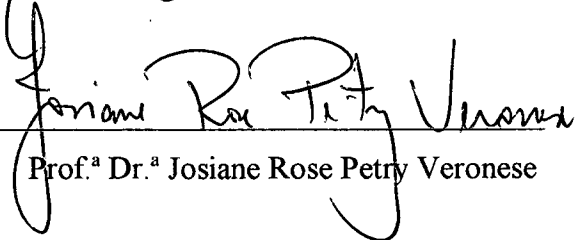
Florianópolis, 12 de dezembro de 2001.

BANCA EXAMINADORA:

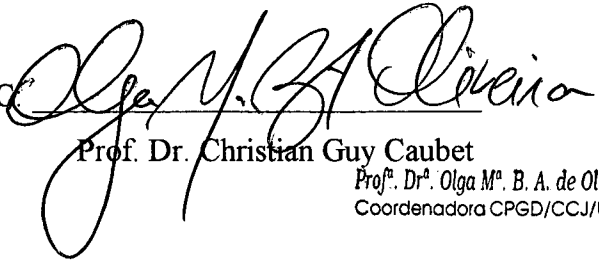

Prof.ª Dr.ª Josiane Rose Petry Veronese - Presidente

Prof.ª Dr.ª Marli de Palma Souza - Membro


Prof. Dr. José Machado Corrêa - Membro

Professora Orientadora: 
Prof.ª Dr.ª Josiane Rose Petry Veronese

Coordenador da Turma Especial de Santo Ângelo: _____
Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Coordenador do CPGD/CCJ/UFSC: 
Prof. Dr. Christian Guy Caubet
Prof.ª Dr.ª Olga M.ª B. A. de Oliveira
Coordenadora CPGD/CCJ/UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao dar publicidade a este trabalho, não poderia deixar de expressar aqui, alguns agradecimentos às pessoas que tornaram possível a sua realização. Portanto, sou profundamente grata:

Ao meu marido Regel, companheiro e eterno incentivador, colega de Mestrado, pelo apoio incondicional ao longo desta caminhada.

Ao Lorenzo, meu filho querido, perdão pela minha ausência na busca do conhecimento.

À Josi pela colaboração indispensável.

Ao meu pai pelo incentivo na realização do Mestrado e pelo exemplo de luta e dedicação.

A minha mãe, pela compreensão e pela sua credibilidade na minha capacidade.

As minhas irmãs, pela amizade e incentivo constante.

Ao Rogério e demais colegas de escritório, pelo apoio, a minha gratidão.

À professora Dra. Josiane Rose Petry Veronese, minha orientadora, pela disponibilidade, vocação acadêmica e precioso conhecimento, sem os quais não seria possível esta dissertação, o meu carinho e admiração.

Ao coordenador do curso, professor Dr. Antônio Carlos Wolkmer e demais professores, pela atenção e dedicação à plena realização do Mestrado.

Aos colegas do curso de Mestrado, pela amizade e momentos de aprendizado.

Ao IESA e seus funcionários, pela oportunidade da realização do Mestrado no interior e pelo apoio financeiro.

À Tânia Nonemacher pela versão em espanhol do resumo e Carmen Marasca pela revisão.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
RESUMEN.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I – A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. 4

1.1. A EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	4
1.1.1. CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	4
1.2. FATORES E ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS QUE LEVAM À EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	8
1.3. AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	14
1.3.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	14
1.3.1.1. O INCESTO.....	16
1.3.2. A EXPLORAÇÃO COMERCIAL.....	25
1.3.2.1. SEXO TURISMO.....	26
1.3.2.2. PORNOGRAFIA.....	29
1.3.2.3. PEDOFILIA	35

CAPÍTULO II – A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... 42

2.1. O ATUAL CÓDIGO PENAL E OS TIPOS PENAIS QUE TRATAM DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	42
2.1.1. ESTUPRO.....	42
2.1.1.2. A VIOLÊNCIA NO CRIME DE ESTUPRO	45
2.1.2. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR.....	48
2.1.3. SEDUÇÃO.....	53
2.1.4. CORRUPÇÃO DE MENORES.....	58
2.1.5. LENOCÍNIO E TRÁFICO DE MULHERES	63
2.1.5.1. MEDIAÇÃO PARA SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM.....	64
2.1.5.2. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO.....	67
2.1.5.3. CASA DE PROSTITUIÇÃO.....	68
2.1.5.4. RUFIANISMO	71

2.1.5.5. TRÁFICO DE MULHERES.....	73
2.1.5.6. CONSIDERAÇÕES GERAIS DO LENOCÍNIO E TRÁFICO DE MULHERES.	75
2.2. OS CRIMES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	79
2.2.1. UTILIZAÇÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU PORNOGRÁFICA.....	80
2.2.2. PUBLICAÇÃO DE FOTO OU DE CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU PORNOGRÁFICA.....	84
2.2.3. PEDOFILIA.....	85
2.3. A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA FRENTE À EXPLORAÇÃO SEXUAL	86

CAPÍTULO III – A EXPLORAÇÃO SEXUAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS 91

3.1. ESTATÍSTICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	94
3.2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	99
3.3. A SOCIEDADE FRENTE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	112
3.3.1. ABRAPIA.....	115
3.3.1.1. SOS-CRIANÇA	116
3.3.1.2. SISTEMA NACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL.....	116
3.3.1.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO.....	117
3.3.1.4. COMUNICANDO O DIREITO.....	117
3.3.2. UNICEF.....	117
3.3.2.1. CAMPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	118
3.3.3. CEARAS.....	119
3.3.4. CRAMI	119
3.3.5. CECRIA.....	121
3.3.6. CAMPANHA NACIONAL PELO FIM DA EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA E DO TURISMO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	123

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 130

RESUMO

O trabalho em questão enfoca como temática central a exploração sexual infanto-juvenil, e visa a responder o seguinte problema: a legislação brasileira, no tema da exploração sexual infanto-juvenil, tem-se caracterizado como suficiente no combate a tal exploração? Além disso se busca estudar como se têm constituído as políticas públicas nessa área. Partimos da hipótese de que a legislação brasileira não está coibindo a exploração sexual infanto-juvenil. Existe o trabalho das entidades governamentais e não governamentais com o fim de auxiliar no combate dessa exploração. A pesquisa apresenta o conceito da exploração sexual, bem como os fatores responsáveis por essa exploração, tais como culturais, sociais e econômicos. Por último, aborda as formas de exploração sexual que compreende a doméstica e a comercial. Trata dos tipos penais do atual Código Penal e dos crimes descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente referentes à exploração sexual infanto-juvenil. Além disso, examina a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, um dos instrumentos importantes no combate à exploração sexual e que busca proteger os direitos da criança e do adolescente. Discute-se a questão da exploração sexual e as políticas públicas. Primeiramente, se expõe o panorama geral da exploração sexual infanto-juvenil através das estatísticas e em seguida se realiza um estudo sobre a Ação Civil Pública que se constitui numa alternativa para eliminar a exploração sexual. Por último, se examinam as ações praticadas pelas organizações governamentais e não governamentais na luta pelo fim da exploração sexual. Portanto, apesar de existirem dispositivos penais proibindo a exploração sexual, não houve um tratamento devido a essa questão. No combate ao problema, existe o trabalho realizado pelas organizações governamentais e não governamentais, porém é fundamental que se realize através de uma ação conjunta entre a sociedade e o Estado.

RESUMEN

Este trabajo de investigación enfoca como temática central la explotación sexual infanto-juvenil. Pretende estudiar si la legislación brasileña, está caracterizada como suficiente para combatirla y también cómo están constituidas las políticas públicas en esta área. Se tiene como punto de partida la hipótesis de que la legislación brasileña no está cohibiendo la explotación sexual infanto-juvenil. Además, se presenta el trabajo de entidades gubernamentales y no-gubernamentales para auxiliar en el combate a este problema. La investigación presenta el concepto de explotación sexual, bien como los factores responsables por ella, tales como culturales, sociales y económicos. Por último, plantea sobre las formas de explotación sexual que comprende la doméstica y la comercial. Describe los tipos penales del actual Código Penal y los crímenes referidos en el “Estatuto da Criança e do Adolescente” relativos a la explotación sexual infanto-juvenil. Asimismo trata de la Convención Internacional de los Derechos del Niño, uno de los instrumentos que ayuda a contener la explotación sexual y que busca proteger los derechos del niño y del adolescente. Se hace referencia a la cuestión estudiada y a las políticas públicas. Primeramente, se expone el panorama general de la explotación sexual infanto-juvenil a través de las estadísticas, para enseguida realizar un estudio sobre la acción Civil Pública que se constituye en una alternativa para eliminar la explotación sexual. Asimismo trata de las acciones practicadas por las organizaciones gubernamentales y no-gubernamentales, en la lucha por el fin de este tipo de explotación. Por tanto, a pesar de que haya dispositivos penales prohibiendo la explotación sexual, no hubo un debido tratamiento a esta cuestión. Para combatir el problema existe el trabajo de las organizaciones gubernamentales y no-gubernamentales, sin embargo, es fundamental que se realice una acción conjunta entre la sociedad y el Estado.

INTRODUÇÃO

* A presente dissertação tem como tema um assunto atual e muito preocupante: “A Exploração Sexual Infanto-Juvenil”. O tema foi escolhido através da constatação da triste realidade vivida pelas crianças e adolescentes, seres frágeis e em desenvolvimento, os quais deveriam estar estudando ou se divertindo, mas, ao contrário, estão, cada vez mais, sendo explorados sexualmente pelos adultos. Nesta pesquisa, são estudadas as condutas referentes à exploração sexual infanto-juvenil na legislação brasileira, bem como é analisado o grau de participação da sociedade no combate dessa violência. *

A delimitação do tema foi feita no sentido de constatar se a legislação brasileira no que diz respeito à exploração sexual infanto-juvenil tem-se mostrado suficiente no combate a tal exploração e como se tem constituído as políticas públicas nessa área. *

A dissertação apresenta as seguintes hipóteses:

a) A exploração sexual infanto-juvenil provém de fatores culturais, sociais e econômicos, e é praticada de muitas maneiras, como a exploração no lar pelos pais e padrastos, assim como no ramo comercial: sexo-turismo, pornografia, casa de prostituição. *

b) O Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente punem as condutas sobre a exploração sexual infanto-juvenil consideradas crimes. *

c) A constituição de políticas públicas na área da exploração sexual infanto-juvenil pós 13.07.1990. ✓

O objetivo geral da pesquisa baseia-se na análise de como a legislação brasileira tem tratado a exploração sexual infanto-juvenil e na verificação de como atuam as políticas públicas nessa área. Especificamente, a pesquisa procura conceituar a exploração sexual infanto-juvenil, apontando os fatores que levam a ela, principalmente os aspectos

cultural e econômico; apontar as formas da exploração sexual, dentre elas, a violência doméstica demonstrando que a violência sexual tem seu início na maioria dos casos, na própria casa, com os pais, padrastos; estudar os tipos penais no Código Penal e qual a sua eficácia perante a problemática da exploração sexual infanto-juvenil; identificar os crimes referentes à exploração sexual infanto-juvenil no Estatuto da Criança e do Adolescente; analisar o papel das políticas públicas no combate à exploração sexual infanto-juvenil e apontar alternativas que podem mudar o cenário da exploração sexual.

O tema abordado abrange diversos ramos das Ciências Jurídicas e Sociais, sendo difícil ter como base um único embasamento teórico, uma vez que são utilizadas várias disciplinas para a sua composição, tais como a sociologia, psicologia, direito penal e direito da criança e do adolescente, sendo que o método de abordagem utilizado para a elaboração da pesquisa é o indutivo e o método de procedimento, o monográfico.

O trabalho está estruturado em três capítulos seguidos das considerações finais, sendo que o primeiro trata da exploração sexual infanto-juvenil, apresentando o conceito de exploração sexual. Num segundo momento, trata dos fatores que levam à exploração sexual, quais sejam: os culturais, sociais e econômicos e, por último, abordam-se as formas de exploração sexual, ou seja, a doméstica e a comercial.

No segundo capítulo, são analisadas a exploração sexual infanto-juvenil e a legislação brasileira, subdivididas em três tópicos. Primeiramente, enfoca-se os tipos penais que tratam da exploração sexual infanto-juvenil no atual Código Penal. Num segundo momento, analisam-se os crimes de exploração sexual no Estatuto da Criança e do Adolescente e, por último, no terceiro tópico, é abordada a importância da Convenção Internacional no combate à exploração sexual e na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O terceiro capítulo trata da questão da exploração sexual e das políticas públicas, no sentido do conjunto de ações desenvolvidas pelo governo ou sociedade, a fim de diminuir o problema da exploração sexual. Ainda, procura-se mostrar um panorama geral sobre a exploração sexual infanto-juvenil através de estatística dos crimes mais praticados, do

perfil do agressor e da idade das vítimas. Após essa parte, o estudo dá ênfase à Ação Civil Pública, a qual constitui-se num instrumento jurídico valioso que pode ser utilizado para terminar com a exploração sexual, e, finalmente, trata de buscar o trabalho realizado pelas entidades governamentais e não-governamentais que atuam, seja na forma de conscientização, prevenção ou de programas que combatem a exploração sexual infanto-juvenil.

CAPÍTULO I – A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL.

1.1. A EXPLORAÇÃO SEXUAL

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes merece um tratamento especial, uma vez que os mesmos deveriam estar brincando, mas, ao contrário, lutam desde muito cedo pela sobrevivência.

A criança e o adolescente estão em fase de desenvolvimento, necessitando de condições básicas como alimentação, saúde e escola para ter uma vida digna. No momento em que não são atendidas essas condições, surge a utilização do corpo dessas crianças como um meio de satisfação das suas necessidades.

Desta maneira, ocorre a exploração sexual infanto-juvenil, na qual seres frágeis são explorados porque não têm outra opção, senão vender seu próprio corpo.

1.1.1. CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Primeiramente temos um conceito de exploração sexual, conforme AZEVEDO e GUERRA¹ : “A exploração sexual, por sua vez, implica na participação de criança menor de 18 anos em atividades de prostituição e pornografia infantis, isto é, no comércio do sexo”.

Ainda temos o conceito de violência sexual: “é caracterizada por um ato de violência física, contra a liberdade sexual, pois expõe a criança a situações de estímulos psico-emocionais não compatíveis com seu grau de maturidade”.²

¹ AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, Maria Amélia et al (org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.42.

² RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997, p.28.

Portanto, não há o exercício normal da sexualidade humana, ocorrendo uma violação à liberdade e ao respeito.

A Organização Mundial da Saúde – OMS ao referir-se sobre o abuso sexual, assim se manifesta: “a exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela, com finalidade de satisfação sexual desta”.³

Outra definição de abuso sexual, no sentido amplo, é a que a designa como “toda e qualquer ação violadora da liberdade sexual da pessoa humana, ou seja, conduta que interfira na disponibilidade de utilização do corpo, desrespeitando o direito de escolha”.⁴

Segundo SAFFIOTI “a prostituição distingue-se de amor livre, já que consiste na manutenção de relações sexuais e/ou outros atos libidinosos mediante o pagamento”.⁵ De acordo com FERREIRA, a prostituição consiste em “Comércio habitual ou profissional do amor sexual. Profanação, aviltamento”.⁶

A prostituição foi tratada por VELHO como um “comportamento divergente”. Ao comentar esse autor, VAIZ⁷ disse: “para que uma sociedade exista ela estabelece normas, e, para que os indivíduos façam parte dessa sociedade, têm que cumprir essas normas definidas pelo sistema”. Porém, nesse sistema não há igualdade de oportunidades no cumprimento dessas normas, havendo as pessoas excluídas como as meninas da prostituição.

A exploração sexual relativa à mulher adulta é diferente da sofrida pela criança e pelo adolescente, porque aquela teria outras alternativas, enquanto estes não têm condições de optar por serem imaturos. Portanto, como conclui VAIZ⁸ justificando a terminologia “não há meninas prostitutas, mas, sim, meninas prostituídas”.

³ GABEL, Marceline(org). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997, p.11.

⁴ AZEVEDO, M. ^a e GUERRA, V. N. A. Op. cit., p.145.

⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.62.

⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.1405.

⁷ VAIZ, Marlene. Painel nacional sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. In: BONTEMPO, Denise et alii(org). *A exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: Unesco/Cecria, 1995, p.42.

⁸ VAIZ, Marlene, idem, ibidem.

✓ Há distinção entre a prostituição infanto-juvenil e a adulta, porque os adultos falam por si, não precisam de nenhum intermediário para se expressar. A prostituta adulta tem discernimento para decidir o que é bom ou ruim para ela, inclusive, no Brasil existe a Associação Nacional das Prostitutas.⁹

✓ A exploração sexual está próxima do conceito de exploração econômica, pois a sua meta é o lucro. A definição de exploração sexual tem, ainda, o sentido da exploração em que a criança e o adolescente agem com a finalidade de proporcionar prazer a um adulto, esquecendo-se de si, deixando de praticar uma atividade em seu benefício e, muitas vezes, prejudicando também a sua saúde mental.¹⁰

No conceito de exploração, geralmente está presente o de dominação. Para existir a exploração, deve haver o domínio de alguém sobre outro. Isso pode ocorrer na afetividade em razão da dependência emocional que existe.¹¹

Na nossa sociedade, prevalece a cultura em que deve existir a submissão das crianças à autoridade dos adultos e das mulheres à autoridade do homem. Geralmente, o dominador, assim como o explorador, é um adulto homem, pois a dominação e a exploração são semelhantes.

O adulto tem poder sobre a criança, qualquer que seja o seu sexo e ela não depende da retidão da ordem recebida. A criança deve sujeitar-se às ordens dos adultos, sem questionamentos, pois estes têm sempre autoridade, mesmo que não tenham razão. Nesse sentido, preleciona SAFFIOTI¹² que “a sociedade ocidental é androcêntrica e adultocêntrica. A relação de dominação-exploração que se estabelece entre o homem, de um lado, e a mulher e a criança, de outro lado, é de uma relação de poder”.

O poder é basicamente masculino e geralmente a força demonstra virilidade, portanto, a violência é exercida mais pelos homens. É mais difícil encontrar mulheres que

⁹ SAFFIOTI, Heleieth. **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995, p.18.

¹⁰ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia et alii (orgs). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.49.

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth. Exploração sexual de crianças. Op. cit. p.50.

¹² SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração Sexual de Crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia et alii (orgs). **Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.50.

praticuem a violência sexual. Isso decorre de uma série de fatores como a condição subordinada da mulher, pois ela é mais reprimida sexualmente. Também decorre do fato de que, na relação sexual, o homem aborda a mulher, criando-se uma cultura em que a mesma não tem muita iniciativa nessa área. Assim, o homem é mais preparado para ser sexualmente violento.¹³

Enfim, o adulto tem um poder enorme sobre a criança e como disse a autora acima citada, “a criança está na mão do adulto, não existe prostituição infantil sem que haja um adulto responsável. Ou ele é cliente ou é o explorador que se beneficia do ponto de vista econômico com a prostituição dessa criança, ou ele se beneficia de uma outra forma, não economicamente, porque é ele próprio que explora os serviços sexuais dessa criança. Enfim, o problema da prostituição infantil é um problema dos adultos e não da criança”.¹⁴

As crianças não têm condições de saber o que é melhor para elas, por isso necessitam de alguém que as proteja. Então, somente o adulto pode terminar com a exploração das crianças. Não se pode esperar que elas tomem providências a respeito.

No que se refere à violência sexual, para o agressor não há limite de idade nem tipo de beleza, pois na “ideologia machista” o homem tem poderes podendo até estuprar sua esposa, quando esta não quer se relacionar sexualmente e também quanto à adolescente, à menina e ao bebê.¹⁵

Segundo SAFFIOTI¹⁶ :

“O poder do macho o induz a ser violento e mais violência é necessária para preservar este poder sempre que ele sofrer qualquer ameaça. Não importa que a ameaça seja concreta ou que ela exista apenas na fantasia do macho. Sempre que este se sentir ameaçado, poderá, legitimamente, conforme a ideologia machista, fazer uso da força física, chegando ao extermínio, como é o caso do homicídio da mulher que, real ou potencialmente, desafia seu poder”.

A violência masculina é exercida principalmente contra a mulher, a criança, ou seja, os explorados para a prostituição e fins pornográficos.

¹³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.56.

¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.56.

¹⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.57.

¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.58.

1.2. FATORES E ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS QUE LEVAM À EXPLORAÇÃO SEXUAL.

No Brasil, há um ambiente propício para a exploração sexual de crianças e adolescentes, uma vez que existem enormes desigualdades econômicas e sociais onde a renda se concentra na mão de poucos e a maioria não tem o que comer. Não há dúvida que esses são fatores que estimulam o desenvolvimento da exploração sexual.

Os próprios pais encaminham as filhas à prostituição, porque não encontram um modo de sobrevivência para a sua família. Conforme SAFFIOTI¹⁷

“Condições de miserabilidade material geram miséria psicológica e pressionam no sentido da obtenção de qualquer recurso para minorar sofrimentos. Desta forma, nesta situação de vale-tudo para sobreviver, a criança torna-se uma mercadoria. Ou é alugada pelos próprios pais a alguém que a usa sexualmente ou é explorada por terceiros, cujos lucros são auferidos através do lenocínio”.

A família brasileira tem, na prostituição de seus filhos, uma possibilidade de ajuda na renda familiar. As famílias pobres “vendem” seus filhos para garantir a manutenção do grupo. Então, a criança torna-se uma mercadoria com vários fins: escravidão, prostituição, entre outros.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Defesa do Menor do Pará, segundo Gilberto Dimenstein, em sua reportagem sobre escravidão e prostituição de menores, ficou constatado que os próprios pais encaminham as suas filhas para a prostituição, exigindo delas que tragam dinheiro para casa, mediante ameaças de surras violentas.¹⁸

A vitimização sexual na família é um fenômeno importante que leva à prostituição infanto-juvenil. A filha é vitimizada sexualmente pelo pai, pelo cunhado e outros parentes. Então, para fugir da violência no lar, a menina sai de casa e vai para a rua. Ela aprendeu em casa que o corpo é a única maneira que tem para sobreviver.¹⁹ Na rua, a mesma não tem muitas opções de sobrevivência a não ser a prostituição.

¹⁷ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração Sexual de Crianças*. Op. cit., p.74-75.

¹⁸ DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p.17.

¹⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.23.

Está muito próximo da prostituição o abuso sexual de crianças na família. O que leva o agressor a vitimar as crianças não é amor e sim o poder que tem sobre os menores. Com isso, facilmente poderá ser o “empresário” da exploração sexual.²⁰

Mesmo que isso não ocorra, a criança que sofreu o abuso sexual se transforma numa criança “prostituível” apresentando as seguintes características, segundo SAFFIOTI²¹: “o aniquilamento da auto-estima, o sentimento de que ela só pode ser amada, ou pelo menos notada, se obedecer às ordens do adulto, a cumplicidade que foi obrigada a desenvolver. Isto é, o adulto desenvolve na criança sentimentos que impedem ou, no mínimo, dificultam uma atitude de desafio, caminhando na direção da denúncia do agressor”.

Dessa forma, o agressor pode usar a criança facilmente, pois esta depende física e emocionalmente do adulto.

O incesto tem um papel relevante na história da prostituição. O pai geralmente terá grandes chances de ter relações sexuais com sua filha, pois tem poder, é a autoridade máxima da família²² e detentor de respeito e confiança dos filhos.

Muitas vezes, a filha é constrangida a praticar certos atos com o pai, em que ela não tem escolha e acaba realizando o que ele deseja. No entendimento da autora em análise,²³ “qualquer que seja o tipo de abordagem escolhido pelo homem adulto – em geral, o pai, mas também o padrasto, o tio, o amigo da família, o vizinho – há sempre a violação de um direito de uma menor. A ela não é dado optar: é obrigada, seja docilmente, seja através da violência física, a ceder às exigências masculinas”.

A menina, vítima da violência sexual, trata do seu corpo como meio de conseguir o que quer. A experiência do incesto facilita-lhe a venda do seu corpo, aprendendo com isso a fazer comércio com o mesmo. Na família, aprende a receber carinho por sexo.

Os reducionistas, segundo SAFFIOTI²⁴, afirmam que

²⁰ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.78.

²¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.78.

²² SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.60.

²³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração Sexual de Crianças**. Op. cit., p.61.

²⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.63.

“condições de miserabilidade material ensinam as mulheres que seus corpos podem ser comercializados como qualquer outra mercadoria. Ainda que a necessidade de sobreviver tenha certo poder de determinar comportamentos, parece mais profícuo refletir sobre a vivência da troca de favores sexuais por atenção como o locus privilegiado da emergência da percepção do corpo como algo vendável, portanto, como mercadoria”.

Desse modo, emocionalmente, o incesto levaria a prostituta a continuar essa vida²⁵, ainda que as necessidades materiais sejam eliminadas.

Não é somente um fator que origina o fenômeno da prostituição. Nem somente o fator econômico que o determina. Assim, a mulher pobre sempre seria prostituta, não existindo prostitutas de outras classes sociais, o que não é verdade.

Ainda sobre a origem da prostituição, deve-se analisar a questão dos “mediadores psicológicos singulares de cada mulher”, ou seja, “um mesmo fato pode desencadear certo tipo de conduta em uma mulher e não em outra”.²⁶

Exemplificando: uma mulher que foi estuprada na infância, pode se tornar prostituta ou aderir ao lesbianismo. Isto quer dizer que, as pessoas reagem de maneira diferente diante de fatos semelhantes, cada um faz a mediação psicológica²⁷ que lhe é própria de fatos. A violência sexual está presente na vida de cada prostituta. Porém, não é toda mulher explorada sexualmente que irá, no futuro, se prostituir.

A ideologia machista, para SAFFIOTI, contribui para o desenvolvimento da prostituição. A criança e o adolescente, vítimas da violência sexual, percebem que não são dignos da sociedade em que vivem onde as pessoas de bem são casadas e virgens. Ela se sente excluída dessa sociedade²⁸, tendo como único lugar para morar, o local da prostituição.

Hoje, há uma liberação dos costumes, porém, a prostituição continua a se expandir “As liberdades sexuais ampliadas existem em grupos circunscritos da sociedade,

²⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.63.

²⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.62.

²⁷ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.62.

²⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Exploração sexual de crianças*. Op. cit., p.63.

permanecendo a maioria, inclusive os jovens, adepta da velha ideologia que valoriza a virgindade”.²⁹

Na nossa sociedade, a mulher deve chegar virgem ao casamento e ter como princípio a fidelidade conjugal. Quanto aos homens, aceita-se que tenham relacionamentos sexuais antes do casamento, portanto, muitas vezes, a prostituição é usada para estes fins.

Há que se compreender que são elementos da ideologia machista³⁰ a prostituição, bem como a violência sexual exercida contra crianças e adolescentes.

As prostitutas têm dificuldade para trocar de vida em virtude da ideologia machista. Elas ensinam aos seus filhos as mesmas idéias discriminatórias, apesar da vida que levam. Os preceitos dessa ideologia funcionam da seguinte maneira: “as filhas são preparadas para chegarem virgens ao casamento, enquanto os filhos são empurrados para um treinamento sexual que lhes permita atingir o casamento detendo múltiplos conhecimentos nesta área”.³¹

Reforça a exploração sexual de mulheres e crianças a pobreza de algumas camadas sociais. Afirmo SAFFIOTI que a prostituição “é inerente a um sistema social regido pela desigualdade entre as classes, entre as categorias de sexo, entre as diferentes etnias”.³²

A pobreza é uma questão de exclusão social, pois as crianças que são obrigadas a trabalhar, perdendo a sua infância, não têm outra opção, porque falta-lhes o que comer e onde estudar. Esse fato é fundamental ao se pensar na prostituição infanto-juvenil.

Outro aspecto de exclusão social diz respeito ao sistema escolar brasileiro, em que as crianças e os adolescentes não permanecem na escola. Para BANDEIRA, “Nosso sistema escolar é uma ficção e, nesse sentido, contribui, direta ou indiretamente, para a questão da prostituição, tanto para as crianças quanto para os adolescentes”.³³

²⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.63.

³⁰ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.64.

³¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.68.

³² SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Exploração sexual de crianças**. Op. cit., p.81.

³³ BANDEIRA, Lourdes. A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In: BONTEMPO, Denise et al(org). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995, p.30.

Outro grande propulsor da exploração sexual de crianças e adolescentes é o tráfico de drogas. Muitas vezes, a exploração sexual de crianças ocorre para tornar viável o tráfico de drogas.

Segundo DIMENSTEIN, o responsável pelo departamento de crianças e adolescentes da Polícia Militar de Rondônia, capitão Luiz Cláudio Azambuja, revelou: “As meninas são usadas como formiguinhas. Elas entregam as drogas para proteger os adultos. A droga é um mecanismo de escravidão administrado pelo cafetão que garante o vício da menina. Para sustentá-lo, ela serve como formiguinha e prostituta, tentando saldar a sua eterna dívida”.³⁴

Percebe-se que há um círculo vicioso entre o tráfico de drogas e a prostituição. A criança e o adolescente se prostituem e trabalham como formiguinhas para comprar a droga, pois são dependentes e, por outro lado, os cafetões usam as crianças para ganhar dinheiro com a prostituição e o tráfico de drogas.

Existem, diante dessa problemática, os aspectos sociais que se referem à exploração sexual infanto-juvenil, da classe média e alta. As crianças e adolescentes dessa classe social não têm o problema da fome e da falta de educação que é de onde decorre a exploração sexual. Um dos fatores que pode levar à exploração sexual é o desajuste familiar. O desenvolvimento da criança pode ser prejudicado por conflitos ocorridos na família e decorrentes do excesso de trabalho, da droga e do álcool. A criança sofre as consequências disso, através da violência física, abuso sexual e abandono. A criança e o adolescente dessa classe social têm na prostituição uma resposta aos pais que lhes abusaram ou ainda uma fuga àquela família desajustada.

DIMENSTEIN, em sua obra jornalística acima referendada, faz alusão a um diálogo que estabeleceu com uma adolescente num prostíbulo, o qual levou-o a concluir que a prostituição serve como meio de ascensão social. Muitas prostitutas têm esperança de encontrar um marido e inserir-se na sociedade. Algumas conseguem “subir na vida” e até formar uma família e ter filhos.³⁵

³⁴ DIMENSTEIN, Gilberto. Op. cit., p.78.

³⁵ DIMENSTEIN, Gilberto. Op.cit., p.26.

Muitas adolescentes desejam seguir a carreira de modelo ou de atriz com o fim de obter um nível social elevado. As agências de modelos, muitas vezes, encaminham as meninas à prostituição. Usam o corpo com o objetivo de alcançar facilmente uma vida de luxo.

A violência física, psicológica e sexual presentes no trabalho ou na família conduzem à prostituição infanto-juvenil. Há também outros elementos constitutivos da prostituição considerados relevantes, como o papel da sexualidade na cultura brasileira e ocidental. A sexualidade, conforme preleciona Lourdes Bandeira “está diretamente vinculada à idéia que se tem da dominação. Existe uma ética sexual que é embasada por uma prática da dominação, da coerção, e que faz com que essa dominação seja geracional, porque se manifesta de uma geração com relação a outra”.³⁶ Essa idéia da sexualidade está presente na formação da família, no relacionamento dos seus membros e do adulto. Quando se fala em adulto é o masculino que é o modelo andocêntrico.

Na nossa sociedade, a ética sexual é da família monogâmica, porém há também a prostituta e a amante que estão incluídas na imagem da família brasileira o que contribui para a prostituição da criança e do adolescente, pois torna-se um comportamento aceito pela sociedade.³⁷

Homens de todas as classes sociais abusam sexualmente das crianças. Isso se explica considerando o aspecto cultural baseado na discriminação e nos fatores sócio-econômicos dessas pessoas, sujeitas à exploração.³⁸

Em Salvador, havia um local famoso denominado Chale Drinks em que era freqüentado por autoridades como juizes e deputados. Infelizmente, segundo VAIZ “a prostituição infanto-juvenil tornou-se uma válvula de escape das tensões sociais, um mal necessário, um mito indestrutível”.³⁹

³⁶ BANDEIRA, Lourdes. Op. cit., p.30.

³⁷ BANDEIRA, Lourdes. Op. cit., p.31.

³⁸ PINTO, Lúcia Luiz. Painel nacional sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. In: BONTEMPO, Denise et al(org). **Exploração sexual de Meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995, p.38.

³⁹ VAIZ, Marlene. Op. cit., p.49.

Infelizmente, há casos de autoridades que exploram sexualmente crianças e adolescentes, ao invés de cumprir com sua obrigação de fiscalizar e punir tais condutas. Atualmente, as pessoas acumulam tensões na sua rotina, algumas delas encontram na prostituição um modo de relaxar, o que é inaceitável.

A prostituição não é um fenômeno que ocorre somente com os pobres, não existe etnia ou classe social que esteja livre dela. AZEVEDO e GUERRA afirmam que “trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa dada sociedade”.⁴⁰

1.3. AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

1.3.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica, segundo GUERRA, apresenta “uma relação com a violência estrutural (violência entre classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais). No entanto, tem outros determinantes que não apenas os estruturais. É um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal”.⁴¹

Considera-se também a violência doméstica como violência intersubjetiva na qual ocorre um “processo de vitimização” em que o desejo da criança e do adolescente deve satisfazer a vontade e poder do adulto.⁴²

Assim, o abuso-vitimização, conforme GUERRA, consiste “num processo de completa objetualização da criança ou adolescente, isto é, de sua redução à condição de objeto de maus-tratos”.⁴³

⁴⁰ AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Op. cit., p.43.

⁴¹ GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 31.

⁴² GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Op. cit., p.32.

⁴³ GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Op. cit., p. 32.

A violência doméstica se constitui numa grave violação dos direitos dos infantes e jovens como sujeitos, obstaculizando o exercício pleno de seus direitos fundamentais como a liberdade, o respeito e a dignidade.

Segundo GUERRA, pode-se conceituar, ainda, a violência doméstica contra crianças e adolescentes como:

“todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”.⁴⁴

A violência sexual doméstica ocorre em qualquer classe sócio-econômica, porém, a diferença é que, nas classes sociais ricas, a descoberta do abuso é mais difícil.⁴⁵

Em situação de pobreza, a violência familiar torna a criança e o adolescente frágeis, propiciando a exploração sexual dos mesmos. Isso acontece porque a maioria das famílias não tem privacidade, pois moram em casas com um único compartimento. Resultante disso, sofrem abuso sexual pelo próprio pai, o qual deveria respeitar a integridade física e psicológica da filha. Isso faz com que a filha saia de casa, para buscar seu sustento, tornando o seu corpo um meio de sobrevivência.

Conforme PINTO do IIN – Instituto Interamericano del Niño: “a prostituição infantil é um tipo específico de exploração sexual, de caráter comercial, que está relacionada com o grupo familiar, com os progenitores e os clientes. Geralmente tem antecedentes prévios de abuso sexual não comercial; é um fenômeno multicasual”.⁴⁶

⁴⁴ GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Op. cit., p.33.

⁴⁵ SATTLE, M. K. Incesto: fantasia ou realidade? Rio de Janeiro: Nova Perspectiva Sistêmica, n.4, 1994, p.44.

⁴⁶ IIN – Instituto Interamericano del Niño. In: PINTO, Maria Lúcia. Exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América latina e Caribe: relatório final. Brasília, 1999, p.25.

1.3.1.1.O INCESTO

Segundo POSTERLI, o incesto “é união sexual ilícita entre parentes consanguíneos, afins ou adotivos. Essa relação sexual com parentes próximos ocorre, especialmente, entre pai e filha, também mãe e filho, bem como entre irmão e irmã”.⁴⁷ Sendo, portanto, contrário à moral e ao direito.

Há algumas causas do incesto, conforme o autor acima citado: “o isolamento, a miséria, a falta de educação, a falta de condição mínima de vida são causas sociais do incesto, ao lado também da pobreza de espírito”.⁴⁸

Houve um fato que ocorreu no interior, perto de Goiânia, em 1990, em que um homem relacionava-se sexualmente com sua esposa e com todas as suas filhas. Quando quis molestar a sua filha-neta incestuosa, com quase dez anos de idade, sua esposa foi à Delegacia da Mulher denunciá-lo.⁴⁹ Toda filha deseja que o pai a ame, porém, quando houver um relacionamento sexual entre eles, o que é muito freqüente, mas não é divulgado, há um comportamento anormal. Podem ocorrer “agressões intrafamiliares” mais graves, no incesto de pai e filha, como aconteceu no Estado de Tocantins em que um homem mantinha relações incestuosas com suas três filhas e por causa delas matou a esposa. Verifica-se, diante desse fato, o desequilíbrio da família incestuosa.

Dentre as conseqüências do ato incestuoso há a “frigidez sexual”, que segundo POSTERLI “é o defeito sexual na mulher que corresponde à impotência no homem”,⁵⁰ tendo por base as relações incestuosas pelo pai ou irmão.

Em termos de comprometimento genético, o incesto “cria o perigo da degenerescência. Os geneticistas em geral acreditam que ele aumenta as possibilidades e probabilidades de os filhos da relação incestuosa apresentarem anomalias hereditárias”.⁵¹ É claro que há um risco no incesto, pois, o grau é muito próximo do relacionamento sexual e do

⁴⁷ POSTERLI, Renato. *Transtornos de preferência sexual: aspectos clínico e forense*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p.87.

⁴⁸ POSTERLI, Renato. *Op. cit.*, p.88.

⁴⁹ POSTERLI, Renato. *Op. cit.*, p.87.

⁵⁰ POSTERLI, Renato. *Op. cit.*, p.95.

⁵¹ POSTERLI, Renato. *Op. cit.*, p.97.

ponto de vista genético, quanto mais o parentesco for próximo, maior é o risco do aparecimento de doenças.

A violência, de acordo com MINAYO e ASSIS:

“Manifesta-se através das formas mais variadas, fatais e não-fatais, que imprimem marcas no corpo e no psiquismo desses sujeitos sociais, quer seja sob a conduta negligente do abandono, da agressão física ou do abuso sexual. Os pais são apontados como os principais agressores nesse tipo de violência de caráter cultural, fundamentado na relação de dominação institucional dos pais sobre os filhos, através da tradição do pátrio poder universalmente aceita em distintas culturas”.⁵²

Há motivos que incentivam a violência como a miséria, a falta de emprego e, conseqüentemente, aumentam também o abuso sexual nas relações familiares.

Todas as formas de violência são desprezíveis, OLIVEIRA considera a violência sexual praticada pela própria família “a mais degradante, constrangedora e comprometedora do aspecto moral e psicológico, especialmente por ser esta a instituição que, de acordo com as leis e a moral, deveria ser a primeira a defendê-los contra qualquer tipo de violação de direitos”.⁵³

Um adulto da família tem força o bastante para exercer o domínio sobre a vontade da criança ao ser explorada sexualmente, pois a criança é um ser que não possui maturidade psicológica, física e moral, não tendo “autonomia” para escapar de tal situação.⁵⁴

SAFFIOTI compreende a criança como “ser humano sujeito a todas as vicissitudes a que seu desenvolvimento físico e psíquico parcial o expõe, num mundo regido por normas que determinam a obediência aos mais velhos, principalmente se forem membros da família, e a submissão da mulher ao homem”.⁵⁵

⁵² MINAYO, Maria Cecília de Souza e ASSIS, Simone Gonçalves de. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação e estratégia. *Saúde em Debate*, Paraná, n.39, 1993, p.62.

⁵³ OLIVEIRA, Jardelina de Santana. *Educação sexual direito de família: violência sexual*. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1993, p.50.

⁵⁴ SANTOS, Noélia Oliveira Dias dos. Abuso sexual: vítimas das relações familiares. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v.8, n.1/2, 1995, p.28.

⁵⁵ SAFFIOTI, Heleieth J. B. *O poder do macho*. SãoPaulo: Moderna, 1991b, p.20.

Uma situação peculiar ocorre, pois o agressor não vê a menina, adolescente e mulher como pessoa, mas como objeto sexual e até diz: “Bom, fui eu que fiz essa mulher, então vou ser o primeiro a usar”.⁵⁶

Há necessidade de um atendimento individual para as crianças e adolescentes que sofreram violência sexual pelo próprio pai, ficando perturbadas emocionalmente. A mãe se sente culpada denunciando o pai por abuso sexual, mas se não houver a denúncia será cúmplice da violência. Já, no abuso sexual pelo padrasto, a mulher considera que foi a filha que o provocou, ficando com medo que lhe tire seu companheiro, expulsando-a de casa.⁵⁷

Segundo SANTOS, não se pode deixar de reconhecer que “no atendimento da criança e adolescente, vitimados pelo abuso sexual, lida-se, sobretudo, com a desestruturação emocional, a vergonha e a humilhação”,⁵⁸ em que mães e filhos têm receio de denunciar os parentes.

O abuso sexual na família torna-se mais fácil, pois há uma convivência entre a vítima e o agressor que os aproxima, favorecendo os atos sexuais. Desse modo, o ambiente familiar transforma-se num local de medo e insegurança.

As crianças e adolescentes, ao fazerem a “denúncia” de abuso sexual realizado por familiares, “ao se exporem ao aparato policial e ao exame de corpo de delito, não são mais as mesmas, uma vez que foram invadidas na sua privacidade de forma a gerar outro estado de conflito e ansiedade”.⁵⁹

O abuso sexual infantil, geralmente, não é denunciado pelas vítimas que não o reconhecem como uma agressão. Demonstra-se este fato no caso de Carmem Rosa, de 11 anos “era violentada pelo padrasto desde os nove anos, mas jamais imaginou que isto fosse algo condenável. Ela via que o mesmo acontecia com a sua mãe e sua irmã mais velha, e acreditava que era normal”.⁶⁰

⁵⁶ VARELA, Denise M. Furtado. Violência contra a mulher; depoimento. *Revista de Psicologia, Ciência e Profissão*, a.8, n.2, 1988, p.29.

⁵⁷ SANTOS, Noélia Oliveira Dias dos. Op. cit., p.31.

⁵⁸ SANTOS, Noélia Oliveira Dias dos. Op. cit., p.31.

⁵⁹ SANTOS, Noélia Oliveira Dias dos. Op. cit., p.33-34.

⁶⁰ PORTILLO, Zoraida. Op. cit., p.45.

Outra realidade do incesto refere-se ao reconhecimento dos filhos nascidos desse tipo de relação. O abuso sexual na família pode causar uma gravidez adolescente. Conforme FURNISS, as meninas falam “que não sabem quem as engravidou. Elas dizem que foram a uma festa, ficaram bêbadas, conheceram um homem e dormiram com ele, mas que não sabem quem ele era”. Depois foi descoberto que a menina não estava bêbada, que ela não engravidou de um estranho e sim por seu próprio pai, irmão ou parente na sua própria casa.⁶¹

O filho do incesto tem o direito de saber quem é o seu pai biológico. Para a autora acima:

“As crianças têm o direito de saber de onde vêm. Elas também têm o direito de crescer em um ambiente protetor, que leve em conta sua dependência e imaturidade estruturais e que salvguarde seu desenvolvimento psicológico e bem-estar emocional. De um ponto de vista desenvolvimental, parece muito inadequado confrontar uma criança pequena e imatura com o confuso conceito de que o homem que a criança conhece como “avô” é também o pai”.⁶²

Portanto, entender a noção do incesto requer “o domínio do conceito do relacionamento sexual adulto e das fronteiras intergeracionais”.⁶³ É muito difícil compreender que um avô seja, simultaneamente, também o pai. É válido para todas as situações de filhos do incesto em que, conforme FURNISS “Ao saber que o avô é também o pai, eles perdem tanto o pai quanto o avô, porque precisam ser capazes de confiar na clara diferenciação estrutural entre pai e avô”.⁶⁴

É relevante considerar o desenvolvimento psicosssexual da criança, porque contar a uma menina de treze anos que ela vem do incesto, certamente, terá problemas quanto a sua identidade pessoal e sexual. Enfim, “as mudanças biológicas, fisiológicas e psicológicas na adolescência já são, em si próprias, profundamente desorientadoras e requerem consideráveis graus de adaptação. É crucial que os filhos de incesto tenham a chance de estabelecer primeiro uma certa identidade sexual adulta, antes de conhecerem suas origens incestuosas”.⁶⁵

⁶¹ FURNISS, Tilman. *Abuso Sexual da Criança*. Op. cit., p.318.

⁶² FURNISS, Tilman. Op. cit., p.318.

⁶³ FURNISS, Tilman. Op. cit., p.319.

⁶⁴ FURNISS, Tilman. Op. cit., p.319.

⁶⁵ FURNISS, Tilman. Op. cit., p.319.

Um aspecto chocante do incesto é o sentimento das suas vítimas “como equivalente mental de morte biológica, ou seja, como uma aniquilação interna de suas estruturas psicológicas, ficando desse modo impedidos de crescer e de modificar a sua vida mental”.⁶⁶

O incesto só pode ser impedido se for descoberto, pois conforme enfatiza o Relatório Azul 1997: “O incesto é uma engrenagem alimentada por inocentes, que se repete de geração em geração. Só pode ser barrado se for descoberto, denunciado e tratado”.⁶⁷

O abuso sexual, freqüentemente, ocorre quando o abusador e a criança estão sós. Esse fato deve ficar obrigatoriamente em sigilo. Segundo GABEL “esse terrível segredo tem de ser preservado pela ameaça, por exemplo, ‘não diga nada a sua mãe, senão ela vai me odiar’, ‘se ela souber vai matar você, vai mandá-la para um colégio interno’. Ela não contará a ninguém por muito tempo por medo de sofrer uma punição”.⁶⁸

O incesto classifica-se como forma de abuso/vitimização sexual da criança, segundo AZEVEDO e GUERRA, em ordinário e extraordinário. O incesto ordinário trata daquele que mais acontece como a relação entre pai e filha. Ocorre, ainda, de maneira repetitiva na família, fazendo parte da rotina das pessoas. E o incesto extraordinário caracteriza-se pelos casos incomuns como o incesto entre mãe e filho.⁶⁹

Quando a criança nasce “é vítima de forças pulsionais, fontes de tensões e de excitações que ela controla parcialmente”. Os pais exercerão uma função importante em que auxiliarão a criança a receber somente os estímulos externos que tenha condições de integrar. No relacionamento com o adulto, usando uma linguagem terna, a criança vai gradativamente descobrir a sexualidade. Se for diferente, haverá um sentimento de perturbação na criança.⁷⁰

Acrescente-se que “toda excitação exterior que não corresponda ao grau de evolução interior do indivíduo e de sua possibilidade de integração física e afetiva é

⁶⁶ AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997, p.216.

⁶⁷ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.30.

⁶⁸ GABEL, Marcelline (org). Op. cit., p.55.

⁶⁹ AZEVEDO e GUERRA. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. Op. cit., p.197.

⁷⁰ GABEL, Marcelline (org). Op. cit., p.51.

perturbadora. É a interação entre a vida psíquica dos pais e a do bebê que orienta as interações comportamentais e lhe dá sentido”.⁷¹

O incesto ocorre num tipo de família em conflito, onde o desenvolvimento de seus integrantes torna-se mais difícil. O incesto é considerado “um ato egoísta, que atrapalha e desestrutura a família. Devemos também considerá-lo não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-la”.⁷² Pode-se dizer que o incesto é uma consequência da estrutura familiar com problemas, em que seus membros, de alguma maneira, contribuem para esta situação.

No que se refere ao incesto, há fatos que levam a pensar, urgentemente, em propostas que busquem diminuir a violência sexual doméstica cometida contra as crianças e adolescentes. O Relatório Azul apresenta alguns destes fatos chocantes como segue:

“PROSTITUTA ADOLESCENTE

J. tem 15 anos. Foi estuprada pelo pai aos oito. E culpada pela mãe até hoje. Nem a menina nem a mãe jamais tiveram tratamento. A garota já entrou em coma numa tentativa de suicídio e, desde o ano passado, se entrega por R\$30 a um homem casado, de 60 anos, nos motéis do município de Ijuí, no noroeste do Estado.

Foi no dia 10 de janeiro de 1990 que o pai me pegou. Eu nunca esqueço porque sempre quero morrer neste dia. Antes disso ele já tinha tentado me violentar duas vezes. Fiquei três dias com dores e hemorragia. Aí a mãe ficou com medo, me levou à polícia e ele pegou 20 anos de cadeia. Fiquei um mês no hospital. Sabe, eu queria casar, ter uma casa e uma família. Acabou tudo. Parei de estudar na 3ª série porque os colegas descobriram. Cheguei a arrumar um namorado, mas quando ele soube me largou. Com 11 anos um cara me violentou no mato, dizendo que até o meu pai me pegava. Mas o pior é a minha mãe. Ela fica berrando que eu sou culpada pelo que aconteceu. Diz que fui eu que seduzi o meu pai. Eu digo para ela que posso ter corpo de mulher, mas ainda sou criança. Peço para a mãe me dar carinho, mas desde que o pai me estuprou ela não consegue tocar em mim. Conheci este velho e sobrevivo com o que ele me dá. Dá nojo, mas eu não tenho futuro mesmo. Para mim, só resta morrer”.⁷³

“A GESTAÇÃO DA SERPENTE

Preparando o almoço, a mãe viu a cena pelo espelho: a filha de quatro anos colocando o preservativo em F., o irmão de 16. Depois, choramingando porque queria ver o programa da Angélica, masturbou o garoto. Era 15 de maio.

⁷¹ GABEL, Marceline (org). Op. cit., p.52.

⁷² AZEVEDO e GUERRA. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. Op. cit., p.220.

⁷³ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.35.

Desde então, F. é o ‘monstro’ para a família de Rio Grande. Esquecem que por trás dos olhos de serpente há um adolescente assustado e uma longa gestação. Desde os dois anos, ele era submetido a violações pelo próprio pai, um homem que dava balas para garotinhas masturbá-lo e tentou violentar uma prima de 10 anos. ‘Está doendo muito, mãe, o pai me machucou’, gritou o menino no banheiro um dia. Quando o pai partiu, ele foi despachado para a casa da bisavó materna. ‘Tu és igual ao ladrão do teu pai. E tua mãe te odeia’, repetia diariamente a mulher. Incapaz de se relacionar com outras crianças, F. dedicou sua meninice a afogar gatos, arrebentar pássaros e, quando cresceu o suficiente, espancar também a bisavó. Só voltou a ver o pai aos 15 anos, quando abusou da meia-irmã de três anos. Foi despachado para a casa da mãe, onde viveu isolado, sempre desconfiado de que riam dele, furtando pequenos objetos. E violando a irmãzinha com cabelos de anjo. ‘Ele é um monstro’, diz a mãe. ‘Todo mundo ficaria melhor se ele estivesse morto’, assegura o padrasto. Aos 16 anos, sem um Frankenstein para culpar, F. é um monstro solitário”.⁷⁴

“O BEIJO DO INCESTO

Aos dois anos, G. acordou com os gritos da irmã de 15 anos. Ela acabara de ter a cabeça aberta a golpes de porrete pelo padrasto. ‘Ele tem ciúme de mim porque há anos me faz de mulher’, soluçava a irmã. Nunca mais nasceram cabelos sobre a marca do incesto. A irmã deixou Pelotas e partiu para Santa Vitória do Palmar, onde se prostituiu. Quando G. tinha 11 anos, foi violada pelo pai. ‘Se contar, também não vai mais nascer cabelo na tua cabeça’, ameaçava. A menina resistia. Então era espancada. O irmão perguntava: ‘Mãe, tu não achas que o pai tem um jeito estranho com a mana?’ ‘A mãe desconfiava, mas preferia não ver.’ De onde eu vim, lá dos grotões do Estado, tem muita família onde a filha tem filhos do pai’, desculpou-se. ‘Sou ignorante, não sabia que era crime’. Dia 13 de maio foi o último estupro. G. esperou a mãe na porta de casa e foram à polícia. Uma semana mais tarde, o pai foi preso. G. segue chorando: ‘O pai fazia eu trair a mãe. Isso era o pior de tudo. Ele dizia que era melhor manter o segredo em família, que ninguém ia falar mal de mim. Mas eu não queria’. G. guarda o ursinho encardido de pelúcia que a irmã lhe legou antes de partir. ‘Sabe, eu nunca tinha beijado’, sussurra. ‘Só o meu pai me deu beijo na boca’”.⁷⁵

“O AROMA DO INCESTO

O incesto de F. tem um cheiro. Tabu era o perfume que o tio usava quando a violentou numa festa de família. Hoje ela e o filho do estupro vivem em Caxias do Sul, na serra gaúcha. O menino tem cinco anos e uma rara doença genética que faz sua pele escamar. Eu tinha cinco anos quando passei uma noite na casa do meu tio. Ele me colocou na cama dele, tirou a minha roupa, passou a mão em mim. Eu não consegui gritar. E a partir dali sempre fiquei paralisada perto dele. Aos nove, meu tio me levou até uma cachoeira na fazenda do meu avô. E lá de novo abusou de mim, falou que incorporava e era uma entidade que estava ali. Aos 17, estávamos todos numa festa de família, no lado de fora da casa. Eu voltei para ir ao banheiro. Meu tio me esperava na saída. Me pegou a força. Me lembro da dor e do perfume que ele usava: Tabu. Quando soube que

⁷⁴ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.31.

⁷⁵ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.35-36.

estava grávida, tentei me matar. Nunca contei de quem era, me chamaram de vagabunda. E nunca mais consegui me aproximar de homem nenhum. Só tenho relações com mulheres. Eu não sei até quando vou aguentar carregar este segredo sozinha. Um dia ele vai explodir dentro de mim. Penso nisso 23 horas e 55 minutos de todos os dias. Onde eu trabalho tem o perfume que ele usava para vender. Eu sinto o cheiro e passo mal”.⁷⁶

Segundo o Relatório Azul, a violência que ocorre dentro de casa “oculta na cultura da intimidade inviolável da vida privada que impera em nossa sociedade e que é responsável, em grande parte, por verdadeiras tragédias cotidianas que vão dos maus tratos ao abuso sexual e até à morte”.⁷⁷

O estupro de meninas por familiares ocorre bastante, tanto que BARRADA, da Delegacia da Mulher, em Porto Alegre, com trinta anos de experiência, escutando meninas estupradas por parentes, afirma: “O estupro cometido por estranhos é quase uma lenda no Rio Grande do Sul. O perigo mora em casa. Tão perto que 85% dos abusos sexuais levados aos conselhos tutelares do Estado são cometidos por parentes. Portanto, é a família a grande ameaça à infância”.⁷⁸

O violador que pratica abusos sexuais, conforme PORTILLO, nem sempre é “um tipo agressivo, que sujeita a sua vítima a golpes ou armas, ou que a obriga a um comportamento sexual brutal. Tampouco é, necessariamente, um desequilibrado mental que a persegue na noite ou em lugares ermos”.⁷⁹

Pará CAMINHA, o abusador apresenta traços comuns como “padrões morais e religiosos rígidos, uma vida regrada fora de casa, comportamento agressivo com a família e perturbações sexuais – como não conseguir fazer sexo com sua esposa ou mesmo com qualquer pessoa adulta. O álcool aparece como um companheiro fiel do incesto: não determina, mas facilita”.⁸⁰

Segundo o autor acima, o abusador “não é um monstro, é um doente”. Ele tem dificuldade para distinguir afeto sexual daquele que não é sexual. Não consegue conter seus

⁷⁶ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.30-31.

⁷⁷ RELATÓRIO AZUL 1997. Op. cit., p.28.

⁷⁸ BARRADA, Geromita. In relatório azul. Op. cit., p.30.

⁷⁹ PORTILLO, Zoraida. O calvário dos inocentes: agravamento da crise social cria campo fértil para o aumento dos casos de abusos sexuais infantis. *Cadernos do terceiro mundo*, n.195, ano XXI, 1996, p.45.

⁸⁰ CAMINHA, Renato. In relatório azul. Op. cit., p.31.

impulsos sexuais. Geralmente, na infância foi vítima de abuso sexual e tinha uma família agressiva. E mais, não possui auto-estima e a criança é utilizada como se fosse uma droga, não conseguindo dar um basta nisto.⁸¹

Há meninos e meninas que sofrem a violência sexual sem contar nada a ninguém, pois a família os obriga a guardar segredo. Consequentemente, as vítimas do incesto saem de casa e acabam se prostituindo ou tornam-se adolescentes autores de atos infracionais. Também acontece de irem parar nos hospitais psiquiátricos. Enfim, poucos conseguem escapar “a salvo” dessa situação terrível de abuso sexual.

A violência sexual de meninos, de acordo com KRISTENSEN “além de todo o trauma, os meninos ainda sofrem com um outro estigma, o do homossexualismo. Precisam lidar, além da violação, com a suposta perda da masculinidade associada à violência a que foram submetidos”.⁸²

Há prova, através de pesquisas realizadas na Europa e Estados Unidos, em que as crianças violentadas sexualmente têm maior disposição, ou seja, tem 10 vezes mais chances ao retardo mental. Das mulheres internadas com doenças psíquicas, mais da metade foi violada sexualmente no passado.⁸³

O abuso sexual é chocante, a ponto de a criança fugir da realidade para se defender e passar a ter um comportamento psicótico. Os especialistas dizem que as vítimas de incesto apresentam o transtorno de estresse pós-traumático. Afirma FLORES que “ser vítima de incesto causa um impacto psicológico apenas igualado ao de ter sido preso em campo de concentração ou sobreviver a uma queda de avião. Não é necessário que haja uma relação sexual completa, o que está em jogo é a quebra de confiança entre alguém mais frágil e aquele que se aproveita de uma posição de poder para obter recursos sexuais”.⁸⁴

Uma menina de oito anos foi violentada pelo pai quando a mãe ia trabalhar e começou a apresentar um comportamento psicótico. Enxergava um facão voar pela casa e

⁸¹ CAMINHA, Renato. Op. cit., p.32.

⁸² KRISTENSEN, Christian. In relatório azul. Op. cit., p.34.

⁸³ RELATÓRIO AZUL. Op. cit., p.34.

⁸⁴ FLORES, Renato Zamora. In relatório azul. Op. cit., p.35.

entrar na cabeça do pai. Em outros momentos, escutava vozes que a mandavam matar o pai. Um dia entrou num rio, com o olhar parado, e quase se consumou o suicídio.⁸⁵

O abuso sexual cometido por parentes tem seu traço característico que é a lógica da genética. Conforme pesquisas realizadas na Europa, 80% das gestações entre parentes, têm como resultado os defeitos físicos, alterações do metabolismo e atraso mental. Com relação à cópula entre parentes existem dez mil doenças.⁸⁶

1.3.2. A EXPLORAÇÃO COMERCIAL

A exploração sexual chega a números altos em que se mencionou: “cerca de 50 mil meninas estão sendo prostituídas no Brasil, cifra que coloca o nosso país em segundo lugar no mundo, superado apenas pela Tailândia”.⁸⁷

A prostituição infantil, no Brasil, aparece claramente nas ruas das cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Fortaleza. A prostituição infantil, em Brasília, não é tão intensa quanto em outras cidades, mas já está causando preocupação.⁸⁸

As crianças e adolescentes prostituídos apresentam características comuns: “andam em bandos e dormem nas ruas. Arredias, ariscas, desconfiadas, agressivas. Se chegarmos um pouco mais perto, veremos uma outra realidade. Uma carência que não cabe no corpinho franzino de algumas delas e uma total falta de compreensão do peso real do que fazem. Sem a mínima maturidade sexual ou emocional, elas não têm capacidade para avaliar e muito menos optar se realmente querem ser prostitutas”.⁸⁹

As crianças prostituídas não são iguais, as suas características não são exatas. Muitas meninas são de uma segunda geração de pessoas que moravam na rua, seus avós já

⁸⁵ RELATÓRIO AZUL. Op. cit., p.35.

⁸⁶ RELATÓRIO AZUL. Op. cit., p.36.

⁸⁷ MOTTA, Patrícia. Prostituição infantil: enfoque jurídico do sexo-turismo no Brasil. *Consulex-Revista Jurídica*, ano I, n.6, 1997, p.10.

⁸⁸ MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.10.

⁸⁹ MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.11.

viviam nas ruas, isto é, filhos de filhos da rua. Portanto, o problema é mais profundo do que se pensa.⁹⁰

As meninas, ao irem para a rua, depois de um tempo, não têm mais ligação com a família. São atraídas por essa vida, sem obrigações onde podem usar a droga sem limites.⁹¹

Em primeiro lugar, a miséria encaminha a criança a se prostituir. O dinheiro leva à prostituição, porque as crianças precisam dele para comprar comida e, especialmente, para adquirir cola. Segundo MOTTA “logo que chegam às ruas, as meninas experimentam a droga, muitas vezes oferecida pela “turma”. Viciadas, elas roubam e se prostituem para poder comprar mais”.⁹²

Geralmente, há um cafetão por trás das meninas que procuram um local para ficar e estas trazem outras dos mais diferentes lugares para trabalhar. São eles que controlam o negócio, conservando as meninas viciadas e simultaneamente dão-lhes proteção.⁹³

1.3.2.1. SEXO TURISMO

No Brasil, a cada dia, aumenta o sexo-turismo e, conseqüentemente, a exploração de crianças e adolescentes.

Em Recife, há um bairro rico, de maior renda per capita da capital pernambucana, chamado de Boa Viagem. Houve, nesse bairro, uma batida policial em que foi flagrado um “turista” suíço, tentando convencer meninas de treze e quatorze anos de idade, que estavam se prostituindo na praia, a ir embora para a Suíça com a promessa de uma vida melhor.⁹⁴

Geralmente, essas pessoas são intermediários de uma rede de exploração de crianças e adolescentes da Europa, que atuam no Nordeste do Brasil. A delegada Olga

⁹⁰ MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.11.

⁹¹ MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.11.

⁹² MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.11.

⁹³ MOTTA, Patrícia. Op. cit., p.11.

⁹⁴ CONSULEX, ano I, n.6, 1997, p.12.

Câmara, titular da diretoria de polícia da criança e do adolescente e membro da rede estadual de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, revela que Recife é o pólo regional da exploração sexual de menores e constitui-se como referência do sexo-turismo.⁹⁵

No Recife, dos 214 inquéritos instaurados em 1996, na Diretoria de polícia da criança e do adolescente, 112 relacionavam-se com sexo. Segundo CÂMARA “A exploração sexual de crianças e adolescentes é incrementada pela facilidade com que se entra em Pernambuco pelo Aeroporto Internacional dos Guararapes. É aí que tudo começa. Os agentes da exploração já estão esperando os estrangeiros para levá-los aos hotéis especializados”.⁹⁶

Quando terminava uma temporada de férias em Recife, os agentes faziam festa de despedida no aeroporto com as meninas de treze anos de idade, onde havia até choro, de acordo com CÂMARA, a qual reconhece que pela extensão da exploração, há pouca repressão.

Uma denúncia a respeito dos vãos do sexo ao governo alemão, com o auxílio do consulado do mesmo país, diminuiu bastante o movimento da boate “Chakatak”, local de encontros dos adolescentes e alemães, em Boa Viagem – Recife. Nessa boate, tudo é em alemão, do placar de futebol até o cardápio.⁹⁷

Em Recife, muitos meninos de rua, de nove e dez anos de idade, são vítimas do comércio da pedofilia. Os agentes trabalham para convence-los a irem embora para a Suíça.⁹⁸

A prostituição é um negócio antigo, que sempre ofereceu lucros. A modernidade, porém, exigiu que a mesma também se adaptasse aos novos tempos. Os intermediários estão desaparecendo, diante da concorrência, com isso as prostitutas obtêm um lucro maior.⁹⁹

⁹⁵ CÂMARA, Olga. In consulex. Op. cit., p.13.

⁹⁶ CÂMARA, Olga. In consulex. Op. cit., p.13.

⁹⁷ CÂMARA, Olga. In consulex. Op. cit., p.13.

⁹⁸ NETO, Silvino José do Nascimento. In consulex. Op. cit., p.13.

⁹⁹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do sexo. *Revista Isto É*, n.1464, 1997, p.46.

As prostitutas estão apresentando um novo perfil, onde a tendência mais forte é o comércio sexual. Hoje, elas têm mais autonomia, pois “as clássicas figuras dos rufiões, cafetinas e gigolôs estão se transformando em dinossauros, em processo de extinção desde que as “meninas” aprenderam a se organizar e descobriram as vantagens da auto-gestão”.¹⁰⁰

As mulheres também são outras, não vivem mais em submundos. O sexo, mediante pagamento, não é o único modo de sobrevivência. Atualmente, as prostitutas estão muito perto das pessoas comuns. Conforme constata a antropóloga Cláudia Fonseca, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Prostituição, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “pode ser aquela pacata vizinha, uma colega de faculdade ou aquela balconista bonitinha”.¹⁰¹

Há, no entanto, o outro lado da prostituição onde algumas garotas ganham com ela mais do que o necessário à sobrevivência. É o caso de uma pernambucana de 19 anos, que tornou-se uma “executiva do sexo” em São Paulo, ganhando mensalmente aproximadamente R\$8 mil reais. O Café Photo é um dos locais de encontro naquela cidade, que possui 80 garotas de programa. Nesses lugares, o comércio sexual é discreto.¹⁰²

As profissionais do sexo passaram a chamar-se “garotas de programa”, call-girls e acompanhantes de executivo. Assim, de acordo com o pesquisador da PUC-SP, a prostituição é um complemento da renda, ou melhor, um bico, fazendo com que essas mulheres não se considerem prostitutas.¹⁰³

A tecnologia faz parte da vida das prostitutas que a usam com a finalidade de se preservarem, utilizando os pagers e celulares. Há novas maneiras de oferecer seu trabalho, como revistas especializadas, classificados de jornais e internet nas quais apresentam-se com outros nomes.¹⁰⁴

Geralmente, as prostitutas se estabeleciam em praças e esquinas que estão sendo substituídas por outros ambientes mais fechados, tendo em vista a violência nas cidades

¹⁰⁰ TRINDADE, Eliane. Op. cit., p.46.

¹⁰¹ FONSECA, Cláudia. Microempresárias do sexo. Op. cit., p.46.

¹⁰² TRINDADE, Eliane. Op. cit., p.49.

¹⁰³ FONSECA, Leandro. Microempresárias do sexo. Op. cit., p.46.

¹⁰⁴ TRINDADE, Eliane. Op. cit., p.48.

e por causa da Aids. Os bordéis não têm mais lugar, foram trocados pelas casas de massagem, os locais de shows eróticos, “inferninhos” e outros pontos de encontro.¹⁰⁵

Hoje em dia, é difícil localizar a “prostituição artesanal”, ou seja, a prostituta que trabalha para um gigolô. Segundo essa espécie de prostituição, o dinheiro deve ser entregue para o gigolô e a prostituta, ainda, é submetida a violências pelo mesmo. A maior parte das despesas do negócio está sob a responsabilidade dela, porém o gigolô a protege. O que tem ocorrido consiste num “negócio organizado em moldes capitalistas. Ou seja, monta-se uma empresa, cuja mercadoria é a mulher, enquanto prestadora de serviços sexuais. Como toda empresa, emprega-se pessoal para gerenciar o negócio, pagam-se salários para as trabalhadoras, faz-se a contabilidade dos lucros”.¹⁰⁶

A exploração do sexo para a sociedade capitalista é como se fosse uma empresa de outro ramo. Nos negócios, o objetivo é o máximo de lucro, não se importando com a moral. As consequências da prostituição são psicológicas e também materiais de quem é explorada por terceiros.¹⁰⁷

Percebe-se que o importante é o lucro resultante da exploração do negócio, sem considerar as suas consequências. A qualquer custo, deve-se obtê-lo, independente do prejuízo que isso possa causar às pessoas exploradas que participaram do negócio.

A mulher prostituída treina atos sexuais, visando ao prazer de seus clientes. Assim, a prostituta torna-se uma máquina, passando por um processo de desumanização.¹⁰⁸ Desse modo, a prostituta torna-se indiferente a maior parte dos clientes, ao contrário, daquelas que se animam com os clientes. Há casos, também, em que prostituta e cliente se apaixonam e casam.

1.3.2.2. PORNOGRAFIA

A pornografia infantil leva as crianças a continuar sendo vítimas sexuais dos adultos. Ela consiste “no registro – fotografia e filmes- de atividades sexuais desenvolvidas

¹⁰⁵ TRINDADE, Eliane. Op. cit., p.48.

¹⁰⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.64.

¹⁰⁷ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.64.

¹⁰⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.65.

por crianças com adultos, outras crianças ou animais”.¹⁰⁹ Para se realizar a confecção de material pornográfico de crianças é necessária a exploração sexual das mesmas.

Há um círculo vicioso a partir do primeiro registro de práticas sexuais infantis. Para SAFFIOTI “a exploração sexual de crianças, condição *sine qua non* da elaboração de material pornográfico, perpetua-se graças ao uso que se faz deste material. A chantagem não apenas impede a criança de escapar à exploração sexual, como a induz a colaborar com o explorador, recrutando outras crianças para participar do *métier*”.¹¹⁰

O explorador usa algumas estratégias para não deixar a criança se libertar da exploração sexual. Uma delas é quando vai tirar a foto da criança exige-se que sorria, reforçando assim que houve a participação da criança nos atos libidinosos. Agindo dessa maneira, a criança deixa de ser vítima e sim responsável também pela atividade libidinosa. A criança sente culpa pelos atos praticados.¹¹¹

Por um lado, a criança não quer que o explorador mantenha o material pornográfico, mas por outro, tem medo de que a polícia descubra sua participação em fotografia ou cinema, através do seu sorriso ou outras manifestações. Portanto, a criança fica em silêncio, impedindo que alguém possa tomar uma atitude para ajudá-la a sair dessa exploração.¹¹²

São utilizadas, na pornografia infantil, crianças de ambos os sexos, variando a idade. É de se espantar que, inclusive, imagens de bebês são usadas para este fim.

As pessoas que exploram as crianças integram diversas profissões, como médicos, servidores da justiça, padres e especialmente as que têm poder sobre a criança. Socialmente, não se desconfia desses seres, entretanto, possuem, certamente, problemas psicológicos.¹¹³

¹⁰⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração Sexual de Crianças. **Pornografia infantil**. Op. cit., p.82.

¹¹⁰ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.82.

¹¹¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.82.

¹¹² SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.83.

¹¹³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.83.

Na maioria dos casos, inicia a abordagem da criança com a “exibição de fotos pornográficas, visando a estimular a sua curiosidade. Tudo se faz num clima de segredo, de conspiração, de cumplicidade. A partilha do segredo parece desempenhar papel extremamente importante na exploração sexual de crianças”.¹¹⁴

A realização da denúncia pelo menor de idade é mais difícil de se concretizar. Porém, outras pessoas que sabem dessa exploração podem ajudá-lo a deixar essa vida de explorado. Uma saída é a informação às autoridades competentes, para que possam buscar outras alternativas de sobrevivência para essas crianças.

O explorador desenvolve a culpa na criança. A partir daí, faz a proposta do segredo, como uma garantia de que não vai ser denunciado. No incesto, ocorre processo parecido distinguindo-se da pornografia, porque nesta as manifestações da criança ficam registradas no material impresso.¹¹⁵

As crianças, vítimas de molestadores sexuais, às vezes, denunciam, mas só depois de sofrerem violências sexuais por muito tempo. Os exploradores se previnem da denúncia com ameaças, assegurando-se de que a criança não contará nada a ninguém. Assim, a produção da pornografia infantil está na ignorância, em razão da dificuldade da denúncia, porque a relação de cumplicidade entre os exploradores e as crianças é muito forte.¹¹⁶

A criança pode iniciar-se na pornografia olhando pornografia de adulto com o fim de estimular o seu desejo sexual. Ela começa na pornografia quando estiver preparada para corresponder à iniciativa sexual, produzindo-se o material.¹¹⁷

A venda da pornografia infantil ocorre regularmente no Brasil e em outros países. Há uma troca da produção pornográfica entre os exploradores de crianças, aumentando o material. Segundo SAFFIOTI a atividade de elaborar “pornografia infantil e a de colecionar materiais elaborados por outros, obtidos pela compra ou pela troca, parece satisfazer e

¹¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.83.

¹¹⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.83.

¹¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.84.

¹¹⁷ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.83.

reforçar as renitentes e compulsivas fantasias sexuais sobre crianças alimentadas pelos exploradores”.¹¹⁸

As crianças são facilmente exploradas, pois quase sempre fazem parte de famílias desajustadas, onde são jogadas na rua, sem dinheiro, sem rumo e não tendo onde morar. De outro lado, a criança recebe algum dinheiro para sobreviver pela sua participação no material pornográfico.¹¹⁹

Há pais viciados que usam seus filhos menores para conseguir a droga. Através da “venda dos filhos, ou seja, entregam os filhos para trabalhos pornográficos, mediante o recebimento do dinheiro. Esta é uma das formas em que a criança inicia na pornografia infantil”.¹²⁰

Vários adolescentes não querem mais ficar em casa, porque não toleram suas famílias. Não conseguem emprego e a pornografia acaba sendo um meio de se manterem. Afirmo SAFFIOTI, sobre esta questão: “nesta faixa etária entra um novo componente, ou seja, a afirmação pessoal. Isto se revela não apenas pela deliberação de viver só, mas também pela atividade de seduzir adultos capazes de remunerá-los. Uma vez dentro do jogo da sedução, ora é o menor que seduz o adulto, ora é este que seduz o primeiro. A sedução, como aliás tudo que implica relação, é um fenômeno de mão dupla e não de mão única”.¹²¹

O comércio da pornografia infantil, seja a fotografia, o filme ou o impresso, não tem fronteiras, se expandindo por toda a parte, inclusive por outros países. Para a autora citada “se trata de uma indústria multimilionária, há numerosos obstáculos à sua detecção e averiguação legais. Boa parte do tráfico de crianças faz-se em função da demanda destes pequenos atores de materiais pornográficos”.¹²² Portanto, um dos motivos que dificultam as descobertas dos envolvidos pelas autoridades brasileiras, na pornografia infantil, é o lucro auferido dessa atividade.

¹¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.84.

¹¹⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.85.

¹²⁰ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.85.

¹²¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.85.

¹²² SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.86.

Vítimas de exploradores que trabalharam com pornografia tornam-se no futuro, infelizmente, molestadores de crianças. Ocorre um círculo vicioso nas crianças vítimas da pornografia: qualquer que seja a espécie da violência sexual sofrida pela criança, haverá uma tendência de ela se prostituir ou se for homem, molestar outras crianças.¹²³

A criança difere fisicamente e emocionalmente do adulto. Percebe-se a “violação da natureza, quando uma criança é submetida aos desejos sexuais (ou fixações? Ou poder discricionário?) de adultos”. A natureza das crianças deve ser respeitada, tendo ela condições de realizar suas opções sexuais.¹²⁴

No Brasil, há uma violação dos direitos das mulheres e crianças. Assim, pode-se “tratar globalmente a questão, sem separar os direitos humanos dos adultos e das crianças, na medida em que a vitimização sexual de crianças gera prostitutas adultas, prostitutos adultos e agressores sexuais de novas crianças”.¹²⁵ A infância deve ter mais atenção, a fim de que as crianças tenham seus direitos básicos atendidos para melhorar essa situação.

De acordo com SAFFIOTI “é pungente e mostra as condições de miserabilidade material e moral a que são expostas milhares e milhares de crianças brasileiras, muitas vezes vendidas como animaizinhos capazes de proporcionar prazer a adultos detentores de poder econômico e ou político”.¹²⁶ As crianças exploradas pela prostituição e pornografia são também um problema político. Na medida em que “se trata de abuso de poder por parte do adulto, o problema se inscreve a nível sócio-cultural e nele deve ser enfrentado”.¹²⁷

Outra questão que não deve ser desconsiderada refere-se a crianças desaparecidas, as quais têm ligação com a pornografia e também com a prostituição. Pode ocorrer o tráfico internacional de crianças, pois existe uma rede vinculando os exploradores brasileiros aos de outros países.¹²⁸

¹²³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.86.

¹²⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.86.

¹²⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.87.

¹²⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.80.

¹²⁷ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.80.

¹²⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Op. cit., p.81.

No que diz respeito à pornografia infantil e à internet, é conhecido que esta última apresenta uma infinidade de informações, no entanto, existem riscos também. É facilitado o acesso anônimo na internet, evitando acusações como ocorre em contatos pessoais. A rede traz muitas vantagens para o desenvolvimento da pornografia infantil, principalmente do mercado clandestino internacional.¹²⁹

Está cada vez mais presente a violência pornográfica nos filmes de televisão via satélite e na internet. É mais um meio de comunicação a apresentar a violência. Não é difícil localizar a pornografia sádica na internet, demonstrando-se, nesses materiais, os abusos praticados contra as mulheres. Verifica-se, ainda, a estrutura da nossa sociedade em que os homens têm o poder.¹³⁰

Não há muitos estudos sobre as conseqüências da pornografia sobre os que a vêem. Mas há indícios de que alguns homens praticam o estupro decorrente da pornografia violenta.¹³¹

A internet é um meio muito utilizado de distribuição da pornografia infantil. Segundo CARLSSON “a rede é usada para reproduzir e disseminar pornografia infantil, mas também como veículo de sedução e aliciamento. A rapidez, economia e simplicidade do meio têm tornado muito eficaz a distribuição da pornografia. O alcance global da rede cria condições sem precedentes para a difusão de imagens ilegais”.¹³²

A pornografia infantil é ilegal, por isso aqueles que permutam assuntos ilegais pela rede da internet mantêm o anonimato. A pornografia infantil na rede, portanto, torna-se uma prática mais disfarçada do que os outros tipos de pornografia. Porém, não é difícil achar esse tipo de material na internet, pois qualquer usuário pode encontrá-lo.¹³³

¹²⁹ GROEBEL, Jo. Crianças vítimas de violência na tela: necessidade de pesquisa e cooperação. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Op. cit., p.172.

¹³⁰ CARLSSON, Ulla. Pesquisa e informação sobre pornografia infantil na internet: sensibilização do público. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Op. cit., p.182.

¹³¹ CARLSSON, Ulla. Op. cit., p.182.

¹³² CARLSSON, Ulla. Op. cit., p.183.

¹³³ CARLSSON, Ulla. Op. cit., p.184.

A sociedade de informação pela auto-regulação deveria resolver com eficácia o problema da pornografia infantil na rede. Se isso não ocorrer, a própria legitimidade da Internet será posta em questão.¹³⁴

A pornografia infantil, na internet, contribui para estender, ainda mais, a exploração sexual das crianças. A pesquisa realizada, nos meios de comunicação, pode auxiliar no combate desse grave problema, assim como a psicologia, a sociologia e a criminologia. Tal trabalho foi desenvolvido no interesse da criança e proteção de seus direitos. O artigo 17 da Convenção sobre os direitos da criança determina que haja a garantia do acesso da criança à informação, proporcionando-lhe benefícios sociais e culturais e também a sua proteção com relação a material que prejudique o seu bem-estar.¹³⁵

As crianças, geralmente, não se utilizam da pornografia infantil, mas podem entrar em contato com esse tipo de conteúdo e apresentar problemas ou se acostumar com ele. Ainda, pelas regras de mercado, a criança se torna “um produto de venda sexual” ou são produtos de troca no ambiente da pornografia infantil, entre amigos e famílias. Em regiões muito pobres, as crianças são vendidas por dinheiro como se fossem mercadorias integrantes de um comércio semelhante à prostituição.¹³⁶

1.3.2.3. PEDOFILIA

Segundo POSTERLI a pedofilia “é atração sexual por criança. Trata-se no adulto de impulsos libidinosos dirigidos a crianças”.¹³⁷

A pedofilia pode acontecer em pessoas que ficaram impotentes. Pode se expressar na forma de toque nos órgãos genitais, práticas sexuais entre uma pessoa mais velha e a criança, pois esta sente-se atraída, geralmente, pelos mais velhos, tornando a prática mais

¹³⁴ CARLSSON, Ulla. Op. cit., p.184.

¹³⁵ CARLSSON, Ulla. Op. cit., p.185.

¹³⁶ GROEBEL, Jo. Op. cit., p.173.

¹³⁷ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.191.

fácil.¹³⁸ São pessoas já de uma certa idade que possuem um nome a preservar, porém, sofrem de problemas mentais e sexuais.¹³⁹

Também se conceitua a pedofilia como “uma preferência sexual por crianças, usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade”.¹⁴⁰ Os pedófilos têm interesse por meninos, meninas ou de ambos os sexos. Em mulheres não é comum a pedofilia. Há os homens que preferem se relacionar sexualmente com adultos, mas não conseguem manter relações sexuais normais, substituindo essa relação com crianças.¹⁴¹

Ocasionalmente, os pais que abusam sexualmente de seus filhos pré-púberes, também realizam essa prática com outras crianças. Essa conduta dos pais apresenta características da pedofilia. É comum, também, a pedofilia nos casos de incesto, em que as filhas são violentadas pelos próprios pais, como pode estar relacionado, inclusive ao alcoolismo. A pedofilia é denominada também de parafilia pela qual “o indivíduo procura, como objeto de amor carnal, não pessoa adulta do sexo oposto, que seria o normal, e sim crianças, de um ou de outro sexo”.¹⁴² É conhecida também por infantofilia que é perversão sexual.

As práticas sexuais realizadas pelos pedófilos vai desde o estupro, cometendo violência aos órgãos genitais das meninas ou o atentado violento ao pudor em que utiliza-se do ânus dos meninos. Ocorre também, a masturbação da criança e do adulto ao mesmo tempo. Em alguns casos, os pedófilos gostam do sexo oral.¹⁴³

Na medicina, é considerado o verdadeiro infantofílico “um indivíduo de desenvolvimento sexual retardado, que permanece, portanto, no estágio infantil de sua evolução e que procura crianças não para violentá-las e sim para masturbá-las e masturbar-se ao mesmo tempo, pelo fato de ainda permanecer em sua fase infantil”.¹⁴⁴ Há, portanto, um atraso no desenvolvimento físico do pedófilo.

¹³⁸ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.191.

¹³⁹ POSTERLI, Renato. Op. Cit., p.193.

¹⁴⁰ CID-10 F65.4. Código de Identificação de Doenças.

¹⁴¹ CID-10 F65.4. Código de Identificação de Doenças.

¹⁴² POSTERLI, Renato. Op. cit., p.192.

¹⁴³ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.192.

¹⁴⁴ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.192.

A pedofilia, in lato sensu, tem a característica do sadismo, isto é, “classificam-se como sádicos os ‘monstros’ que atacam criancinhas para efetuar atos libidinosos”.¹⁴⁵

Houve um paciente portador de transtorno de preferência sexual que tinha dificuldade, quando via um menino bonito de oito a onze anos de idade. Certo dia, esse paciente foi a um cinema, quando percebeu já tinha iniciado novamente ato libidinoso com um menino que estava ao seu lado, havendo inclusive constrangimento para a criança e o paciente no cinema. O paciente é uma pessoa educada e possui formação, mas apresenta essa patologia causando-lhe ansiedade.¹⁴⁶

Existem anúncios em revistas especializadas, que utilizam em vez de pedofílico o termo lolitomaniaco. Demonstra-se através do depoimento de um lolitomaniaco a barbaridade que tem acontecido com relação à pedofilia: “Embevecido e ainda meio tonto com a reportagem sobre as doces menininhas (n.124), quero parabenizar essa revista pelo crescente nível demonstrado, caracterizando uma nítida posição de vanguarda [...]. Gostaria de estabelecer contato com outros lolitomaniacos como eu para trocarmos fotos e idéias acerca de menininhas na faixa de idade de oito a doze anos.”¹⁴⁷

Em Porto Alegre, RS, em 1995, foi decretada a prisão preventiva de um Juiz do Trabalho aposentado, de cinquenta e quatro anos, sob a acusação de abuso sexual contra trinta meninas cuja idade variava dos oito aos quinze anos. Cada uma das meninas era ameaçada de que se falasse a alguém seria morta. Havia fotografias das crianças nuas e o aliciamento era feito nas escolas.¹⁴⁸

É um erro pensar que o agressor que violenta crianças é uma pessoa ignorante e que não têm formação. Numa pesquisa realizada por POSTERLI, no período de 1988 a 1995, constatou-se que o agressor pode ter as mais variadas profissões.¹⁴⁹

Assim, conclui-se que o transtorno “corre por conta da personalidade, mesmo, exteriorizando-se em grave condutopatia”.¹⁵⁰

¹⁴⁵ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.194.

¹⁴⁶ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.197-198.

¹⁴⁷ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.198.

¹⁴⁸ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.199.

¹⁴⁹ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.204.

¹⁵⁰ POSTERLI, Renato. Op. cit., p.205.

Ainda temos que a pedofilia consiste em “manifestações e práticas de desejo sexual que alguns adultos desenvolvem em relação a crianças de ambos os sexos na pré-puberdade. O ato da pedofilia é uma transgressão singular que coloca em xeque as regras usadas pelas sociedades para nortear o seu relacionamento com a sexualidade”.¹⁵¹ Não pode ser analisado somente o ato em si da pedofilia, mas deve ser levada em conta a personalidade do pedófilo.

O estupro e o atentado violento ao pudor, principalmente, de natureza pedofílica são comportamentos que provocam reações no público. Tais condutas são consideradas hediondas, por isso os autores desses delitos, às vezes, são linchados.

Tais delitos são tão bárbaros que até os presos se revoltam, pois suas famílias também não têm proteção e eles estão presos, pouco podendo fazer numa circunstância dessas.

Para prevenir a pedofilia é necessário conhecer o ato da pedofilia e seu cenário. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), a pedofilia é “a ocorrência de práticas sexuais entre um indivíduo maior (16 anos ou mais), principalmente do sexo masculino, com uma criança na pré-puberdade (13 anos ou menos)”.¹⁵² Quando a prática sexual se realizar no fim da adolescência, a maturidade sexual deles, será considerada uma diferença.

Para haver um enquadramento na pedofilia, exige-se, com rigor, que as vítimas devem ter menos de 13 anos. Assim, atos sexuais entre o adolescente e o adulto ou agressão sexual contra meninos ou meninas maiores, podem ser desconsiderados da pedofilia.¹⁵³

Os pedófilos são atraídos por ambos os sexos, como também existem os que preferem somente meninos ou meninas. Há dois tipos de pedófilos: o tipo exclusivo “sexualmente atraído apenas por crianças” e o não-exclusivo “que também é ativo com adultos”.¹⁵⁴

A conduta dos pedófilos pode ser o exibicionismo sem a aproximação física até a penetração. Segundo DUNAIGRE existe a pedofilia de situação em que alguns adultos

¹⁵¹ DUNAIGRE, Patrice. **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p.9.

¹⁵² DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.14.

¹⁵³ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.15.

¹⁵⁴ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.14-15.

“atacam sexualmente crianças sem necessariamente sentirem atração sexual por elas. Geralmente são atos isolados, impulsivos, cometidos por indivíduos com personalidades patológicas”.¹⁵⁵

Classifica-se, ainda, a pedofilia em preferencial que é o tipo tradicional de pedofilia. Caracteriza-se por um desvio sexual, tendo em vista crianças na pré-puberdade. É denominada conforme critérios distintos de preferência sexual, tipo de violação sexual, formas de penetração e outros. Ressalta-se que a pedofilia está presente em todos os níveis sócio-culturais, nas camadas pobres e nas ricas também.¹⁵⁶

Geralmente, o pedófilo é uma pessoa gentil, bem relacionada socialmente e nem se desconfia que possa ter praticado atos dessa espécie. Dificilmente, o pedófilo falará de suas tendências.¹⁵⁷

Há distintos fatores que resultam no ato da pedofilia. Primeiramente, tem-se o fator emocional anterior à agressão. É comum os pedófilos apresentarem sentimento de impotência, depressão e outros. Esses estados emocionais encaminham ao desvio sexual.¹⁵⁸

Na pedofilia encontra-se também o fator racional. É raro a prática sob impulso na pedofilia preferencial. Há uma sequência no ato: aproximação, relacionamento, o risco é calculado e a prática do ato. Isso requer um tempo para o desenvolvimento do processo. O pedófilo relaciona-se com a família da criança e seu ambiente.¹⁵⁹

O processo de escolha das vítimas baseia-se em critérios pessoais como idade, sexo, traços físicos em geral. O pedófilo utiliza-se de algumas estratégias para a aproximação inicial como: dar presentes, entabular conversas, interessar-se pelos gostos da criança, usar material pornográfico e a força. O risco do ato é sempre analisado pelo autor do abuso. Ele verifica se existe testemunhas ou não, se há possibilidade de a criança denunciá-lo, vingança ou reação dos pais. Esse processo, pela escolha racional, possibilita extrair-se dados sobre as

¹⁵⁵ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.15.

¹⁵⁶ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.15.

¹⁵⁷ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.15.

¹⁵⁸ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.16.

¹⁵⁹ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.16.

táticas utilizadas pelos pedófilos, facilitando o trabalho das pessoas responsáveis pela sua prevenção.

O incesto tem uma abordagem própria e faz parte do ato pedofílico. Entretanto, a sua prática possui características peculiares. Não existe o sentimento de atração por crianças pelo pai incestuoso, salvo por sua criança. Ainda, o incesto ocorre somente na família, trazendo conseqüências diferentes à vítima.¹⁶⁰

Clinicamente a personalidade do pedófilo, é aquela que tem características especiais de uma constituição perversa. Há diferença de personalidade entre as pessoas que têm a pedofilia de situação, daquelas que apresentam a pedofilia preferencial. Na pedofilia de situação, de acordo com DUNAIGRE, “encontram-se estruturas psicopatológicas que vão da esquizofrenia até a psicopatia. Neste sentido, os fatores determinantes são a imaturidade, a impulsividade e as múltiplas transgressões da lei”.¹⁶¹ Na pedofilia preferencial, no aspecto psiquiátrico, a característica da perversão é mais específica.

O MAPI – Movimento contra a Pedofilia na Internet, criado por pesquisadores e professores da Bélgica, refere-se a um grupo de estudos que analisou os problemas relativos às informações que incentivam a exploração sexual de crianças na rede. Em março de 1997, houve uma conferência para apresentar os resultados da pesquisa. Entre eles, comparou-se a Internet a canais tradicionais que divulgam a pornografia infantil constatando-se que a Internet tornou mais fácil a disseminação das informações, proporcionando encontros entre os pedófilos e os grupos que têm as mesmas idéias, dando poderes virtuais aos primeiros.¹⁶²

Portanto, a pedofilia é uma forma grave de exploração sexual, em que são exploradas crianças com menos de treze anos, seres imaturos e sem defesa. Tal conduta é considerada hedionda, conseqüentemente, deve ser punida.

¹⁶⁰ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.17.

¹⁶¹ DUNAIGRE, Patrice. Op. cit., p.18.

¹⁶² BASTELAAR, Beatrice Van. O movimento contra a pedofilia na internet. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Op. cit., p.156.

A partir do segundo capítulo do trabalho, será analisado como a legislação brasileira tem tratado a exploração sexual infanto-juvenil. Serão estudados os tipos penais, os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

CAPÍTULO II – A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

2.1. O ATUAL CÓDIGO PENAL E OS TIPOS PENAIIS QUE TRATAM DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

O Código Penal Brasileiro trata dos comportamentos sobre a exploração sexual, no título VI, dos crimes contra os costumes¹⁶³, em que os principais crimes são: o Estupro, Atentado Violento ao Pudor, Sedução, Corrupção de Menores. No título VI, ainda, ao referir-se ao Lenocínio e do Tráfico de Mulheres, encontram-se os crimes: Mediação para Satisfazer a Lascívia de Outrem, Favorecimento da Prostituição, Casa de Prostituição, Rufianismo e o Tráfico de Mulheres. O primeiro delito relacionado com a exploração sexual infanto-juvenil é o estupro.

2.1.1. ESTUPRO

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213, define o crime de estupro como “Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. A pena é de reclusão, de seis a dez anos”.

A violência pode ser física ou psicológica. A psicológica constitui a grave ameaça, devendo ser um mal considerável cometido contra a vítima.¹⁶⁴

¹⁶³ O Código Penal Brasileiro está sendo revisto através do anteprojeto do Código Penal – Parte Especial – a que se atribuiu o título – Esboço Ministro Evandro Lins – em homenagem ao Presidente da Comissão, em 1994. A atual Comissão constituída no final de 1997, está dando continuidade ao trabalho. Nesse anteprojeto, a designação de hoje – Dos Crimes Contra os Costumes – não persiste, mas trata Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual. Em se tomando os “Costumes” como referência, a mulher, apesar de sua dignidade humana, é posta em plano secundário. Daí, consequência lógica, a lei atual distinguir, como elemento constitutivo do crime – mulher honesta, mulher virgem – como se quem não evidenciasse tais qualificações não merecesse a proteção da lei.

¹⁶⁴ ELUF, Luiza Nagib. Crimes contra os costumes e assédio sexual. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1999, p.29.

O objeto jurídico do crime é a liberdade sexual da mulher, podendo ela decidir sobre a sua sexualidade,¹⁶⁵ tendo o direito sobre o seu corpo.

O sujeito ativo do crime de estupro é o homem sempre; a mulher nunca poderá cometê-lo sozinha, salvo quando houver a participação de mais pessoas praticando a violência contra a vítima. Não há o estupro numa relação forçada entre duas mulheres, pois deve haver a cópula heterossexual,¹⁶⁶ isto é, a conjunção carnal. E a vítima, o sujeito passivo do crime é sempre a mulher.

Segundo ROSA,¹⁶⁷ com a recusa ao ato sexual há uma espécie de excitação. Assim, os crimes sexuais se originam, geralmente “entre pessoas rejeitadas, desprezadas, mal amadas, ora por serem feias e deformadas, ora por sofrerem de impotência para ereção, ou sentirem dificuldades para o orgasmo”.

A relação anal realizada contra a vontade da vítima, tipificada de atentado violento ao pudor, tinha a pena de reclusão de dois a sete anos. Já o estupro era punido por reclusão de três a oito anos. A relação sexual vaginal foi considerada pelo legislador de 1940 mais grave do que o coito anal praticado contra a mulher. Também considerou mais grave a prática da violência contra uma mulher do que contra um homem.¹⁶⁸

A lei dos crimes hediondos n.8.072/90 igualou as penas dos delitos do estupro e do atentado violento ao pudor, aumentando para reclusão de seis a dez anos. Após essa lei, passou a se compreender que a violência é a mesma, seja na relação vaginal, seja na relação anal.¹⁶⁹ Essa lei veio para proteger a liberdade sexual do indivíduo.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, no setor privado ou público, em definitivo. Não se admite que continue havendo preconceitos nas diferenças legais¹⁷⁰ dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Segundo ELUF, “ambos os delitos deveriam ser fundidos em um só, no

¹⁶⁵ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.27.

¹⁶⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.27.

¹⁶⁷ ROSA, Antonio José Miguel Feu. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p.541.

¹⁶⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.28.

¹⁶⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.28.

¹⁷⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.28.

qual a vítima fosse tanto homem quanto mulher (o mesmo se aplicando ao autor), com um nome jurídico abrangente que poderia ser ‘violação sexual’”. O código penal português de 1995 utilizou essa idéia.

Em alguns casos, não está adequada para o crime de atentado violento ao pudor a pena de seis a dez anos de reclusão, pois é um crime que abrange várias condutas desde um beijo dado sem o consentimento da vítima, sendo que nesse caso a pena prevista é muito elevada, equiparando-se à pena de estupro.¹⁷¹

De acordo com o Código Penal, a conjunção carnal é a relação sexual vaginal que somente pessoas do sexo oposto podem praticá-la. Para o estupro consumar-se deve haver a penetração ou o começo de penetração, este denomina-se de “coito vestibular ou vulvar”.¹⁷² Assim, não é essencial que ocorra a penetração completa do pênis.

Não se exige que seja rompido o hímen, pois a relação sexual pode ser incompleta ou a mulher ter hímen complacente em que não há a ruptura. É também considerado estupro o coito vulvar. Conforme ELUF o coito vulvar ou vestibular “caracteriza o estupro, uma vez que, psicologicamente, a vítima se sente estuprada. Atritar o pênis na entrada da vagina não é o mesmo que fazê-lo em outra parte do corpo feminino. Além do que, havendo ejaculação, existe possibilidade de gravidez”.¹⁷³

A penetração parcial na vagina é diferente do coito vulvar em que o contato ocorre com a parte exterior da genitália feminina,¹⁷⁴ já na penetração parcial há um começo de penetração. Existe o estupro nos dois atos em que é possível também a gravidez.

Para MIRABETE¹⁷⁵, o delito consuma-se “com a introdução completa ou incompleta do pênis na vagina da mulher, não sendo necessário o orgasmo ou ejaculação”.

¹⁷¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.28.

¹⁷² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.28.

¹⁷³ ELUF, Luiza Nagib. Op. Cit., p.30.

¹⁷⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. Cit., p.30.

¹⁷⁵ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 1989, p.407.

No mesmo sentido afirma DELMANTO que o crime de estupro consuma-se¹⁷⁶ “com a introdução, parcial ou não, do pênis na vagina. É indiferente que o agente alcance a ejaculação”.

A conjunção carnal deve ser em sentido estrito. Para a consumação do crime deve haver a introdução do pênis na vagina. Não importa que a penetração não seja total, assim como acontece no estupro de crianças de três a cinco anos de idade.¹⁷⁷ É irrelevante a ejaculação ou pode se realizar no exterior.

Quando for o coito anal, bucal ou ainda houver a prática de atos libidinosos não ocorre o estupro e sim o atentado violento ao pudor. Ainda, o uso do dedo ou de outro instrumento também não caracteriza o estupro. Exige-se o coito vagínico¹⁷⁸ entre o homem e a mulher, sendo um aspecto principal do crime.

O comportamento sexual da mulher não é examinado nesse crime, não sendo relevante se a mulher é virgem ou não. Conseqüentemente, pode ser vítima do crime a prostituta.¹⁷⁹

2.1.1.2. A VIOLÊNCIA NO CRIME DE ESTUPRO

O crime de estupro constitui-se de dois elementos: a relação sexual e o constrangimento ilegal. Não é considerado crime a relação sexual, já o constrangimento ilegal é. Trata-se do constrangimento à realização do prazer sexual.¹⁸⁰

Um aspecto importante do crime de estupro é a questão da violência referente ao comportamento do agente. Há duas espécies de violência previstas pelo nosso Código Penal: a presumida e a real. A violência real ocorre segundo ROSA¹⁸¹: “quando o agente agride a vítima com força física: tabefes, socos, empurrões, aperta a mulher entre as mãos,

¹⁷⁶ DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p.413.

¹⁷⁷ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.542.

¹⁷⁸ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.542.

¹⁷⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.29.

¹⁸⁰ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.542.

¹⁸¹ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.544.

bate-lhe com qualquer objeto, dá-lhe pancadas, enfim, fã-la sofrer, sentindo dor na própria carne, quer restem lesões, quer não”.

A violência real para ELUF¹⁸² consiste “na agressão física e a imposição da vontade do agente, no mais das vezes decorre da superioridade muscular do homem, que tem maior facilidade em subjugar a mulher do que o inverso”.

O delito de estupro pode ocorrer na forma de violência moral. Trata-se da grave ameaça¹⁸³ sendo “a promessa de um mal que induza a vítima ao pavor, levando-a a consentir no ato sexual que não é de sua vontade”. Temos o caso da vítima ameaçada por arma de fogo, que é um meio de intimidação à vítima para a consumação do crime.

A ameaça deve ser de um mal sério, que a pessoa perceba grandes chances de se realizar. Pode ser uma ameaça de lesão, de morte ou da vítima receber uma facada na barriga. Exige-se que ocorra um perigo para o corpo da vítima ou para a sua vida.¹⁸⁴

Além da violência real há a presumida ou ficta nos casos em que a vítima é menor de catorze anos; o agente conhece que a vítima é alienada ou débil mental e por qualquer motivo não resiste. Assim, ocorre a presunção legal de estupro quando houver relações sexuais com menor de catorze anos. Há a presunção se a vítima for deficiente ou possuir doença mental, achar-se embriagada sem condições de dar o seu consentimento, entre outras causas, se for maior de catorze anos.¹⁸⁵

Para caracterizar o estupro, deve ficar claro a resistência da vítima, ou seja, há uma coação para a prática do ato e foi realizado contra a sua vontade. Deve haver uma revolta razoável da vítima e não uma resistência simulada.¹⁸⁶

A resistência da vítima não pode ser uma simulação de honestidade. Os penalistas da época consideravam que a mulher poderia ter uma conduta falsa, em que muitas vezes querendo dizer sim, não o fazia porque moralmente não podia. Portanto, segundo ELUF

¹⁸² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.30.

¹⁸³ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.30.

¹⁸⁴ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.544.

¹⁸⁵ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.543.

¹⁸⁶ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.544.

os pensadores do direito erraram quando não deram valor à palavra da vítima, pelo receio de a mulher simular a honestidade.¹⁸⁷

Existem preconceitos na doutrina e jurisprudência conforme ELUF “porque são reminiscências de um tempo em que a mulher, submetida ao patriarcado, não era senhora de si. Seu corpo não lhe pertencia e seus desejos sexuais eram sistematicamente reprimidos”. Hoje, a simulação da honestidade não tem por que existir, pois homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos da lei. A mulher tem o direito de dispor sobre o seu corpo, tendo plena liberdade em suas relações sexuais. A fim de desculpar um ato sexual, ela não acusaria um homem da prática do estupro.¹⁸⁸

Ainda, segundo a autora citada “quando o sexo não conspurca a mulher nem glorifica o homem, incorre o erro de comunicação existente em tempos passados. O ‘não’ feminino é não mesmo, sem distorções interpretativas, pois o sim não lhe é vedado”. Com a emancipação da mulher, a palavra da vítima passou a ter mais valor.¹⁸⁹

Conforme MIRABETE, a violência moral ou física deve prevalecer sobre a oposição da vítima, forçando a mulher a realizar a conjunção carnal. Uma menor, criada em meio rural, tinha o pai que era violento e fazia ameaças se ela não realizasse o ato sexual com ele. Houve o estupro, pois a vítima não tinha condições psicológicas para resistir ao pai caracterizando-se a violência moral.¹⁹⁰

Não há o consentimento da mulher quando ela não tem mais forças para resistir ao estuprador, deixando-se levar ao ato sexual, assim como a que não pratica nenhum ato em sua defesa pelo medo. Ressalta-se que não pode haver a concordância da mulher com o agente. Não há o crime se houver o consentimento, salvo os casos de presunção de violência do artigo 224 do Código Penal Brasileiro, quando a mulher não tem capacidade para o consentimento válido.¹⁹¹

¹⁸⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.30.

¹⁸⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. Cit., p.30-31.

¹⁸⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. Cit., p.31.

¹⁹⁰ MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.412.

¹⁹¹ JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1994, p.90.

Enfim, para realizar a justiça deve haver uma preparação dos operadores do direito para uma nova visão das relações de gênero¹⁹² e o reconhecimento da liberdade e honra da mulher nos novos tempos.

2.1.2. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR

A definição do crime de atentado violento ao pudor está no artigo 214 do Código Penal Brasileiro: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal: pena-reclusão de seis a dez anos”.

A lei n. 8.072/90 classificou o atentado violento ao pudor em crime hediondo. Depois foi ratificado pela Lei 8.930/94 que modificou o art 1º da lei n.8.072/90. Dessa forma, não tem direito o autor de tal crime à anistia, graça ou indulto, à liberdade provisória e fiança. O cumprimento da pena deverá ser integralmente em regime fechado e pode ser por trinta dias a prisão temporária. Mesmo se o condenado for primário e de bons antecedentes, o juiz pode negar, quando houver sentença condenatória, a apelação em liberdade.¹⁹³

O crime de atentado violento ao pudor pode ser realizado tanto pelo homem como pela mulher, o que difere do estupro que deve ocorrer a conjunção carnal mediante coação do homem contra a mulher. É possível que haja o crime entre mulheres, ou seja, o “lesbianismo forçado”.¹⁹⁴ Segundo ROSA o crime é “comum, que pode, portanto, ser cometido por qualquer um. Tanto faz que seja de homem sobre vítima mulher, de homem sobre vítima homem, de mulher sobre vítima mulher, ou de mulher sobre vítima homem”. Enfim, a conduta deve ser praticada sobre a pessoa humana.¹⁹⁵

No que se refere ao sujeito passivo desse delito a lei trata de alguém que pode ser tanto o homem como a mulher. Ocorre o crime, também, quando a vítima for menor, débil mental ou meretriz. Todas essas pessoas têm a sua liberdade sexual protegida.¹⁹⁶ A vítima não

¹⁹² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.34.

¹⁹³ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.415.

¹⁹⁴ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.416.

¹⁹⁵ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.556.

¹⁹⁶ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.416.

precisa ter características especiais ou o entendimento do caráter libidinoso do ato realizado. Conforme JESUS¹⁹⁷ “basta que ofenda o pudor médio e tenha conotação sexual para que se constitua delito”.

O crime de atentado violento ao pudor pode ser cometido pelo marido contra a esposa, mesmo que haja a obrigação do relacionamento sexual entre os cônjuges. A esposa continua com direito sobre o seu corpo, não devendo submeter-se a comportamentos libidinosos, contrários a sua vontade. Também caracteriza o crime contra a prostituta, apesar do comércio do próprio corpo, ela não pode ser obrigada a praticar atos que não quer, através de violência ou ameaça séria.¹⁹⁸

A conduta refere-se a constranger que significa forçar a vítima a fazer algo, o que requer a oposição sincera da mesma. A violência ou grave ameaça vencem a resistência da vítima.¹⁹⁹

Ato libidinoso, segundo JESUS, “visa ao prazer sexual. É todo aquele que serve de desafogo à concupiscência. É o ato lascivo, voluptuoso, dirigido para a satisfação do instinto sexual”.²⁰⁰ O ato não se caracteriza pela conjunção carnal e não é necessária a cópula vagínica como no crime de estupro.

Alguns atos libidinosos podem ser assinalados “a *fellatio in ore*, expressão jurídico-penal que vem do latim *fellato* (chupar, mamar), e que se refere ao chamado coito bucal ou *imissio penis in* (introdução do pênis na boca do outro); o *cunnilingus*, que consiste em lambe as partes pudendas; o coito anal; o coito *inter femora* (entre as coxas)”²⁰¹. Ainda, considera-se ação lasciva o apalramento das partes íntimas da vítima, a masturbação, entre outros.

No tipo penal do atentado violento ao pudor não bastam insinuações, palavras, mas exige-se o contato corporal. Não é necessário o contato com órgãos sexuais, pode ser com partes do corpo da vítima. Não existe atentado violento ao pudor em atos de apalpação

¹⁹⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.95.

¹⁹⁸ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.95-96.

¹⁹⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.96.

²⁰⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.96.

²⁰¹ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.556.

do corpo da vítima como, às vezes, ocorre no escuro dos cinemas, beijos ou “agarramentos”.²⁰²

Não caracteriza o delito a contemplação lasciva ou a amostra de partes do corpo, pois nesse crime há a necessidade do contato corporal. Entretanto, o beijo lascivo é considerado um atentado violento ao pudor, mas a pena mínima (seis anos de reclusão) é a mesma aplicada ao sexo anal. Existe uma “escala hierárquica” nos atos libidinosos que inicia com o simples toque até o coito anal. Segundo princípios de justiça, não deve ser aplicada tal pena ao beijo lascivo. Nesse sentido, seria mais acertado empregá-la no estupro abrangendo todas as espécies de cópula como a vaginal e a anal. O atentado violento ao pudor seria um delito mais brando, com pena menor e poderia ter outro nome.²⁰³

O ato libidinoso, sob o aspecto objetivo, deve ser “ofensivo ao pudor coletivo, contrastando com o sentimento de moral médio, sob o ponto de vista sexual. Além disso, subjetivamente, deve ter por finalidade a satisfação de um impulso de luxúria, de lascívia”.²⁰⁴ Há certos atos libidinosos fáceis de serem identificados como o coito *inter femora*, o coito anal, porém existem atos que dependem das circunstâncias para verificar se é libidinoso. Segundo JESUS²⁰⁵, tal dificuldade aparece “em razão de o conceito de ato libidinoso abranger não apenas o equivalente ou sucedâneo fisiopsicológico da conjunção carnal, mas também outras manifestações de libidinagem em que, embora não se realizem sobre ou com os órgãos sexuais nem levem à plena satisfação genésica, estejam presentes o impulso lascivo e a ofensa à moralidade média”.

O grau de pudor pessoal da vítima não é relevante, pois a libidinosidade do ato independe do entendimento do ofendido ou de sua malícia. O ato é crime se for reconhecido objetivamente como libidinoso.²⁰⁶ Para verificar se houve ato libidinoso, Ter-se-ia que analisar o grau de pudor da pessoa, o mesmo não poderia ser caracterizado quando se referisse à criança ou alienado, pois essas pessoas não têm capacidade de compreender a lascívia do ato libidinoso. Portanto, é suficiente que o ato atinja o pudor do homem médio, desconsiderando a

²⁰² ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.556-557.

²⁰³ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.42.

²⁰⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.96.

²⁰⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.97.

²⁰⁶ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.417.

capacidade da vítima em relação a libidinosidade por não ter capacidade psíquica ou por “depravação moral”.²⁰⁷

Não importa, para o resultado do crime, que a vítima seja velha, nova, virgem, solteira ou casada, podendo ser vítima também, a meretriz. Esta não tem a obrigação de aceitar os caprichos sexuais de quem quer que seja. Houve a alegação de que não havia o crime de atentado violento ao pudor realizados contra crianças de três ou quatro anos, em virtude da falta de conhecimento do que significa pudor. Entretanto, a doutrina e jurisprudência entendem que há o crime e uma “circunstância especial de agravamento do crime, denotando o agente maior periculosidade e revelando até sintomas de morbidez”.²⁰⁸

Ocorre o atentado violento ao pudor em crianças pequenas, nos atos como passar as mãos nos seios, nas nádegas, independente de outros mais íntimos em que há contato sexual.²⁰⁹

O crime de atentado violento ao pudor possui duas condutas previstas no código penal, em que a vítima pratica o ato libidinoso diferente da conjunção carnal ou permite que o mesmo seja praticado com ela. Praticar é a realização ativa pela vítima do ato libidinoso como a masturbação. Permitir ocorre quando a atitude compete somente ao autor do crime e a vítima acaba permitindo o ato libidinoso em razão da violência ou grave ameaça.²¹⁰ Enfim, é o comportamento passivo da vítima.

Desse modo, praticar é “executar materialmente o ato, não abrangendo a mera assistência, em que está ausente a intervenção corpórea e material da vítima. Sem a sua participação ativa ou passiva não se pode falar em prática de ato libidinoso”.²¹¹ A vítima pode praticar o ato libidinoso com terceiro e não com o autor do crime ou permitir que este o pratique. Pode, ainda, ser praticado em si mesma no caso da automasturbação.²¹²

Na lei está escrito “ato libidinoso”, portanto palavras ou escritos obscenos não caracterizam o atentado violento ao pudor, mesmo que haja a ofensa ao pudor. Porém, a visão

²⁰⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.96.

²⁰⁸ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.558.

²⁰⁹ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.558.

²¹⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.97.

²¹¹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.97.

²¹² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.97.

lasciva constitui o ato libidinoso em que o autor do crime encontra uma mulher nua e a constrange a ficar nua com o objetivo de contemplá-la.²¹³ Desse modo, a vítima é obrigada a consentir na prática do ato libidinoso diverso da conjunção carnal contra a sua pessoa, realizando-se o crime.

A consumação no crime de atentado violento ao pudor ocorre com a realização do ato libidinoso, através da violência ou grave ameaça.²¹⁴ Admite-se a tentativa, pois há duas situações nesse crime: o momento da violência ou grave ameaça e a ocorrência do ato libidinoso. Há casos em que o autor do crime comete a violência simultaneamente com a prática do ato libidinoso, não havendo a separação dos dois momentos do crime, efetivando-se, assim, a consumação do mesmo. Entretanto, caracteriza-se a tentativa quando o autor do crime utiliza-se da violência, mas não consegue realizar o ato libidinoso. Deve ficar provada a “intenção de lesar”²¹⁵ o pudor da vítima.

Pode haver vários atos libidinosos antes do desejado; o agente tira a roupa da vítima e apalpa as partes íntimas, com o objetivo de constrangê-la a praticar o coito anal. A consumação do crime já ocorre com o primeiro ato libidinoso, não importando se o agente alcançou a sua finalidade, pois no ato encontram-se os elementos do tipo penal.²¹⁶

Há um pensamento que prevalece no meio jurídico, em que existe a tentativa do atentado violento ao pudor quando há a violência ou grave ameaça, porém é impedido de realizar os atos libidinosos por fatores estranhos à sua vontade. Desse modo, há a tentativa quando o agente procura tocar o corpo da vítima ou praticar o coito anal, porém é interrompido por alguém.²¹⁷

Existem duas espécies de violência no atentado violento ao pudor: a real e a presumida ou ficta, como no estupro. O artigo 224 do Código Penal Brasileiro determina que se a vítima é menor de 14 anos, alienada mental e o agente sabia desse fato ou a vítima não pode resistir, ocorre a violência ficta por presunção legal *juris et de jure*. Outros casos em que

²¹³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.98.

²¹⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.42.

²¹⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.99.

²¹⁶ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.99.

²¹⁷ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.559.

a violência é presumida acontecer quando a vítima está embriagada, dormindo ou ainda sonolenta e é procurada de repente na cama por pessoa fisicamente robusta.²¹⁸

Quando o sujeito passivo se enquadrar no artigo 224 do Código Penal, a pena aumenta pela metade segundo o artigo 9º da lei n.8.072, de 25 de julho de 1990,²¹⁹ que tratou sobre os crimes violentos.

2.1.3. SEDUÇÃO

O crime de sedução consiste em “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”. Essa previsão legal tem a finalidade de proteger a “honra sexual”²²⁰ da menor e sua virgindade.

No conceito de honra, não são reconhecidas as intenções da pessoa nem seus sentimentos, pois é um conceito “exclusivamente social, refere-se à imagem pública de alguém diante da moral vigente. Trata-se daquilo que alguém aparenta ser”.²²¹

Considerando a virgindade física e moral, o nosso Código Penal segue o sistema misto. A virgindade física é um princípio de prova de que a mulher é honesta, mas há, também, outros elementos. Em alguns casos, a mulher é virgem, mas possui experiência de vida praticando atos libidinosos,²²² não havendo o delito de sedução.

No crime de sedução, há a proteção legal da virgindade da mulher. O homem possui instinto sexual que deve se enquadrar aos costumes e à moral social, com atenção especial aos adolescentes, pois são inexperientes sendo facilmente levados à sedução.²²³ Atualmente, a idéia de sedução é outra, os costumes são diferentes dos da legislação de 1940,

²¹⁸ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.559.

²¹⁹ JESUS, Damásio E.de. Op. cit., p.99.

²²⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.109.

²²¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.58.

²²² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.109.

²²³ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.425.

porque as moças acordam para a sexualidade mais cedo, havendo uma tolerância maior nos julgamentos pelos tribunais.²²⁴

O Código Penal Brasileiro vê a mulher como uma pessoa frágil e dependente do homem, podendo somente ser vítima do crime e jamais autora, pois quem seduz é o homem. No tempo em que surgiram tais leis, não se pensava que uma mulher pudesse seduzir um homem. Nesse sentido, “há poucos registros de mulheres sedutoras, porque a sedução traz consigo a idéia de poder, de manipulação, de frieza, de domínio da sexualidade”.²²⁵

O termo “honesta” é utilizado pelo código penal e significa que a mulher deve ser inocente, casta e sem experiência. Tem a proteção penal, no campo sexual, a mulher honesta e com isso sua castidade é preservada. Desse modo, a mulher estaria protegida até realizar o matrimônio mantendo a sua honra e a do marido.²²⁶

Ao criar o delito da sedução, o objetivo do Código Penal foi dar a proteção à honra do homem, não se preocupando com a integridade física e psicológica da mulher.²²⁷

Há a figura do “Don Juan” conhecido no cinema e na literatura por sua imagem do conquistador de mulheres, do homem que tem poder nas relações sexuais. A finalidade do Código Penal é “punir o ‘Don Juan’, ou qualquer conquistador que se pareça com ele. O sedutor, em sua crueldade, procura menos a satisfação sexual e mais a glória de levar a mulher, arditamente, à completa submissão aos seus desejos”.²²⁸

O interesse da mulher não é considerado quando o código, através do crime de sedução, tem a intenção de que a mulher seja virgem até os dezoito anos. Hoje, a sexualidade faz parte dos direitos humanos da mulher, sendo descabida a cobrança da sua virgindade indo contra os novos tempos. Portanto, o crime de sedução é uma forma de garantia da “opressão sexual”²²⁹ da mulher.

²²⁴ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.570.

²²⁵ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.56.

²²⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.58.

²²⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. Cit., p.58.

²²⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.57.

²²⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.59.

Não se permite mais, atualmente, a visão da sedução sob aspecto patriarcal, pois a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante uma sociedade em que deve haver a igualdade entre o homem e a mulher em direitos e obrigações, caindo em desuso o crime de sedução.²³⁰

O Código Penal tipifica a “sedução perversa” que acontece quando a mulher é seduzida por alguém, resultando danos morais de difícil reparação. Desse modo, verifica-se o abuso, mais facilmente, em razão da paixão da mulher, tendo em vista que o sexo é proibido, mas o desejo superará a sua oposição.²³¹

No pensamento do legislador de 1940, a mulher que se envolve sexualmente perde, além da virgindade, a sua honra e a oportunidade de casamento, sobrevivência. Por isso, aquele que seduz a mulher virgem poderá receber uma pena de reclusão de dois a quatro anos. Haverá a isenção da pena se houver o casamento. Porém, a mulher, a que o Código Penal se refere, mudou o seu perfil, pois a virgindade não tem mais valor como nos tempos antigos; hoje ela tem consciência do seu corpo.²³² A inocência e o recato não são mais qualidades que a mulher deva ter, cada vez mais ela está se profissionalizando, alcançando com isso a sua independência econômica.

Segundo ELUF²³³, “quando ninguém perde e ninguém ganha depois de um ato sexual, o crime de sedução não tem mais razão de ser. É o que acontece na lei brasileira de hoje: tanto homens quanto mulheres são livres, não existe mais o jugo que fazia da mulher eterna perdedora”. Don Juan, por exemplo, é uma figura ultrapassada e não há a sedução perversa.

O homem é o sujeito ativo do crime, porque só ele mantém a conjunção carnal com a mulher. E o sujeito passivo é a mulher virgem, maior de catorze e menor de dezoito anos. Mulher virgem é a que jamais manteve a conjunção carnal, tendo como sinal da virgindade o hímen íntegro. Hímen é a “membrana mucosa mais ou menos permeável que se apresenta no orifício interior da vagina”.²³⁴ Há casos como o do hímen complacente em que a

²³⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.59.

²³¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit. p.59.

²³² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.59.

²³³ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.59.

²³⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.110.

mulher mantém a conjunção carnal, e ele não se rompe. O seu rompimento pode ocorrer por trauma ou em acidente, sem existir relações sexuais. Pode haver, ainda, a restauração da membrana através de cirurgias plásticas. Portanto, havendo ou não a perda do hímen, mulher virgem é a que não manteve a conjunção carnal.²³⁵

Nas hipóteses comuns, comprova-se o desvirginamento da mulher através do exame de corpo de delito. A conduta do tipo penal é seduzir a menor conduzindo-a à conjunção carnal. O ato de seduzir significa convencer, dominar, atrair.²³⁶ Convencer uma jovem sem experiência, através de carícias, beijos e juras de amor, constitui-se em sedução simples e a qualificada ocorre quando o agente usa de manobras ardilosas, enganando a vítima para obter a posse sexual.²³⁷ Pode ser a promessa de casamento decorrente de noivado ou namoro.

A sedução da vítima deve ocorrer levando em consideração a inexperiência da vítima ou justificável confiança. Inexperiência não quer dizer que a vítima seja alienada do meio social, ingênua, mas inexperiente é “a jovem que não possui o conhecimento prático das atividades sexuais, que não se mostra capaz de formular um juízo ético sobre a atividade sexual e suas conseqüências”.²³⁸

Hoje, o crime de sedução por inexperiência é raro, pois há várias maneiras de se ter acesso ao sexo através dos meios de comunicação, da discussão sobre o assunto e também deve-se considerar que os costumes evoluíram. No meio rural, geralmente as pessoas são mais conservadoras, mesmo assim a jovem tem conhecimento sobre o sexo pela televisão e revistas. A fim de constatar se a mulher é inexperiente, o intérprete da lei terá que, em cada caso, analisar o comportamento da vítima, o ambiente em que ela vive, sua conduta anterior e nível cultural.²³⁹

Existe o crime quando for houver abuso de justificável confiança. A ofendida é enganada pelo agente, principalmente, pela promessa de casamento. Há, ainda, a justificável confiança no namoro sério. A moça que aceita a primeira proposta ou possui namorado há

²³⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.110.

²³⁶ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.427.

²³⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.110.

²³⁸ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.111.

²³⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.111.

pouco tempo, já tendo relações sexuais, não pode ser considerada vítima, porque a confiança justifica o relacionamento sexual. Os recursos utilizados para enganar a vítima devem ser eficazes à jovem normal, ou seja, devem ser examinados objetivamente.²⁴⁰

Referente à idade da vítima, no crime de sedução, ela deve ter mais de 14 anos, pois, ao contrário, haverá a presunção de violência, isto é, quando a vítima for menor de 14 anos, o delito praticado será de estupro.²⁴¹ Há a proteção legal da jovem até os 18 anos, depois dessa idade, a menor já tem condições de se proteger e decidir sobre a sua vida sexual, porque já pode ser eleitora e receber uma punição criminal.

A consumação do crime de sedução ocorre com a cópula vagínica podendo ser completa ou incompleta.²⁴² O crime consuma-se, segundo Jesus, “com a prática da conjunção carnal, ou seja, com a introdução, completa ou incompleta, do órgão sexual masculino na vagina da vítima”.²⁴³ O momento consumativo é a cópula vagínica. A expressão “conjunção carnal” é utilizada pelo código que significa o ato sexual normal, completo ou incompleto. Configura o crime a introdução incompleta do pênis na vagina, podendo resultar em gravidez. Deve haver a introdução do pênis, caso contrário será caracterizada a tentativa do crime. Não há o crime na cópula vestibular em que a aproximação sexual ocorre apenas nas partes externas da mulher.²⁴⁴

No que se refere à tentativa, ela pode ser admitida, quando for fracionado o *iter criminis*²⁴⁵, ou seja, o caminho percorrido até a consumação do crime. Segundo MIRABETE, a tentativa “teoricamente é possível, mas os atos preliminares poderão configurar, residualmente, o crime de corrupção de menores”. Os atos anteriores que caracterizariam a corrupção de menores, efetivando-se a conjunção carnal, integram a sedução.²⁴⁶

²⁴⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.111.

²⁴¹ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.427.

²⁴² MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.428.

²⁴³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.112.

²⁴⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.65.

²⁴⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.112.

²⁴⁶ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.428.

Para ELUF admite-se a tentativa, uma vez que é possível o fracionamento na fase executória do crime, porém é difícil a prova, podendo haver confusão com o delito de corrupção de menores.²⁴⁷

Atualmente, o crime de sedução não tem sentido conforme ELUF²⁴⁸ “a sedução é punível porque, no sistema patriarcal, a sexualidade deprava, corrompe a mulher. A fraude, por sua vez, leva a vítima (mulher honesta, virgem) a consentir no ato sexual que ela sabe ser seu dever evitar. Ocorre um vício de vontade, um consentimento baseado em mentiras”.

Em outubro de 1995, passou a vigorar o novo Código Penal Português que deixou de fora o crime de sedução, abandonando a visão da mulher incapaz e tratou da proteção à autodeterminação sexual. Introduziu outros tipos como o “abuso sexual de crianças”, artigo 172 e o “abuso sexual de adolescentes e dependentes”, artigo 173. Esses tipos novos trazem, em seus artigos, princípios de igualdade de gênero, não havendo diferença no fato de mulher ou homem, ser o autor e vítima do crime.²⁴⁹

Desse modo, o Código Penal Português substituiu os conceitos antigos que rebaixavam a mulher a incompetente, passando a proteger a determinação sexual da mulher, através dos crimes novos acima mencionados.

2.1.4. CORRUPÇÃO DE MENORES

A fim de proteger os costumes e a integridade moral dos maiores de 14 anos e menores de 18 anos, há o crime do artigo 218, denominado de corrupção de menores. A conduta desse tipo penal leva ao desvirtuamento precoce da sexualidade. O menor é influenciado a praticar condutas que podem encaminhá-lo à prostituição.²⁵⁰

O delito de corrupção de menores tem a seguinte descrição no artigo 218: “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos, com

²⁴⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.66.

²⁴⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.65.

²⁴⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.66.

²⁵⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.67.

ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo: pena – reclusão, de um a quatro anos”.

A definição do crime de corrupção de menores pode ser entendida, segundo HUNGRIA²⁵¹, “como o fato de quem, em desafio da própria lascívia, promove ou favorece a impudícia de pessoa adolescente iniciando-a ou adestrando-a nas práticas eróticas. O seu meio é o ‘ato de libidinagem’, que vai desde a cópula normal (*extra matrimonium*) até o osculum illecebrosus, com escalas por todos os múltiplos sucedâneos do ato sexual e torpes contatos ou expedientes inspirados por desregrada concupiscência”.

O objeto da proteção penal está na sexualidade dos menores com o objetivo de protegê-los contra a exploração sexual e a depravação. Os jovens, na faixa etária entre 14 e 18 anos, devem ter maior proteção da lei, pois estão em fase de desenvolvimento, tornando-se mais frágeis às influências do meio exterior.²⁵²

O sujeito ativo do crime de corrupção de menores pode ser qualquer pessoa, tanto o homem quanto a mulher. O menor, maior de catorze e menor de dezoito anos, seja qual for o sexo, pode ser o sujeito passivo. O código estipulou para a vítima a idade mínima de catorze anos considerando a presunção de violência do artigo 224, a. Quando o menor presenciar a prática de ato libidinoso, definido como crime no artigo 218 do Código Penal, distinguindo-se da prática do ato referido no artigo 214, não havendo a assistência do menor.²⁵³

Desse modo, não haverá proteção penal para o menor de catorze anos que presenciar a prática do ato libidinoso, não havendo o crime do artigo 218, pela idade mínima da vítima e também não ocorre o delito do artigo 214, pois não está prevista a assistência de ato libidinoso. Portanto, o fato não está previsto como tipo penal.²⁵⁴

²⁵¹ HUNGRIA, Nélson; LACERDA, Romão Côrtes de; FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao código penal**. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p.181.

²⁵² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.69.

²⁵³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.113.

²⁵⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

O legislador não deveria ter limitado a idade da vítima em catorze anos, pois ficaram sem proteção os menores dessa. A criança, com menos de catorze anos, pode ser corrompida através de atos libidinosos.²⁵⁵

Muitos delinquentes procuram realizar atos semelhantes à cópula, porém é freqüente o fracasso em razão de os órgãos infantis serem pouco desenvolvidos, resultando em lesões graves. O corpo infantil, muitas vezes, é utilizado também para a masturbação. Há uma preparação dos delinquentes para se aproximarem das crianças com a finalidade de conseguir a sua confiança, através de gulodices e moedas. Outras vezes, se identificam como médicos, autoridades, aproveitando-se dessa qualidade para abusar da criança.²⁵⁶

Segundo MATTER²⁵⁷, “A criança precocemente despertada no terreno sexual torna-se vítima fácil da corrupção moral e é extremamente suscetível de tomar o rumo do crime. A sociedade, portanto, está interessada em providenciar medidas legais de proteção para que seja severamente castigado o criminoso que se aproxima da inocência das crianças”.

Não podem ser vítimas do delito de corrupção de menores, aqueles que já foram corrompidos, pois não há maneira de corromper quem já o foi. Para a vítima ser considerada, corrompida deve-se observar cada caso, porque ela pode ter somente começado a sua vida sexual, e a corrupção “pressupõe uma sexualidade doentia e desregrada. Não é qualquer iniciação sexual que leva ao caminho da perversão”.²⁵⁸

Existe uma “escala de corrupção” e se o menor estiver no seu grau máximo haverá o crime, porém, o mesmo poderá ocorrer se o menor se encontra nos primeiros degraus de degradação podendo ser corrompido a um grau mais elevado.²⁵⁹ Há uma graduação da corrupção, não caracterizando a degradação moral da vítima, a prática do ato libidinoso ou a conjunção carnal. Para que isso aconteça com o menor de idade, este deve ser levado à luxúria e à depravação, não apenas a realização da cópula carnal.²⁶⁰

²⁵⁵ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.70.

²⁵⁶ MATTER, Alfredo. **O delito sexual**. São Paulo: Livraria Correa Editora, 1957, p.79.

²⁵⁷ MATTER, Alfredo. Op. cit., p.80.

²⁵⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.70.

²⁵⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

²⁶⁰ COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1992, p.13.

A sexualidade, por si não pode ser caracterizada como corrupção. Ela se caracterizará se a vítima não for inteiramente corrompida, podendo, no entanto, o autor do delito ampliar a corrupção já existente, cometendo o crime. A vítima, totalmente corrompida, poderia ser a prostituta(o).²⁶¹ Não há a proteção penal ao menor que possui maturidade para entender as malícias e prazeres do sexo, sendo experiente e de “costumes frouxos”.²⁶²

O tipo penal abrange as condutas corromper e facilitar a corrupção. Corromper significa viciar, perverter e depravar a moral da vítima. No comportamento de facilitar a corrupção, o agente não toma a iniciativa de corromper a vítima, mas auxilia favorecendo os seus desejos. Existem três formas de corrupção “(a) de praticar com a menor ato de libidinagem, havendo, no caso, contato corporal entre sujeito ativo e passivo; (b) de induzir o menor à prática de ato de libidinagem em si mesmo(automasturbação, por exemplo) ou em terceiro(felatio, heteromasturbação etc.); e (c) de induzir o menor a presenciar ato de libidinagem praticado pelo agente ou por terceiros”.²⁶³

Deve ser entendida a corrupção, segundo ELUF, como “uma iniciação sexual desvirtuada, que leva ao exercício reiterado e doentio do instinto natural, transformando-o em perversão”.²⁶⁴

Ato de libidinagem é “qualquer ato que vise o prazer sexual. Abrange inclusive a conjunção carnal, já que esta, ao contrário do que ocorre no atentado violento ao pudor, não é excluída expressamente”.²⁶⁵ A prática de atos de libidinagem com a vítima menor, permanecendo a sua virgindade, o agente estará corrompendo-a, retirando a sua moralidade, conseqüentemente, marcando a sua personalidade e havendo um prejuízo precoce em sua sexualidade que não despertou ainda.²⁶⁶

Na primeira modalidade, deve haver a prática do ato de libidinagem com o menor exigindo-se a intervenção corpórea da vítima, ativa ou passivamente. Na segunda modalidade, o menor é induzido a praticar ato libidinoso em si ou com outra pessoa,

²⁶¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.73.

²⁶² ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.584.

²⁶³ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Op. cit., p.430.

²⁶⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.74.

²⁶⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

²⁶⁶ ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.584.

presenciado pelo corruptor. Na última modalidade, o menor é persuadido a assistir ato libidinoso realizado pelo agente ou terceiro.²⁶⁷

O crime abrange, pela sua descrição legal, a corrupção principal ou acessória. A principal é aquela caracterizada por comportamentos de iniciativa do agente e a acessória acontece quando há uma facilitação à corrupção.²⁶⁸ O agente pode utilizar vários meios a fim de facilitar o ato libidinoso e a corrupção da vítima tais como: fotografias, apresentações lascivas e obscenas, publicações e palavras, constituindo-se em meios de indução e determinação da vontade da vítima.²⁶⁹

A corrupção pode ser física ou moral. A física atinge o corpo e a moral afeta o sentimento de pudor da vítima. Entretanto, toda a corrupção é “moral, pois o conhecimento dos prazeres da carne vicia e degrada o ofendido, tornando-o presa da luxúria”.²⁷⁰ Para ELUF, na corrupção física “perde-se a castidade corporal” e na corrupção moral ocorre uma “perversão dos sentimentos, a perda do pudor. Todavia, toda perversão é, antes de mais nada, moral. Quando os sentimentos permanecem puros, apesar da atividade sexual física, não ocorre a perversão prevista na lei”.²⁷¹

O crime de corrupção de menores possui relação estreita com o de sedução, pois nos dois tipos penais deve existir a atração mediante promessas, presentes e ilusões, obtenção da confiança, sem o emprego da violência. Caracteriza-se o delito de corrupção de menores quando o fim seja praticar atos diversos da conjunção carnal para obter os prazeres anormais, uma vez que o objetivo dos atos libidinosos não foi para alcançar a cópula, muito menos a frustração de uma sedução.²⁷²

A consumação do crime se dá com a prática do ato libidinoso. Há uma corrente que trata a corrupção de menores como crime formal o que significa que o ato libidinoso realizado resulta na corrupção presumida. Outra corrente, porém, defende a exigência da prova de que o ato libidinoso corrompeu a vítima. A posição dominante é a segunda que fala

²⁶⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

²⁶⁸ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

²⁶⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.74.

²⁷⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.114.

²⁷¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.74.

²⁷² ROSA, Antonio José Miguel Feu. Op. cit., p.583.

da necessidade de o ato libidinoso produzir a degradação moral do ofendido. Não há o delito se não houve mudança em sua personalidade, não havendo influência moral.²⁷³

O delito consuma-se com a prática do ato libidinoso e consiste na indução da vítima em praticá-lo ou presenciá-lo. É fundamental que haja a corrupção do menor e que o ato libidinoso seja o responsável pela degradação moral para a configuração do delito. Se a corrupção surgir bastante tempo após o ato libidinoso realizado pelo agente, ocorrendo a prescrição, a degradação do menor não será responsabilidade do mesmo.²⁷⁴

A tentativa é possível em face do fracionamento do *iter criminis*.²⁷⁵ Segundo ELUF não é fácil a configuração da tentativa, pois ela pode caracterizar outros crimes como o favorecimento da prostituição, a mediação para servir à lascívia de outrem.²⁷⁶

2.1.5. LENOCÍNIO E TRÁFICO DE MULHERES

O Código Penal, ainda, no título VI, apresenta alguns crimes que abordam a questão da prostituição e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

O lenocínio constitui-se nas ações que promovem a prostituição de outras pessoas ou a obtenção de vantagens da mesma.²⁷⁷ O Código Penal apresenta cinco crimes: artigo 227, mediação para satisfazer a lascívia de outrem; artigo 228, favorecimento da prostituição; artigo 229, casa de prostituição; artigo 330, rufianismo e o artigo 331, tráfico de mulheres. Esses delitos tratam da exploração sexual de mulheres e da prostituição.

A prostituição, em si, não é crime, porém, a sua exploração é punida pela lei porque é considerada perigosa para a vida sexual decente dos casados ou de uniões estáveis.²⁷⁸ Mesmo não sendo crime a prostituição, as pessoas que colaboram com seu

²⁷³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.115.

²⁷⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.75-76.

²⁷⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.115.

²⁷⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.76.

²⁷⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.116.

²⁷⁸ MIRABETE, Júlio Fabrinni. Op. cit., p.453.

surgimento devem ser punidas penalmente. Segundo JESUS²⁷⁹, o lenocínio é “o fato de prestar assistência à libidinagem de outrem, ou dela tirar proveito”.

No lenocínio, o agente não deseja a satisfação da sua lascívia como noutros delitos sexuais, mas a de terceiros. Há dois tipos de lenocínio. Quando a pessoa tem a iniciativa da prostituição será o lenocínio principal, como no caso do favorecimento da prostituição e o da mediação para servir à lascívia de outrem. O lenocínio acessório caracteriza-se quando já existe a prostituição da vítima e o agente facilita a sua continuação. Temos os casos dos artigos 228, segunda parte, o 229 e 230.²⁸⁰

O artigo 231 do Código Penal define o tráfico de mulheres em que a ação do sujeito pode ser principal e acessória. A atividade do sujeito será principal quando promove a entrada de mulher que vai realizar a prostituição, no país, ou a sua saída para praticá-la no exterior. A atividade acessória ocorre quando o sujeito torna mais fácil a entrada da mulher que exercerá a prostituição no país ou sua saída indo exercê-la no exterior. Nesse sentido, tanto os traficantes de mulheres como os rufiões e proxenetas trabalham com a prostituição alheia, auxiliando-a e servindo-lhe de mediadores.²⁸¹

Há o tráfico de crianças e adolescentes para o estrangeiro e no interior do país, em que são obrigadas a se prostituírem, sendo ameaçadas, se denunciarem os criminosos. Saem de suas casas não retornando mais. Trata-se de uma máfia, em que para punir os responsáveis é necessária a denúncia. Esta, na maioria dos casos, não ocorre por medo da morte.

2.1.5.1. MEDIAÇÃO PARA SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM

O artigo 227 do Código Penal prevê o crime de mediação para servir à lascívia de outrem: “Induzir alguém a satisfazer à lascívia de outrem: pena-reclusão, de um a três

²⁷⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.139.

²⁸⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.139.

²⁸¹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.140.

anos". Nesse crime, protegem-se os bons costumes, a moralidade pública procurando evitar que a prostituição se desenvolva.²⁸²

A conduta do tipo penal é induzir, ou seja, incutir, persuadir, levar. O agente deverá fazer promessas para haver o induzimento, convencendo a vítima a satisfazer a lascívia de outro. É indispensável que a conduta seja capaz de persuadir a vítima a praticar tal ato. A lascívia significa sensualidade, libidinagem, concupiscência. Entre a vítima e o terceiro é preciso que haja uma relação direta.²⁸³

Há uma exigência que o agente convença a vítima a satisfazer a lascívia de pessoa determinada, caso contrário, se for para satisfazer a lascívia de várias pessoas será o crime de favorecimento da prostituição do artigo 228 do código penal.²⁸⁴ Caracteriza-se o crime havendo somente um caso de induzimento, não se exige a habitualidade.²⁸⁵

O sujeito ativo desse delito pode ser qualquer pessoa, mulher ou homem. O sujeito passivo é o homem ou mulher que satisfaz a lascívia de outrem. Se a vítima for totalmente corrompida não haverá o delito.²⁸⁶

Em relação à consumação do crime há duas correntes. Há o entendimento de que pelo induzimento consuma-se o crime, em o agente persuadindo, instigando a vítima a satisfazer a lascívia de outrem, não importando se houve a realização dos atos libidinosos. Por outro lado, a posição da maioria dos doutrinadores pátrios é a de que para caracterizar o delito deve haver efetivamente a satisfação da lascívia do outro, sendo indispensável a prática do ato libidinoso.²⁸⁷

A tentativa é admitida para aqueles que consideram consumado o crime quando efetivamente houver a prática do ato libidinoso. Desse modo, pode haver o fracionamento do *iter criminis*.²⁸⁸ Admite-se a tentativa quando o agente começar a execução do crime e não houver a consumação por circunstâncias alheias a sua vontade, como no caso

²⁸² MIRABETE, Julio Fabrinni. Op. cit., p.453.

²⁸³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.142.

²⁸⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.142.

²⁸⁵ MIRABETE, Julio Fabrinni. Op. cit., p.455.

²⁸⁶ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.141.

²⁸⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.131.

²⁸⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.133.

da vítima que foi induzida pelo agente a ficar com terceiro num quarto, quando alguém chega impedindo a satisfação da lascívia do terceiro.²⁸⁹

O artigo 227, parágrafo primeiro, prevê três casos de crime qualificado, em que a pena é de reclusão de dois a cinco anos. O primeiro deles refere-se à idade da vítima em que há o crime qualificado se praticado contra vítima maior de catorze e menor de dezoito anos. Ocorre a qualificadora pelo fundamento da inocência da ofendida a qual pode ser explorada com mais facilidade, por isso a lei é mais severa nesses casos.²⁹⁰

A qualificadora da idade da vítima tem por fim proteger as pessoas que não têm um desenvolvimento físico ou psicológico. Nesse crime, o agente denota maior periculosidade. Existe a presunção de violência quando a ofendida for menor de catorze anos configurando-se o crime de atentado violento ao pudor, estupro.²⁹¹

Há o lenocínio familiar previsto no artigo 227, parágrafo primeiro, segunda parte, o qual é praticado pelo marido, irmão, ascendente, descendente, curador ou tutor da vítima. O crime é qualificado, ainda, se praticado por pessoa responsável pela educação, guarda ou tratamento da ofendida, isto é, respectivamente educadores, pessoa encarregada pela vigilância da vítima como carcereiro em relação ao preso ou médicos e outros.²⁹²

A enumeração dos autores do lenocínio familiar é taxativa. Conforme JESUS, não pode ser cometido pela esposa da vítima, o padrasto ou o enteado, uma vez que eles não constam na relação do legislador. Também não é qualificado o crime quando praticado pelo empregador da ofendida e o pai adotivo.²⁹³

Os casos que não foram enumerados pelo legislador de lenocínio familiar ocorrem com frequência e são graves da mesma forma, pois há uma relação de proximidade entre essas pessoas, os quais deveriam, também, ser considerados crime qualificado, conseqüentemente, tendo a pena maior.

²⁸⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.144.

²⁹⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.142.

²⁹¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.455.

²⁹² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.142.

²⁹³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.143.

O crime é qualificado nos termos do parágrafo segundo se praticado com emprego de violência, grave ameaça ou fraude. Qualificam o crime os meios de execução capazes de viciar a vontade da ofendida. A fraude consiste no meio empregado para levar a vítima ao erro como no caso do agente que faz a vítima acreditar que está em tratamento sob responsabilidade de um médico.²⁹⁴

Quando o agente visar ao lucro da prática sexual haverá a qualificadora do parágrafo terceiro, chamada de lenocínio questuário. Não é preciso, para configurar tal qualificadora, que o agente consiga realmente o lucro, basta a intenção de obter vantagem financeira ao realizar o crime.²⁹⁵

2.1.5.2. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO

A prostituição, em si, não é considerada crime por motivos de política criminal, mas a lei tenta coibir a exploração do lenocínio. A definição do delito de favorecimento da prostituição encontra-se no artigo 228 do Código Penal: “Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone: pena – reclusão, de dois a cinco anos”.

O objeto jurídico desse crime consiste no interesse social em que o exercício da sexualidade seja normal, conforme a moralidade pública e os bons costumes.²⁹⁶ Procura-se, através desse crime, impedir a prostituição ou tornar difícil a sua prática.

A prostituição, segundo JESUS²⁹⁷, é “um modo de viver da pessoa, consistindo em entregar-se sexualmente a quem a solicita, mediante o recebimento do preço”. O delito de favorecimento da prostituição apresenta os verbos seguintes: induzir que significa persuadir; atrair é aquele que exerce atração e a pessoa que faz isso já está na prostituição; facilitar tem o sentido de favorecer, ou seja, o agente auxilia conseguindo clientes para a ofendida, também a coloca nos melhores pontos da prostituição e impedir que quer dizer dificultar, obstar como

²⁹⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.143.

²⁹⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.143.

²⁹⁶ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.145.

²⁹⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.145.

no caso da prostituta que não consegue trabalho porque o proxeneta a impede divulgando a sua condição.²⁹⁸

Tanto o sujeito ativo como o passivo do crime de favorecimento da prostituição pode ser qualquer pessoa, homem ou mulher. O delito traz a palavra alguém, portanto homem ou a mulher, não se excluindo o primeiro, pois existe a prostituição masculina.²⁹⁹

Nas condutas ‘induzir’ ou ‘atrair’, o crime se consuma quando a vítima é encaminhada à prostituição, pode ser com o seu começo. Não se exige que a ofendida pratique atos sexuais, configura o delito ela estar no local da prostituição. Consuma-se o delito na modalidade ‘facilitar’ com a realização de um ato que facilite o comércio sexual, como por exemplo, arrumar um cliente. A meretriz não deixa a prostituição pela conduta do agente, consumando-se o delito na modalidade de ‘impedir’. No que se refere à tentativa, admite-se quando, apesar do comportamento do agente não é estabelecida a prostituição ou ocorre o abandono do meretrício.³⁰⁰

O crime é qualificado nos mesmos casos do artigo 227 do Código Penal, isto é, está previsto no artigo 228, parágrafo primeiro, quando a vítima é maior de 14 e menor de 18 anos ou quando o autor do crime é ascendente, descendente, marido, curador ou irmão e ainda a pessoa que recebeu a atribuição para fins de educação, guarda ou tratamento. No artigo 228, parágrafo segundo, há a qualificadora nos casos de emprego de violência, grave ameaça ou fraude e a pena correspondente será de reclusão de quatro a dez anos, mais a pena da violência. E no artigo 228, parágrafo terceiro, aplica-se pena de multa também quando há a finalidade de lucro.³⁰¹

2.1.5.3. CASA DE PROSTITUIÇÃO

O crime “casa de prostituição” está previsto no artigo 229 do código penal: “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou

²⁹⁸ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.146.

²⁹⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.145.

³⁰⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.147.

³⁰¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.458.

gerente: pena – reclusão, de dois a cinco anos e multa”. O objeto jurídico do crime é disciplinar a vida sexual conforme a moralidade pública, a organização da família e os bons costumes.³⁰²

A palavra manter é no sentido de conservar, sustentar casa de prostituição ou local de encontros para fins libidinosos. Esses locais podem ser sustentados por terceiros ou por conta própria. Haverá o crime se terceiro mantiver casa de prostituição. É necessária a habitualidade, porém se foi praticado somente um ato sexual, instalada a casa, ocorrerá o crime.³⁰³

O lugar onde as prostitutas praticam o comércio sexual é a casa de prostituição. Os locais para encontros libidinosos são, segundo JESUS³⁰⁴, “os locais, diferentes dos prostíbulos, destinados a encontros para a prostituição. Não alcança os motéis e os hotéis de alta rotatividade, locais em que há a prática de libidinagem, porém sua manutenção não é dirigida à prostituição”.

Acontece o mesmo com as casas de massagem, os *Drive in* e outros, uma vez que existe o licenciamento que dá a idéia de que suas atividades são lícitas. Outra questão é do pornoturismo, em que traz um problema da sua adequação a um tipo penal.³⁰⁵

O dispositivo deve ser interpretado de maneira estrita, uma vez que não pode ser crime o encontro de namorados. Não são casas de prostituição os motéis e hotéis de alta rotatividade porque recebem qualquer tipo de hóspede para encontros sexuais. Nesse sentido, conforme ELUF³⁰⁶, “Atualmente, com a grande revolução dos costumes trazida pela emancipação da mulher, todos têm de ter assegurado o direito à sexualidade e os locais destinados a encontros de casais, como os motéis, não guardam nenhuma semelhança com os lupanares nos quais mulheres são exploradas”.

A lei penal prescinde o intuito de lucro e também a mediação direta do gerente ou proprietário do estabelecimento com o seu cliente e a prostituta. Ainda, se houver

³⁰² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.149.

³⁰³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.150.

³⁰⁴ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.150.

³⁰⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1997, p.39.

³⁰⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.141.

fiscalização policial da casa de prostituição, ocorre o erro de proibição. Nesse sentido, há o dolo, mas exclui a culpabilidade quando o erro for escusável. Se for inescusável o erro ocorre uma atenuação da culpabilidade, conforme artigo 21 do Código Penal.³⁰⁷

O homem ou a mulher pode ser sujeito ativo do delito de casa de prostituição, uma vez que é a pessoa que sustenta a referida casa ou o local para encontros com fim libidinoso. Se a casa de prostituição for mantida por terceiro, este será sujeito ativo do delito. Mesmo que as pessoas façam da prostituição, um comércio, sem praticá-lo, serão sujeitos passivos do crime se houver a entrega à lascívia de outro. Considera-se sujeito passivo também a sociedade, pois, neste crime, há a ofensa aos bons costumes.³⁰⁸ As prostitutas seriam as vítimas do crime, porém elas não são as titulares do bem jurídico ofendido. Desse modo, o Estado é o sujeito passivo do crime.³⁰⁹

Para ELUF o sujeito passivo do delito é “fundamentalmente, o corpo social, já que a tutela penal recai sobre a moralidade pública e os bons costumes, podendo existir o crime sem que haja um sujeito passivo em particular. O Código Penal classificou o delito dentre os ‘crimes contra os costumes’, evidenciando que seu principal interesse é proteger a sociedade dos atentados à moral e à família, relegando a segundo plano a pessoa que está sendo explorada na casa de prostituição”.³¹⁰

Melhor seria se o legislador de 1940 tivesse se preocupado com os prejuízos causados a pessoa que está sendo explorada nessas casas e não somente com ofensas à família e a moral. No entendimento de ELUF³¹¹ “é contraditório pretender proteger a sociedade de uma ‘imoralidade’ que ela mesma cria e mantém”.

A vítima menor de 18 e maior de 14 anos, não é tratada no artigo 229 do Código Penal, trazendo uma lacuna ao nosso direito penal. Não há, também, uma proteção aos adolescentes, pois há um grande número de menores que são explorados sexualmente nessas casas de prostituição.

³⁰⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.150.

³⁰⁸ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.149.

³⁰⁹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.460.

³¹⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.145.

³¹¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.145.

A consumação do crime ocorre quando o agente começou a manter a casa de prostituição ou o lugar para fins libidinosos e realizou-se um ato de prostituição. Deve haver, na conservação do lugar, a habitualidade e não se exige, para a consumação do delito, a repetição de atos sexuais realizados no local.³¹² Não há tentativa quando houver atos preparatórios ou a instalação do local com fins de prostituição.³¹³

2.1.5.4. RUFIANISMO

É uma modalidade de lenocínio em que a prostituta é explorada pelo agente servindo à lascívia de outrem. A definição do crime de rufianismo encontra-se no artigo 230 do Código Penal: “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa”. O objetivo desse delito é proteger a prostituta, os bons costumes, a vida sexual regular, enfim, coibir a exploração da prostituição.³¹⁴

Há duas maneiras de o rufião tirar proveito da prostituição alheia; através da participação direta nos lucros da prostituta e ser sustentado por ela, no todo ou em parte. O rufião percebe o lucro que pode ser na forma de uma utilidade ou dinheiro. Deve haver a partilha do resultado do comércio sexual entre o rufião e a prostituta. Não há o delito se a prostituta sustenta os pais ou filhos. No caso do sustento de parentes, se houver o direito à pensão alimentícia, não haverá o delito, mas se não tiverem esse direito estará caracterizado o crime.³¹⁵

É indispensável a habitualidade no tipo penal do rufianismo quando ocorrer a participação direta em seus lucros e também no sustento do rufião pela prostituta, em parte ou no todo. Se o agente tirar proveito, esporadicamente, da prostituição alheia não existirá o delito.³¹⁶

³¹² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.150.

³¹³ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.461.

³¹⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.462.

³¹⁵ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.154.

³¹⁶ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.154.

O sujeito ativo desse delito é o rufião que pode ser qualquer pessoa mulher ou homem. Existem várias espécies de rufiões, segundo JESUS³¹⁷ “1) Maquereau: é o rufião individualista, que não se associa com a meretriz, explorando-a, em geral infundindo-lhe terror. 2) Comerciante: é o rufião que se associa à meretriz, tendo vasta zona de atividade, e cuja mercadoria é a mulher. 3) Calinflero: é o rufião que se faz amado pela vítima”. Referente ao sujeito passivo, trata-se do homem ou mulher que pratica a prostituição.

O crime consuma-se com a participação freqüente nos lucros. Há também a sua consumação quando a prostituta mantém o agente do crime.³¹⁸ Não se admite a tentativa, uma vez que o crime é habitual, pois o rufião pratica várias vezes a mesma conduta.³¹⁹

As formas qualificadas do crime de rufianismo estão previstas no artigo 230, parágrafos primeiro e segundo do código penal. Qualifica-se o crime, conforme o parágrafo primeiro, se forem realizados os casos do artigo 227, parágrafo primeiro, do Código Penal, que são as hipóteses referentes à idade da vítima quando for maior de catorze anos e menor de dezoito anos e se o autor do crime é seu filho, marido, pai ou mãe, irmão, curador ou tutor ou pessoa a que foi confiada com a finalidade de educação, tratamento ou guarda. Há a presunção de violência, conforme o artigo 232 combinado com o artigo 224, letra a, do código penal, se a vítima for menor de catorze anos.³²⁰

No artigo 230, parágrafo segundo, do Código Penal há a qualificadora quando o agente usar de violência ou grave ameaça. O legislador refere-se à violência física contra a pessoa e a ameaça é a promessa de um mal grave.³²¹

Nas figuras típicas qualificadas, a pena prevista no parágrafo primeiro do artigo 230 do código penal é de reclusão de três a seis anos e multa. Se for utilizada a violência ou grave ameaça, a pena é de reclusão de dois a oito anos e multa.³²²

³¹⁷ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.153.

³¹⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.463.

³¹⁹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.155.

³²⁰ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.154.

³²¹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.155.

³²² JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.156.

2.1.5.5. TRÁFICO DE MULHERES

A definição do crime do tráfico de mulheres está no artigo 231 do Código Penal: “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro: pena – reclusão, de três a oito anos”.

Há o princípio da Justiça Universal ou cosmopolita adotado pelo artigo 7º, II, a, do Código Penal que estabelece que nos crimes praticados no estrangeiro será aplicada a lei brasileira naqueles casos em que o Brasil se comprometeu a reprimi-los por tratado ou convenção. Um dos crimes que o Brasil tem a obrigação de reprimir é o tráfico de mulheres, considerado crime internacional. Para tal crime vigora o princípio da extraterritorialidade condicionada,³²³ conforme o artigo 7º, parágrafo segundo, do Código Penal.

A moral pública sexual é o objeto jurídico do crime. No que se refere à pessoa explorada há uma proteção de forma indireta em que a mulher se submete à violência para os fins da prática da prostituição. A finalidade da lei é coibir o comércio de prostitutas em âmbito internacional.³²⁴

As condutas promover ou facilitar têm por objetivo a entrada da mulher no país para a prática da prostituição ou sua saída exercendo-a no exterior. Promover significa que o agente toma a iniciativa para realizar a entrada ou saída da meretriz. Na conduta de facilitar, a vítima já decidiu a entrar ou sair do país e o agente somente participa tornando mais fácil esse ato, ajudando-a com dinheiro e passaporte...³²⁵

O tráfico interestadual de mulheres, para o exercício da prostituição, não constitui esse delito porque o tráfico deve ser internacional. Nesse caso, há o crime de favorecimento da prostituição, previsto no artigo 228 do Código Penal.³²⁶

O sujeito ativo do delito pode ser a mulher ou o homem, mas o comum é a sua prática pelos homens. Nesse tipo de crime é frequente a co-autoria, tendo os agentes várias

³²³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.157.

³²⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.156.

³²⁵ COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Op. cit., p.32.

³²⁶ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.158.

funções como o aliciamento de mulheres no estrangeiro, a preparação de papéis, às vezes falsificados, e ainda providenciam, através das autoridades, o ingresso da mulher no país.³²⁷ Ressalta-se que essas autoridades participam do comércio sexual de forma clandestina, o que não deveria acontecer.

O sujeito passivo do tipo penal é somente a mulher, porém ocorre bastante o tráfico de homens, os travestis, que sobrevivem da prostituição usando como pretexto o trabalho artístico.³²⁸ A lei penal brasileira deveria mudar incluindo como crime o tráfico de homens e parece ser relevante também abranger o de crianças e adolescentes para o estrangeiro, com a finalidade de se prostituírem, devendo, nesse caso, a pena ser agravada.

Os códigos italiano e suíço incriminam o tráfico de homem, não havendo distinção referente ao sexo do sujeito passivo do crime. Há crime diante dessas leis, inclusive, se for realizado contra menores, independente do sexo. O nosso legislador considerou somente a mulher, vítima do delito de tráfico para a prostituição, demonstrando a “tendência sexista” também presente nos outros crimes.³²⁹

No Código Penal Brasileiro há um preconceito enorme relativo à mulher. Segundo posicionamento de ELUF³³⁰, “todos os crimes nos quais a vítima só pode ser do sexo feminino devem ser reformulados ou abolidos, substituídos por outros tipos penais mais adequados ao sistema de igualdade de direitos instituído pela Constituição Federal de 1988, eliminando-se as distinções de sexo quanto ao sujeito passivo dos delitos”.

Consuma-se o delito com a entrada ou saída da mulher no país, com a intenção de exercer a prostituição no Brasil ou no exterior e não se exige a sua prática efetiva. Admite-se a tentativa, pois o *iter criminis* pode ser fracionado.³³¹ Ela ocorre, por exemplo, quando o agente compra a passagem e a mulher é impedida de viajar para o estrangeiro, sendo presa.³³²

São qualificadoras do delito do tráfico de mulheres, a vítima ser maior de catorze anos e menor de dezoito anos; o agente for seu filho, pai ou mãe, irmão, marido, tutor

³²⁷ COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Op. cit., p.31-32.

³²⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.465.

³²⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.156.

³³⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.157.

³³¹ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.159.

³³² MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., p.466.

ou curador ou pessoa responsável pela sua educação, tratamento ou guarda, conforme artigo 231, parágrafo primeiro, combinado com o artigo 227, parágrafo primeiro, do código penal. O crime é qualificado, ainda, quando for utilizada a violência, grave ameaça ou fraude do artigo 231, parágrafo segundo. E quando o delito for realizado com a finalidade de lucro, segundo o artigo 231, parágrafo terceiro. Há a presunção de violência se a vítima for menor de catorze anos, nos termos do artigo 232, c/c o artigo 224, a, do Código Penal, resultando na punição do agente pelo artigo 231, parágrafo segundo.³³³

O tráfico de mulheres está ocorrendo bastante dentro do país. O explorador leva crianças e adolescentes de uma região para outra, de maneira forçada, sem condições de elas se verem livres da exploração sexual. O delito do artigo 231 do Código Penal caracteriza-se somente no âmbito internacional, não reconhecendo esse fato como tráfico de mulheres. De qualquer modo, os pais não conseguem encontrá-las, saem de suas residências e desaparecem. Segundo ELUF, “A exploração sexual, no Brasil, é tão grave quanto o tráfico de drogas, pois tem uma poderosa aliada: a miséria”.³³⁴

A fim de conseguir a repressão desse crime, exige-se uma ação conjunta dos países, assim como para o tráfico de crianças, de drogas. Conforme SOARES³³⁵, “tais delitos são praticados na esfera do crime organizado, quer no âmbito interno, quer no internacional, contando com a benevolência e a cobertura de altas personalidades civis, militares, políticas”.

2.1.5.6. CONSIDERAÇÕES GERAIS DO LENOCÍNIO E TRÁFICO DE MULHERES.

O Código Penal não pune a prostituta, mas as suas atividades relativas a prostituição. Segundo ELUF, a posição do nosso Código Penal está correta, pois a pessoa que comercializa o seu corpo é vítima de um sistema que não lhe proporciona outras condições de vida, considerando-a um problema social. Porém, deveria haver uma punição para os clientes das prostitutas menores de dezoito anos, pois são eles os responsáveis pela exploração de

³³³ JESUS, Damásio E. de. Op. cit., p.158.

³³⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.155-156.

³³⁵ SOARES, Orlando. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990, p.156.

jovens pobres, havendo a crueldade, nesse comércio, em que os pais vendem as próprias filhas para a sua sobrevivência.³³⁶

A prostituição não decorre somente da miséria, mas também da condição feminina na sociedade patriarcal. Os homens que possuem o poder determinam as regras de comportamento e as mulheres fazem parte de um sistema de dominação, conseqüentemente a prostituição não é um problema da mulher e sim do homem.³³⁷

A mulher que depende do homem financeiramente para sobreviver acaba se submetendo ao seu poder econômico e também ao sexual. A mudança dessa situação está na sua independência econômica, atuando no mercado de trabalho como o homem, em condições iguais.³³⁸

O problema da prostituição nunca foi realmente resolvido porque é um elemento do sistema patriarcal que se baseia na dominação da mulher para manipulá-la e controlar a sua sexualidade. Segundo ELUF³³⁹, “o sexo mercantilizado destrói a afetividade masculina, trazendo inseguranças e incompreensões, reforçando a agressividade. Assim, o sistema induz ao sexo impessoal e violento, do qual decorrem o estupro, a pornografia, o sadomasoquismo, a pedofilia e a eterna insatisfação. A sociedade impõe ao homem que ele procure servas, não parceiras”.

O comércio sexual poderá diminuir se houver a liberação da afetividade masculina e quando a mulher se emancipar. Terminar a prostituição por completo é difícil, pois o sexo tem a característica da diversão.³⁴⁰

Explica ELUF³⁴¹, que “a prostituição, da forma como se desenvolve hoje, principalmente com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, é uma calamidade pública, tão grave quanto o tráfico de drogas. É uma modalidade de crime organizado, que se nutre de seres humanos vulneráveis”.

³³⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.116.

³³⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.117.

³³⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.117.

³³⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.118.

³⁴⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.118.

³⁴¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.118.

Na prostituição, crianças e adolescentes tornam-se escravos e não têm em quem se socorrer para garantir os seus direitos, muito menos da proteção do Estado. No Brasil, jornalistas e assistentes sociais relatam as condições miseráveis em que são explorados sexualmente meninas e meninos. É uma realidade triste dessas crianças que são forçadas a ter relações sexuais com vários clientes, os quais possuem taras diferentes, em lugares que não conseguem fugir e sem receber nenhuma espécie de valor econômico.³⁴²

Os exploradores montam um sistema em que a vítima está sempre endividada perante o explorador, seja pela moradia ou alimentação, tornando-se um meio de fazer com que ela permaneça na prostituição até pagar as suas dívidas. No norte do país, nas regiões do garimpo e de fazendas, meninas que fugiram de bordéis foram mortas. E por incrível que pareça há “leilões de virgens” em tenra idade, que ao perceberem o que está acontecendo não têm como sair da exploração sexual.³⁴³

Estima-se que meninas exploradas sexualmente, antes dos 10 anos de idade, têm uma vida média de 16 anos, pois não há assistência médica nem remédios para o tratamento das doenças. Os aliciadores não prestam nenhuma forma de assistência a essas crianças. Muitas vezes, quando elas não conseguem atender os clientes, porque estão doentes, são assassinadas, uma vez que tornaram-se um peso para o explorador.³⁴⁴

Geralmente, não é a mulher ou a criança que procuram a prostituição, mas direta ou indiretamente, são levadas a isso, tornando-se escravas. Não há dúvida, segundo ELUF³⁴⁵, que “é ela uma vítima que a precariedade dos serviços do Estado brasileiro não consegue proteger. A moral pública sexual e os bons costumes vêm muito depois da tragédia humana que dizima nossas crianças e adolescentes, torturados no mercado sexual”.

Outro aspecto que mantém a prostituição é a cultura do consumo em que aumenta a vontade de se conseguir produtos quanto maior for a insatisfação emocional, lucrando, com isso, o mercado ao tornar o “sexo descartável”. As inseguranças sexuais

³⁴² ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.126.

³⁴³ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.126.

³⁴⁴ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.127.

³⁴⁵ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.127.

decorrentes do distanciamento entre homens e mulheres também são do interesse da cultura do consumo.³⁴⁶

A prostituição pode ser analisada pela situação das mulheres no mercado de trabalho. Pouco tempo atrás, havia a dependência econômica da mulher em relação ao homem, pois ela não tinha condições de se sustentar sozinha. Quando passava por dificuldades para sobreviver, a sua única opção era a prostituição.³⁴⁷

Há pessoas mais pobres que não têm preparo para nenhuma profissão. Dessa maneira, são exploradas como criadas e prostitutas. Exercem o trabalho doméstico pela comida e casa, sendo “usadas” também para o desafogo à concupiscência do empregador. Essas mulheres não têm condições de mudar a situação, apesar dos direitos trabalhistas e constitucionais que possuem. Desse modo, a prostituição é vista por elas como uma forma de melhoria de vida.³⁴⁸

A mulher, em condições miseráveis, encontra trabalho mais fácil na prostituição. Às vezes, ela inicia essa vida na própria casa pelo abuso sexual do pai. A educação sexual, da forma como é feita hoje, também contribui para a exploração da mulher porque a prepara à submissão e inferioridade. Há ainda um equívoco no tratamento da sexualidade feminina.³⁴⁹ Considerando esses fatores, é muito fácil entrar na prostituição.

O Brasil destaca-se na rota do pornoturismo, uma espécie de lazer, que está na moda no primeiro mundo. Turistas europeus visitam o país, famoso por oferecer crianças e adolescentes para práticas sexuais a custo baixo. É uma lástima que, mesmo diante dos dispositivos penais que proíbem a exploração de crianças e adolescentes na prostituição, poucas pessoas tenham sido presas por essa prática ilegal. Decorre esse fato do estímulo que existe ao comércio sexual e uma tolerância de forma geral.³⁵⁰

Há um sistema de dominação referente à mulher no mercado sexual. Para ela é uma profissão que auxilia na sua sobrevivência ou de sua família, mas que lhe retira outras

³⁴⁶ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.118.

³⁴⁷ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.119.

³⁴⁸ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.119.

³⁴⁹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.119.

³⁵⁰ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.119.

oportunidades profissionais e prejudica a auto-estima. No caso do cliente “é mais uma patologia social do que uma opção; uma deturpação da sexualidade imposta pelo patriarcado. Para ambos, homens e mulheres, traz a insatisfação, a ansiedade, a insegurança, a desarmonia”.³⁵¹

Constata-se que o Código Penal quando refere-se à exploração sexual, segundo VERONESE³⁵²

“a situa, genericamente, dentro do mundo dos maiores de idade e com ênfase na prostituição feminina, não dando a devida importância à prostituição infanto-juvenil. É certo que, quanto ao menor de 14 anos, em todas as hipóteses descritas, a violência já se encontra presumida na forma do art.224, do código penal, com o conseqüente agravamento da pena. No entanto, as vítimas maiores de 14 anos e menores de 18 foram totalmente desconsideradas”.

Portanto, o Código Penal brasileiro não pune, efetivamente, a prostituição infantil.

O Código Penal procura coibir a exploração sexual, mas a sociedade não lhe ajuda. A proteção penal é subvertida pela miséria e pelo sistema patriarcal que ainda vigora. Assim, como consequência, tem-se uma realidade na qual a prostituição domina.³⁵³ É um fato lamentável, ainda hoje, deparar-se com um fenômeno tão desumano como a prostituição.

2.2. OS CRIMES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No que se refere à exploração sexual, o Estatuto da Criança e do Adolescente trata, também, da questão da exploração sexual infanto-juvenil, tipificando alguns fatos.

³⁵¹ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.120.

³⁵² VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1997, p.40.

³⁵³ ELUF, Luiza Nagib. Op. cit., p.120.

2.2.1. UTILIZAÇÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU PORNOGRÁFICA

O artigo 240 do Estatuto tem a seguinte redação: “Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica: pena – reclusão de um a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente”.

Há uma certa restrição quanto a participações de crianças e adolescentes em representações tanto na televisão, cinema como no teatro. A finalidade desse limite é proteger física e psicologicamente o menor de idade. Essa participação será disciplinada pelo Juiz da infância e da juventude, conforme o artigo 149 do Estatuto.³⁵⁴ Esse artigo determina que:

“Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

I-a entrada e a permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) estádio, ginásio e campo desportivo;
- b) bailes ou promoções dançantes;
- c) boate ou congêneres;
- d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;
- e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

II- a participação de criança e adolescente em:

- a) espetáculos públicos e seus ensaios;
- b) certames de beleza.

Parágrafo primeiro: para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:

- a) os princípios desta Lei;
- b) as peculiaridades locais;
- c) a existência de instalações adequadas;
- d) o tipo de frequência habitual ao local;
- e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes;
- f) a natureza do espetáculo.

Parágrafo segundo: as medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral”.³⁵⁵

³⁵⁴ ELIAS, Roberto João. *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei n.8.069, de 13 de julho de 1990*. São Paulo: Saraiva, 1994, p.211.

³⁵⁵ CURY, Munir, MARÇURA, Jurandir & PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Estatuto da Criança e do Adolescente anotado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p.134.

Através desse tipo penal, procura-se evitar, segundo ELIAS³⁵⁶, “que o menor seja atingido enquanto ser ético e, com isso, permitir que desenvolva plenamente a sua personalidade”.

A nova lei protege o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade da criança e do adolescente. A norma tutela também a liberdade sexual para que a criança e o adolescente não tenham a sua integridade corporal e psíquica violada. Há a proteção contra o tratamento violento ou constrangedor à dignidade dos mesmos.³⁵⁷

O sujeito ativo desse crime é aquele que produz ou dirige peça no teatro ou cinema, apresentando cenas pornográficas ou de sexo explícito, com crianças ou adolescentes. Também será considerado sujeito ativo do delito, a pessoa que contracenar com crianças ou adolescentes, em peças teatrais ou cinematográficas que exibirem cenas pornográficas ou de sexo explícito.³⁵⁸

No referido delito, o sujeito passivo é a criança e o adolescente usados pelo diretor, o ator que contracena com a criança ou o produtor em espetáculos pornográficos ou de sexo explícito.³⁵⁹

A criança ou adolescente deverão participar de cena pornográfica e de sexo explícito para a configuração do crime. Na cena de sexo explícito, não se exige a conjunção carnal, basta a realização de qualquer espécie de ato libidinoso. No que se refere à pornografia, é suficiente que, na cena, haja palavras ou gestos obscenos, não sendo necessário que ocorra um ato físico.³⁶⁰

O crime é considerado material e consuma-se ao produzir e realizar as cenas pornográficas ou de sexo explícito. A tentativa é possível, porque poderá haver uma interrupção da conduta do agente por motivos estranhos à sua vontade.³⁶¹

³⁵⁶ ELIAS, Roberto João. Op. cit., p.211.

³⁵⁷ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Malheiros editores, 1997, p.228.

³⁵⁸ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.228-229.

³⁵⁹ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.229.

³⁶⁰ ELIAS, Roberto João. Op. cit., p.211.

³⁶¹ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.229.

Há uma contradição entre o Estatuto que prevê a pena mínima de somente um ano de reclusão, quando houver cena de sexo explícito com criança e o delito de estupro. Através da lei n.8072/90 a pena mínima do delito de estupro é de seis anos de reclusão e não há a liberdade provisória ou fiança, uma vez que ocorre a presunção de violência do artigo 224, letra a, do código penal, quando for realizado contra menor de catorze anos.³⁶²

Pode caracterizar o delito de atentado violento ao pudor, com presunção de violência, realizar cena pornográfica tendo a pena mínima de seis anos de reclusão. O Estatuto da Criança e do Adolescente é de 13 de julho de 1990, estando a sua disposição revogada pela lei n.8.072, que é de 25 de julho de 1990, surgindo depois do estatuto.³⁶³

A intenção do legislador foi a de proteger a criança, quando for a vítima menor de catorze anos, elevando a pena mínima do crime de estupro e do atentado violento ao pudor para quatro anos, conforme artigo 264.³⁶⁴ Portanto, se discute a importância do delito do artigo 240 do Estatuto, no sentido do reconhecimento desse crime, que fala em produzir ou contracenar com criança em cenas pornográficas ou de sexo explícito, tendo somente a pena mínima de um ano de reclusão.

Como informa NOGUEIRA³⁶⁵, “Contracenar com criança ou adolescente praticando cena de sexo explícito ou pornográfica é o mesmo que praticar conjunção carnal ou ato libidinoso previstos na lei penal, pois existe a presunção da violência, quando for menor de quatorze anos de idade, crimes punidos com mais severidade”.

Há uma participação direta no delito de atentado violento ao pudor ou do estupro de quem dirige ou produz cena teatral, cinematográfica ou televisiva de sexo explícito ou cena pornográfica, usando crianças e adolescentes. A conduta dessas pessoas pode ser mais atuante do que daquele que contracena propriamente com a criança e o adolescente.³⁶⁶

São responsáveis, também, os pais ou tutores, que autorizarem a criança e o adolescente a participar das cenas pornográficas ou de sexo explícito. Conforme o artigo 29

³⁶² NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p.360.

³⁶³ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Op. cit.*, p.360.

³⁶⁴ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Op. cit.*, p.360.

³⁶⁵ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Op. cit.*, p.361.

³⁶⁶ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Op. cit.*, p.361.

do Código Penal: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”.³⁶⁷

Enfim, critica-se a pena do delito do artigo 240 do Estatuto, considerando a punição como “benevolente”, uma vez que, segundo NOGUEIRA³⁶⁸, “o rigor deveria ser mantido, justamente para enfrentar essa onda de permissividade e libertinagem que tem sido adotada em cenas de filmes, novelas, seriados, inclusive envolvendo crianças e adolescentes, com a cumplicidade dos poderes públicos, que, apesar dos protestos familiares, mostram-se tíbios e temerosos de conter esses excessos, com receio de serem tachados de censores”.

Conforme o artigo 220, parágrafo terceiro, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil foi estabelecido que lei federal iria regular os espetáculos públicos e diversões, competindo ao poder público dar as informações sobre a idade não recomendável, a sua natureza, hora e lugar inconvenientes para a sua exibição. Porém, nada disso foi feito e as televisões têm somente a preocupação com a audiência, realizando livremente programas indecentes e com muita violência.³⁶⁹

Para VERONESE³⁷⁰ a televisão brasileira “carece de uma responsabilidade maior em relação ao conteúdo dos programas apresentados, sobretudo aqueles que atingem diretamente o público muito especial da criança e do adolescente, que se encontram em processo de assimilação de valores, de elaboração de conceitos e de estruturação da personalidade. Neste sentido, é preocupante a exibição inescrupulosa de filmes, desenhos, novelas com cenas de violência”.

Há a questão do controle público da programação dos meios de comunicação, inclusive da televisão, em que constitui-se numa opção a fim de que seja respeitado os valores morais e éticos das pessoas.

³⁶⁷ ELIAS, Roberto João. Op. cit., p.212.

³⁶⁸ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Op. cit., p.361.

³⁶⁹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Op. cit., p.361-362.

³⁷⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Entre violentados e violentadores?* São Paulo: Cidade Nova, 1998, p.23-24.

Os encarregados pelos meios de comunicação alegam que aqueles que não se enquadrarem nas exigências do mercado, pois este é que determina a programação a ser apresentada, não terão sucesso.³⁷¹

2.2.2. PUBLICAÇÃO DE FOTO OU DE CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU PORNOGRÁFICA.

O artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata do seguinte crime: “Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: pena – reclusão de um a quatro anos”.

A lei penal estatutária protege nesse delito, o direito ao respeito à criança e ao adolescente. Afirmar LIBERATI³⁷² que “A antijuridicidade prevista no artigo 241 ofende a sensibilidade da criança e do adolescente, como pessoas em peculiar condição de desenvolvimento”.

A conduta criminosa no referido delito constitui-se em fotografar ou publicar cena de sexo explícito em que haja a participação de criança ou adolescente. É um crime que pode ser praticado de várias formas e é considerado de ação múltipla. Trata-se de conduta importante tirar a foto que apresente cena de sexo explícito com criança e, também, a publicação do comportamento ilegal.³⁷³

O crime pode ser praticado por qualquer pessoa que fotografar ou publicar fotografia de sexo explícito ou pornográfica. A cena pornográfica pode ser constatada pelo uso de roupas íntimas, nudez, posição do menor de idade nas fotos e pelos gestos que realizam.³⁷⁴

As crianças e os adolescentes são as vítimas da exploração na publicidade. Considera-se, também, vítima do delito, a sociedade que deseja proteger a moral

³⁷¹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Op. cit., p.362.

³⁷² LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.229.

³⁷³ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.230.

³⁷⁴ ELIAS, Roberto João. Op. cit., p.212.

sexual.³⁷⁵ Não é relevante se o adolescente der o seu consentimento, recebendo dinheiro pelas fotos.³⁷⁶

Observa-se que, as pessoas com menos de catorze anos, não foram contempladas nos crimes do artigo 240, 218 e neste crime o qual estamos tratando. Desse modo, não será crime se uma criança ou adolescente, com idade inferior a catorze anos, assistir a cenas de sexo explícito ou ato libidinoso.³⁷⁷

A consumação do delito ocorre com relação à conduta de fotografar, quando fizer a foto e a revelação, não se exigindo que terceiro tenha contato com a fotografia. Na forma de publicar é necessária a efetivação do delito e que as pessoas tomem conhecimento da fotografia, bastando apenas uma para que o mesmo seja caracterizado.³⁷⁸

2.2.3. PEDOFILIA

O artigo 244-A e seus parágrafos do Estatuto da Criança e do Adolescente foram acrescentados pela lei 9.975, de 23 de junho de 2000, que trata do seguinte crime:

“Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do artigo 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

Parágrafo primeiro – Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

Parágrafo segundo – constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento”.³⁷⁹

A lei 9.975 visa ampliar a proteção moral e material da criança e do adolescente contra a prostituição ou à exploração sexual. Segundo CERNICCHIARO a prostituição é a

³⁷⁵ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit. p.230.

³⁷⁶ ELIAS, Roberto João. Op. cit., p.212.

³⁷⁷ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.230.

³⁷⁸ LIBERATI, Wilson Donizeti. Op. cit., p.230.

³⁷⁹ CONSULEX-Revista jurídica. Códigos & códigos. Brasília: Editora Consulex, 2001.

“entrega da pessoa (normalmente do sexo feminino), embora esteja sendo incrementada em relação ao homem à satisfação da lascívia de outrem; apesar de não ser elemento constitutivo, normalmente é exigido pagamento como contraprestação. A exploração sexual tem, como característica, valer-se da criança e do adolescente para a satisfação própria. Não se faz imprescindível o tempo, ou a contraprestação. As duas modalidades buscam resguardar a personalidade da vítima, muitas vezes conduzida a esse comportamento por carência econômica ou desamparo social”.³⁸⁰

2.3. A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA FRENTE À EXPLORAÇÃO SEXUAL

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança é um documento jurídico internacional realizado por representantes dos quarenta e três Estados-membros da comissão de direitos humanos das Nações Unidas. Esse documento foi aprovado pela Assembleia das Nações Unidas, em 1989, sendo expedido na comemoração dos trinta anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança.³⁸¹

Nesse documento, observa VERONESE³⁸² que “a criança deve estar preparada para poder interagir no meio social e para tanto deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em especial, com dignidade, tolerância, liberdade, igualdade, solidariedade e espírito de paz”.

Destaca-se, ainda, na Convenção, a importância da cooperação internacional no atendimento dos direitos da criança, o que requer melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes de todos os países, principalmente, dos subdesenvolvidos e respeitar os valores culturais do ambiente onde a criança vive.³⁸³

Os Estados Partes, que aderiram à Convenção, possuem obrigações, conforme VERONESE³⁸⁴ “A Convenção tem força de lei internacional e, assim, cada Estado não poderá violar seus preceitos, como também deverá tomar as medidas positivas para promovê-los”.

³⁸⁰ CERNICCHIARO, Luiz Vicente. Prostituição da criança e do adolescente. *Consulex-Revista Jurídica*. Ano 2000, nº43.

³⁸¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Ltr, 1999, p.96.

³⁸² VERONESE, Josiane Rose Petry. *Op. cit.*, p.97.

³⁸³ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Op. cit.*, p.97.

³⁸⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Op. cit.*, p.97.

A Convenção valoriza a criança, uma vez que está em fase de desenvolvimento físico, psicológico e emocional. Ela necessita de uma atenção especial, pois não está preparada para lutar pelos seus direitos, muito menos satisfazer por si suas necessidades essenciais.³⁸⁵

As crianças têm um valor prospectivo, segundo COSTA³⁸⁶ “as crianças são portadoras do futuro, isto é, da continuidade de sua família, da continuidade do seu povo e da continuidade da espécie humana”.

Ainda, conforme o autor citado, a Convenção estabelece “um amplo e consistente conjunto de direitos, fazendo das crianças titulares de direitos individuais, como a vida, a liberdade e a dignidade, assim como de direitos coletivos econômicos, direitos sociais e direitos culturais”.³⁸⁷

A Convenção é destinada às crianças e adolescentes menores de dezoito anos. Os direitos tratados nela são aplicados à população infanto-juvenil, sem ressalvas. Para que seus dispositivos fossem aceitos universalmente, a Convenção considerou as diferenças de religião, cultura, desenvolvimento econômico dos países envolvidos e regime político.³⁸⁸

Apesar das diferenças entre os povos, a Convenção, segundo PEREIRA³⁸⁹, representa “um consenso de que existem alguns direitos básicos universalmente aceitos e que são essenciais para o desenvolvimento completo e harmonioso de uma criança. Representa em definitivo, o instrumento jurídico internacional mais transcendente para a promoção e o exercício dos Direitos da Criança”.

Alguns dos direitos elencados na convenção, referem-se às necessidades das crianças e adolescentes, tais como o cumprimento das suas necessidades essenciais, o direito à convivência familiar e, especialmente, à proteção contra crueldade e exploração.³⁹⁰

³⁸⁵ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A convenção internacional dos direitos da criança. In: SIMONETTI, Cecilia et alii (orgs.). *Do avesso ao direito*. São Paulo: Malheiros, 1994, p.18.

³⁸⁶ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.19.

³⁸⁷ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *A convenção internacional dos direitos da criança*. Op. cit., p.19.

³⁸⁸ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.20.

³⁸⁹ PEREIRA, Tânia da Silva. A convenção e o estatuto: um ideal comum de proteção ao ser humano em vias de desenvolvimento. In: PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). *Estatuto da Criança e do adolescente: estudos sócio-jurídicos*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992, p.67.

³⁹⁰ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.20.

A Convenção é, conforme COSTA³⁹¹, “um poderoso instrumento para modificação das maneiras de entender e agir de pessoas, grupos e comunidades, produzindo mudanças no panorama legal, suscitando o reordenamento das instituições e promovendo a melhoria das formas de atenção direta”.

Para que os princípios da Convenção sejam adotados em contextos nacionais é preciso que ocorram modificações legais, uma reorganização das instituições e aumento dos programas que trabalham com a criança e o adolescente³⁹², inclusive, aperfeiçoando-os.

Deve existir uma modificação legal, no sentido de superar o paradigma da doutrina da situação irregular, o que dificulta à criança e ao adolescente o contato com as garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito. No que se refere à reorganização institucional, verifica-se que as instituições públicas funcionam marcadas pelo corporativismo e centralismo, o que deve ser superado também. Esses são problemas que levam ao desvio do dinheiro público fazendo com que o mesmo não chegue às pessoas que deveriam receber tais valores, causando grandes injustiças.³⁹³

Entende COSTA³⁹⁴ que “A melhoria qualitativa das formas de atenção direta implica a superação do assistencialismo e dos enfoques correccionais e repressivos que hoje, em muitas de nossas realidades, são a marca das relações das crianças, adolescentes e famílias de baixa renda com os programas que, teoricamente, estariam destinados a assegurar o seu desenvolvimento e garantir a sua dignidade”.

Para o menor passar à condição de cidadão, é necessário que a sociedade e o Estado trabalhem juntos realizando mudanças profundas na maneira de agir quanto ao atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Lutar pela implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, no Brasil, é lutar pela concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente.³⁹⁵ O Estatuto é

³⁹¹ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.19.

³⁹² COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.21.

³⁹³ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.21.

³⁹⁴ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.21.

³⁹⁵ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.21-22.

um instrumento importante que se tem para exigir os direitos infanto-juvenis, previstos no artigo 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil:

“Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Portanto, a defesa dos direitos da criança e do adolescente deve ser uma prioridade para a família, a sociedade e o poder público, a fim de que sejam cumpridos esses direitos, protegendo-os contra qualquer espécie de exploração.

A Convenção é um importante instrumento de garantias, que possui afinidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por isso, serão tratados os artigos da Convenção internacional e do estatuto que se referem à exploração sexual infanto-juvenil.

O artigo 19 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança afirma que:

“Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela. Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como para outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados de maus-tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção judiciária”.

O Estado tem a obrigação de dar a proteção às crianças contra qualquer espécie de maus-tratos praticados pelos pais, parentes ou outra pessoa e, ainda, procurar solucionar esses problemas através de programas ou tratamentos preventivos.³⁹⁶

³⁹⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. Op. cit., p.130.

O Estatuto também protege os direitos das crianças e adolescentes no seu artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Há, ainda, o artigo 34 da Convenção Internacional que reforça o artigo 19 deste mesmo documento. O artigo 34 trata do direito da criança a ser protegida contra qualquer exploração sexual, seja na pornografia ou prostituição:

“Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos”.

Desse modo, no que se refere à exploração sexual infanto-juvenil, o Brasil é negligente, caracterizando-se segundo VERONESE³⁹⁷

“num desrespeito à Constituição Federal, num descaso para com a citada Convenção e para com os direitos proclamados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se, em síntese, de uma profunda negação dos direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo tendo-se em conta que esta negativa de cidadania atinge justamente aqueles que são merecedores de proteção especial e integral, por estarem num processo de desenvolvimento”.

A criança e o adolescente não podem continuar sendo explorados sexualmente, pois têm um direito protegido por lei e que deve ser respeitado por todos. Juntamente com a proteção legal, é necessário que sejam realizadas ações ou programas que possam diminuir e prevenir este grave problema.

³⁹⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Temas de direito da criança e do adolescente*. Op. cit., p.42-43.

CAPÍTULO III – A EXPLORAÇÃO SEXUAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, crianças e adolescentes, principalmente os mais pobres, são atingidos por várias formas de violência. Verifica-se que os programas assistenciais ou denominados de políticas compensatórias têm, segundo VERONESE³⁹⁸, “alcance limitado e surtem efeitos paliativos, incapazes de ultrapassarem a área limítrofe em que os problemas de cunho notadamente social se manifestam, as quais estariam a exigir políticas sociais básicas”.

As políticas sociais compensatórias tratam apenas das conseqüências, não tentando resolver o problema do emprego, moradia, falta alimentação, roupas e terminam desaparecendo quando são acionadas pela sociedade. Apesar disso, são programas necessários considerando a situação econômica da sociedade brasileira, embora não alcancem os elementos complexos da estrutura social.³⁹⁹

A questão da criança e do adolescente está sendo muito discutida, uma vez que é considerada como conseqüência das estruturas sociais vigentes. Embora esse problema esteja recebendo atenção especial ao se encaminhar as questões políticas do país, os programas assistenciais não conseguem mudar a situação dessas crianças.⁴⁰⁰

Portanto, as soluções políticas são um tema relevante em que se discute o modelo de desenvolvimento do Brasil. Aqui, as políticas públicas, afirma VERONESE⁴⁰¹,

“não se caracterizam por serem instituições, o que implicaria em permanência, em continuidade das ações e medidas iniciadas, independentemente das mudanças de governo. Política pública não é sinônimo de assistencialismo e,

³⁹⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. *O papel da sociedade e do Estado frente à criança e ao adolescente. Os direitos da criança e do adolescente*. Op. cit., p.185.

³⁹⁹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.185.

⁴⁰⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.186.

⁴⁰¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.193.

muito menos, de paternalismo, antes é conjunto de ações, formando uma rede complexa endereçada sobre precisas questões de relevância social. São ações, enfim, que objetivam a promoção da cidadania”.

É necessário trabalhar através de uma política com a família que existe, ou seja, não a família perfeita do pai, mãe e filhos, mas sim a da criança com a avó, com o irmão ou tia e também com políticas sociais do Estado.⁴⁰²

Há algumas propostas para trabalhar com essa família e com a ajuda do Estado. Trata-se, primeiramente, da questão cultural e social que é a política da negociação, conforme afirma FALEIROS “essa política supõe a presença da criança, e não a sua ausência. Torná-la sujeito de direitos na prática. Negociar significa o respeito ao outro, ouvir a sua opinião, dialogar”. Segundo o mesmo autor: “Em todas as situações em que nós trabalhamos com crianças, nós precisamos ter esse campo de possíveis da negociação, para que a criança exprima seu desejo, e para que nós possamos reduzir o autoritarismo da nossa cultura”.⁴⁰³

O autor acima citado entende que “nós não podemos ser donos da criança. A criança não tem dono, não tem propriedade nem da família – essa família que existe – nem do Estado. Ela é um sujeito. E o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe para o bojo da sociedade essa proposta da proteção integral da criança como sujeito dos direitos e da negociação”.⁴⁰⁴

A segunda sugestão é oferecer oportunidades à criança e ao adolescente para não entrarem na exploração sexual. Entende FALEIROS⁴⁰⁵ que “dar chances” significa “o processo civilizatório, é criar possibilidades de lazer, de cultura, de expressão, de identidade. E não essa política do descaso das elites”.

Outra proposta seria a prevenção no sentido de agir radicalmente, não ficar esperando a coisa acontecer. Há ainda a idéia de vigiar e punir os exploradores e traficantes.

⁴⁰² FALEIROS, Vicente. O papel do Estado e da sociedade civil na questão da exploração sexual de meninas e adolescentes In: *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Op. cit., p.101.

⁴⁰³ FALEIROS, Vicente. Op. cit., p.101-102.

⁴⁰⁴ FALEIROS, Vicente. Op. cit., p.102.

⁴⁰⁵ FALEIROS, Vicente. Op. cit., p.102.

O Estado deve criar instrumentos de vigilância que acompanhem as violências cometidas contra a criança.⁴⁰⁶

A última proposta para FALEIROS⁴⁰⁷ é a de proteger “Nós precisamos de proteção especial para a criança, como ser em desenvolvimento. E, finalmente, educar, escolarizar. Porque é a escola, na realidade, o local onde a criança tem a possibilidade de transformar o seu conhecimento e a sua relação com o mundo. É o lugar da aprendizagem”.

Portanto, esse debate nos mostra que esses movimentos para a defesa da criança, juntamente com o Estatuto, abrem um novo horizonte para a existência da criança como sujeito.

Segundo MENDEZ⁴⁰⁸ deve ser identificado num contexto em que se vai trabalhar

“o objetivo prioritário de todos os recursos que se realizam: a melhora integral das condições de vida da infante-adolescência (especialmente de seus setores mais vulneráveis) pode constituir, perfeitamente, um parâmetro amplo e consensual de ação. Além disso, é importante notar que constitui um objetivo que exige e permite a reconstrução da visão fragmentada dos problemas, requisito imprescindível para a formulação de propostas que reconheçam o caráter indefectivelmente complexo das mesmas”.

O movimento social deve, conforme o autor acima, “incorporar a análise macro da conjuntura para orientar sua ação no plano das políticas públicas específicas. É conveniente lembrar que numa decisão como esta, dever-se-á enfrentar os riscos implícitos dos “estruturalistas” que sujeitam a melhora das condições da infância às mudanças radicais ou estratégias no conjunto da sociedade. Mas vale a pena correr o risco. O descuido ou a ignorância deste plano(do mesmo modo que o plano jurídico-institucional) converte o trabalho social num “gracioso artesanato” que, no melhor dos casos, recria, sob um verniz de modernidade, as práticas do assistencialismo mais tradicional”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ FALEIROS, Vicente. Op. cit., p.102.

⁴⁰⁷ FALEIROS, Vicente. Op. cit., p.102.

⁴⁰⁸ MENDEZ, Emilio Garcia. Política da infante-adolescência na América Latina: políticas públicas, movimento social e mundo jurídico. In MENDEZ, Emilio Garcia e COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994, p.41.

⁴⁰⁹ MENDEZ, Emilio Garcia. Política da infante-adolescência na América Latina: políticas públicas, movimento social e mundo jurídico. Op. cit., p.43.

O Estatuto inova na questão da política de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ele acrescenta outras matérias na política de atendimento, como a defesa jurídico-social, assim como assistência médica e psicológica quando são vítimas crianças e adolescentes, realizando uma nova organização nas políticas públicas. As políticas estão elencadas conforme a nova estrutura em: políticas sociais básicas; políticas assistenciais e programas de proteção especial para as crianças e jovens em circunstâncias difíceis.⁴¹⁰

A seguir, será feita uma demonstração do atual panorama da exploração sexual infanto-juvenil, nos mais variados aspectos, através de estatísticas.

3.1. ESTATÍSTICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – CCDH, da Assembleia Legislativa, no ano de 2000 completou vinte anos de existência, consolidou-se como “um espaço público de relacionamento com os diversos movimentos sociais, populares e de caráter antidiscriminatório e democrático”.⁴¹¹

A CCDH recebeu, em 2 de agosto de 2000, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público, o levantamento das denúncias oferecidas em juízo pelos promotores de Justiça, onde figuram como vítimas crianças e adolescentes. Este levantamento foi realizado por ordem de incidência, nos crimes de exploração sexual mais praticados contra crianças e adolescentes. O levantamento⁴¹² abrange todas as comarcas do Rio Grande do Sul.

⁴¹⁰ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De menor a cidadão in MENDEZ, Emílio Garcia e COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Op. cit., p.140.

⁴¹¹ Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos**; 1999/2000. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2000, p.17.

⁴¹² RELATÓRIO AZUL 1999/2000. Op. cit., p.24.

Nº de vítimas	Tipo penal	Percentual	Vítimas do sexo feminino	Vítimas do sexo Masculino
277	Estupro – art.213 do Código Penal	39,63 %	277 (100%)	0 (0%)
219	Atentado violento ao pudor – art. 214 do Código Penal	31,33 %	154 (70,32%)	65 (29,68%)
202	Venda de produtos que causam dependência física ou psíquica – art.243 do ECA	28,90 %	74 (36,63%)	128 (63,37%)

O quadro anterior apresenta os três crimes mais praticados contra crianças e adolescentes, nas comarcas do Rio Grande do Sul, no período de 4 de junho de 1997 a 30 de junho de 2000, que totalizam 698 vítimas. A violência mais praticada é a sexual com 496 casos. Desta, a grande maioria é contra o sexo feminino 72,34% (505) e 27,61% (193) contra o sexo masculino. Nos casos que chegam ao Ministério Público, a metade dos agressores não possui vínculo familiar com a vítima (56,25%).

Demonstrativo do tipo de vínculo que o agressor estabelece com a vítima

Agressor	Tipo de agressão	Nº de Ocorrências	Percentual
Sem vínculo familiar	Estupro + atentado violento ao pudor	279	56,25%
Com vínculo familiar	Estupro + atentado violento ao pudor	217	43,75%
Total de vítimas: 496			

A análise dos boletins de ocorrência policial e dos termos de informações das vítimas de abuso sexual familiar são o objeto da pesquisa⁴¹³ intitulada “O rompimento do segredo nas famílias incestogênicas”, que procurou identificar em que momento e por quais motivos o segredo é rompido. Compõem a amostra da pesquisa 50 sujeitos vítimas de

⁴¹³ RELATÓRIO AZUL, 1999-2000. Op. cit., p.25-26.

violência sexual doméstica, menores de 18 anos, que, representadas por seus pais ou responsáveis, registraram queixa policial no Departamento da Criança e do Adolescente (Deca), de Porto Alegre, no período de dezembro de 1996 a novembro de 1998. O trabalho foi realizado pela psicóloga e especialista em violência doméstica contra crianças e adolescentes, Suzana Braun Antunes de Oliveira.

Os resultados do cruzamento de informações apontam como fatores responsáveis pelo rompimento: a ameaça, isolada ou combinada com medo, a perda da integridade física, a tentativa de suicídio, o contágio por doença sexualmente transmissível, o receio da perpetuação da vitimização com irmãos/irmãs, o risco de gravidez, a restrição das atividades típicas da adolescência, a desconfiança da mãe e o disque-denúncia.

Para descrever as vítimas de violência sexual familiar, foram identificados os casos, observando a idade, o sexo e outras características. Dos casos estudados, a idade das vítimas variou de 2 a 17 anos e, referente ao sexo das vítimas, predominou o sexo feminino:

2 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 17 anos	Sexo feminino	Sexo masculino
10%	20%	56%	14%	96%	4%

O tempo para efetivação da denúncia também foi estudado e demonstra que:

Menos de 1 ano	1 - 2 anos	3 - 6 anos	7 - 10 anos	Não responderam
26%	22%	30%	8%	14%

Dos fatores que levaram a quebra do silêncio:

Medo perda da integridade física	Restrição às atividades típicas da adolescência	Outros motivos	Vítima virgem
62%	14%	24%	90%

O perfil geral do agressor é:

35-39 anos	45-49 anos	Cor branca	1º grau completo	Profissão na construção civil	Motoristas	Comércio	Não informaram a profissão	Profissão segurança, mecânica e prestação de serviços
26%	18%	64%	42%	30%	10%	8%	14%	38%

Referente a exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes, no dia 13 de outubro de 1999, a CCDH realizou Audiência Pública com o objetivo de tratar sobre a violência, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes na Região Sul. Participaram da Audiência representantes de dez entidades e instituições ligadas à defesa dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes no Estado. Segundo a deputada estadual ROSÁRIO, a violência “não é natural. É produzida socialmente e traz consigo uma relação de poder, em especial a violência sexual, na qual a prevalência absoluta do desejo e da vontade do poder do adulto sobre a criança determina que em muitas famílias tenhamos uma triste realidade, mesmo que as estatísticas não sejam tão claras, pois muitos não denunciam”.⁴¹⁴

Segundo a representante do Serviço Social do Departamento Médico Legal (DML), Ana Cristina Mitidiero, são atendidos, em média, três casos envolvendo violência sexual por dia, o que dá uma média de 1.250 casos por ano. Afirma MITIDIERO⁴¹⁵ que “existem muitas instituições voltadas para redução da violência sexual, mas criticou a falta de um trabalho de equipe, multidisciplinar, que possa tratar com maior abrangência as situações encontradas”.

A exploração sexual e o tráfico de crianças, adolescentes e mulheres foi o tema da Audiência Pública realizada pela CCDH, no dia 12 de abril de 2000. Com a presença de 19 entidades públicas e organizações não-governamentais, ligadas à promoção e defesa dos Direitos Humanos, a Audiência teve como objetivo recolher subsídios para a CPI do Crime

⁴¹⁴ ROSÁRIO, Maria do. Relatório Azul 1999-2000. Op. cit., p.27.

⁴¹⁵ MITIDIERO, Ana Cristina. Relatório Azul 1999-2000. Op. cit., p.27.

Organizado. ROSÁRIO entende que a “CPI deve trabalhar também sobre o tráfico humano, pois a violência sexual é um fenômeno crescente e difícil de ser identificado”.⁴¹⁶

No que se refere à exploração sexual comercial, após três anos de funcionamento do Sistema Nacional da Abrapia, foi possível constatar que o turismo sexual responde por 5,1% das denúncias recebidas entre 1997 e 2001. Os números mostram que grande parte das crianças são exploradas sexualmente tanto nos grandes centros urbanos quanto em pequenos municípios do interior, sendo que, muitas vezes, é constatado o consentimento da família no negócio.⁴¹⁷

Os números também mostram que a pornografia infantil, na Internet, é o tipo de exploração que mais cresce entre as denúncias. Em 1999, aumentou em 73,3%.⁴¹⁸

Há notícias, segundo a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância⁴¹⁹, que cresce o abuso sexual contra crianças e adolescentes. O número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentou, este ano, 223% em relação ao ano passado. Os dados são da Campanha de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes lançada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. De acordo com DUTRA, coordenadora do Centro de Referência da Violência contra Crianças e Adolescentes da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (SETASCAD), 46% dos casos de violência sexual praticada contra adolescentes envolvem o pai biológico da vítima. Ainda segundo a coordenadora, a faixa etária das vítimas de violência sexual fica entre 7 e 13 anos.⁴²⁰

⁴¹⁶ ROSÁRIO, Maria do. Relatório Azul 1999-2000. Op. cit., p.27.

⁴¹⁷ [Http://www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm](http://www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm). Acesso em 02 de outubro de 2001.

⁴¹⁸ [Http://www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm](http://www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm). Acesso em 02 de outubro de 2001.

⁴¹⁹ Adm@andi.org.br. Acesso em 02 de outubro de 2001.

⁴²⁰ Adm@andi.org.br. Acesso em 02 de outubro de 2001.

3.2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

No Brasil, a ação civil pública estava ligada à figura do Ministério Público, em que o legislador destinou a tarefa de proteger os interesses do bem comum, segundo os artigos 127, 129, III, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 81 a 83 do Código de Processo Civil. Isso ocorreu antes da promulgação da Lei da Ação Civil Pública, Lei 7.347, de 24 de julho de 1985.⁴²¹

A doutrina apresentou o aspecto conceitual da ação civil pública, no sentido do entendimento das palavras civil e pública. Civil no sentido de “ação não penal” e o termo público justificando-se por se tratar de “remédio processual voltado à tutela de interesses supraindividuais, e pois coletivos, no sentido largo deste termo”.⁴²²

Afirma MANCUSO⁴²³ que a ação civil pública “não é pública porque o Ministério Público pode promovê-la, a par de outros co-legitimados, mas sim porque ela apresenta um largo espectro social de atuação, permitindo o acesso à justiça de certos interesses meta-individuais”. Não quer dizer que a questão conceitual esteja ultrapassada, o que tem surgido são novos valores que foram acrescentados ao objeto da ação civil pública e outros valores que se referem à expressão “outros interesses difusos e coletivos” contido no artigo 1º, IV, dessa lei.

A lei 8.069/90, no seu artigo 201, V, diz o seguinte: “Compete ao Ministério Público: promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no artigo 220, parágrafo terceiro, inciso II, da Constituição Federal”.⁴²⁴

No que se refere aos interesses difusos, entende VERONESE⁴²⁵ que “pertencem ao gênero dos interesses metaindividuais ou superindividuais, pois suas

⁴²¹ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas. In MILARÉ, Edis (coord.). *Ação civil pública: lei 7.347/1985 – 15 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p.707.

⁴²² MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. cit., p.708.

⁴²³ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. cit., p.709.

⁴²⁴ CURY, Garrido & Marçura. *Estatuto da criança e do adolescente anotado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p.182.

⁴²⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p.75.

características ultrapassam a esfera das pretensões subjetivas para se inserirem numa órbita mais ampla, coletiva em seu sentido lato”.

O Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 81, parágrafo único, inciso I, diz: “interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”.

Acrescentando com muita propriedade a respeito dos interesses difusos, VERONESE⁴²⁶ conclui:

- “a) transindividuais, pois ultrapassam a esfera de atuação dos indivíduos singularmente considerados, para encontrá-los enquanto entidade coletiva;
- b) o bem jurídico, no que tange ao objeto, é de natureza indivisível, esta indivisibilidade decorrendo da absoluta impossibilidade de determinação de sujeitos;
- c) quanto à titularidade, isto é, no aspecto subjetivo, os interesses difusos têm como nota caracterizadora a indeterminação dos titulares, os quais estão ligados entre si por circunstâncias fáticas, o que equivale a dizer que não existe um vínculo jurídico”.

A indeterminação dos sujeitos é uma característica básica dos interesses difusos. Tradicionalmente, o titular era um sujeito preparado para receber a proteção estatal, não importando a titularidade propriamente, mas a importância social da pretensão. Segundo VERONESE⁴²⁷, “...rompendo com a tradição jurídica, cujo interesse deveria advir de um titular específico, os interesses difusos concernem a uma pluralidade de sujeitos”.

A indivisibilidade do objeto, conforme a autora acima afirma, consiste em que “os interesses em pauta são indivisíveis, isto é, seu objeto não possibilita a divisão em quotas a serem atribuíveis a pessoas ou grupos preestabelecidos. Tanto é assim que o sucesso ou o fracasso da ação se estenderá não somente aos seus autores, como também aos que estavam agregados pela mesma pretensão”.⁴²⁸

⁴²⁶ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998, p.126.

⁴²⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.76-77.

⁴²⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.77.

Outra característica dos interesses difusos é a intensa litigiosidade interna, diante dos interesses dispersos entre segmentos sociais que não têm um vínculo jurídico básico, provocando litígios com grupos que têm intenções diferentes sobre o mesmo objeto.⁴²⁹

No que diz respeito aos interesses difusos podem sofrer mutação no tempo e no espaço, sofrendo mudanças se não exercidos no tempo-hábil, pois surgem de “situações contingenciais”. Esses interesses afirma VERONESE⁴³⁰

“têm sua origem na preservação de valores, como os referentes ao meio ambiente, ao direito dos consumidores, da qualidade de vida, etc., e, sendo assim, uma vez lesado, o direito não terá como oferecer uma reparação integral, em espécie, pois não se trata, na maior parte das vezes, de questões passíveis de mero ressarcimento pecuniário. Em termos substanciais, a lesão aos interesses difusos é irreparável, e o papel do direito nesse momento é de apresentar alternativas ressarcitórias”.

A criança e o adolescente são merecedores de proteção especial, conforme o artigo 227 da Constituição Federal, tornando os seus interesses protegidos através da ação civil. Os interesses infanto-juvenis são de extrema relevância comparando-se aos do consumidor e do meio ambiente, em razão de que referem-se à vida em desenvolvimento.

Tratando-se de conceituar os interesses coletivos, segundo o artigo 81 do código de defesa do consumidor, em seu parágrafo único, inciso II, descreve o seguinte: “Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base”.

Entende VERONESE⁴³¹ quanto aos interesses coletivos que

“são os comuns a determinado grupo, categoria ou classe de pessoas unidas entre si por meio de uma relação jurídica base que as congrega entre si ou com a parte contrária, tal qual os interesses difusos também são transindividuais. Quanto à questão da indivisibilidade do objeto, nos interesses coletivos ela é relativa, pois, mesmo que difícil, em alguns casos, é sempre possível a identificação dos membros de um grupo, categoria ou classe de pessoas, ou seja, é possível a sua determinação”.

⁴²⁹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.78.

⁴³⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.78-79.

⁴³¹ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.126.

A distinção de interesses difusos e interesses coletivos tem como diferença principal a titularidade. Nos interesses difusos há um número indeterminável de pessoas e um número determinável nos interesses coletivos. Acrescente-se que “o vínculo associativo entre os diversos membros de uma associação é algo que lhe é típico; o mesmo já não ocorre com os interesses difusos: nestes, as aglutinações são geralmente contingenciais”.⁴³²

Os interesses individuais, conforme o artigo 81 do código de defesa do consumidor, parágrafo único, inciso III, pode ser conceituado: “interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum”.

O juiz, ao julgar “conflitos de interesses de massa”, através da ação civil pública, quebra com os conceitos de função jurisdicional em que ocorre a aplicação da lei ao fato. Segundo SILVA⁴³³ é preciso entender que “a função jurisdicional, que se opera nas demandas sobre interesses difusos e interesses coletivos, representa algo mais do que simples controvérsia intersubjetiva individual. A jurisdição, por essa perspectiva de visão, concebida como expressão de poder do Estado, a serviço da sociedade, focaliza o homem como ser social”.

A jurisdição e seu novo entendimento, diante dos interesses difusos, está exigindo uma decisão com justiça e eficiência. A fim de instrumentalizar a ação civil pública é necessário mecanismos processuais os quais não existem no nosso processo civil, uma vez que eles são do modelo individualista. Isso pode ser verificado através das normas que regem a petição inicial, do ônus da prova e da sentença.⁴³⁴

A ação coletiva traz um conceito novo de ação em que “o direito subjetivo público não se acha identificado em uma pessoa determinada. A ação civil pública não é exercitável, com exclusividade, por qualquer membro da sociedade, pois como direito subjetivo público pertence a todos indistintamente, sem fracionamento”.⁴³⁵

A Ação Civil Pública foi criada pelo Estado com objetivo social e político para ser usada como “instrumento de defesa dos interesses metaindividuais da criança e do

⁴³² VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.98.

⁴³³ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.87.

⁴³⁴ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.87.

⁴³⁵ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.88.

adolescente, exige do juiz decisão política e social, para a qual as regras que regulam o processo civil mostram-se inadequadas”.⁴³⁶

A Ação Civil Pública protege os bens de natureza metaindividual do Estatuto da Criança e do Adolescente que “representam valores ético-sociais que ultrapassam o conceito de direitos individuais, constituindo, por assim dizer, direitos sociais que pertencem à sociedade como um todo. Dentro dessa visão, a ação civil pública tem por objeto a tutela de interesses sociais, enquanto indeterminados em relação à sociedade”.⁴³⁷

A instrumentalização da ação civil pública ocorre através do processo de cognição que deve procurar, em outras fontes do direito, meios de exercer o “novo modelo de processo de cognição difusa”. Entende SILVA que “se deva recepcionar, dos princípios processuais do trabalho, inspiração teórica para orientar a fundamentação em torno do processo de conhecimento de natureza difuso”.⁴³⁸

O pedido, na Ação Civil Pública, tem origem nas consequências jurídicas que provêm dos fatos. Estes, no processo de cognição difusa, “assumem contornos diferenciados do conceito de fatos do processo de cognição individual. O conceito de fatos na visão de interesses difusos, que neste estudo denominamos fato básico, designa os acontecimentos ou o conjunto deles, próprios de determinados fenômenos observados da realidade da vida, capazes de produzir efeitos jurídicos no plano coletivo”.⁴³⁹

A causa de pedir da petição inicial de uma ação civil pública se origina do “fato básico”. Segundo SILVA⁴⁴⁰, causa de pedir na ação civil pública consiste nos “efeitos jurídicos que nascem dos fatos sociais, coletivos, considerados úteis à sociedade”. Dependendo do número de fatos que produzam consequências jurídicas, uma ação pode ter uma ou várias causas de pedir.

A respeito, ainda, do conceito de causa de pedir “construído a partir de fatos sociais de natureza difusa, afeta pessoas indeterminadas, pessoas anônimas. Corolário desse

⁴³⁶ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.88.

⁴³⁷ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.89.

⁴³⁸ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.89.

⁴³⁹ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.91-92.

⁴⁴⁰ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.92.

raciocínio, reconhece-se que o pedido da causa, na ação civil pública, destina-se à sociedade como um todo”.⁴⁴¹

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina:

“Art.210 – Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I – o Ministério Público;

II – a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios;

III – as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§1º - Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§2º - Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa”.

O artigo 210 do Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se à legitimação extraordinária, uma vez que os direitos defendidos são das crianças e dos adolescentes e não dos que ajuízam a ação.⁴⁴²

Os legitimados, concorrentemente, para impetrar as ações cíveis baseadas nos interesses coletivos e difusos no âmbito da criança e do adolescente são: o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios e as associações legalmente constituídas, servindo de modelo ao Estatuto a lei da ação civil pública.

Há uma relação próxima entre o artigo 210 do Estatuto e o artigo 5º da Lei n.7.347/85, porém, o Estatuto no que se refere aos legitimados ativos deixa de fora os órgãos da administração pública, direta ou indireta, isto é, a autarquia, a empresa pública, a fundação e a sociedade de economia mista.⁴⁴³

Ressalta-se que o artigo 224 do Estatuto estabelece que se aplica, subsidiariamente, a Lei n.7.347/85. Desse modo, a lei da Ação Civil Pública é utilizada no

⁴⁴¹ SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.92.

⁴⁴² SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.133.

⁴⁴³ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Op. cit., p.125.

que couber pelo Estatuto da Criança e do Adolescente referente ao conteúdo da legitimação para agir em juízo.

Primeiramente, o Estatuto atribui ao Ministério Público a legitimação para impetrar a ação civil pública. O Ministério Público teve sua função ampliada, segundo a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 127, caput, que o descreveu como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Nas ações em que o Ministério Público não ajuizar poderá atuar como fiscal da lei. Tendo em vista o princípio constitucional da unidade e da indivisibilidade, segundo o artigo 127, §1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto possibilita o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, conforme artigo 210, §1º.⁴⁴⁴

O Ministério Público “mesmo nos casos em que não esteja no pólo ativo da relação processual, sempre atuará nas demandas judiciais que envolvam interesses difusos de crianças e adolescentes, os quais são indisponíveis”.⁴⁴⁵

Entende VERONESE⁴⁴⁶ que a “propositura de ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente não será somente interposta contra o Estado, mas também contra empresas e indivíduos que estejam descumprindo os direitos assegurados àqueles, tanto os previstos na Constituição Federal quanto na lei específica”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios podem ajuizar ação para proteger os interesses difusos e coletivos.

As pessoas federativas são representadas em juízo pelos procuradores, de acordo com o artigo 12, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

⁴⁴⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Op. cit., p.126.

⁴⁴⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.126.

⁴⁴⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op.cit., p.127.

As associações têm uma função essencial na defesa dos interesses da criança e do adolescente diante do Judiciário. As associações são “representantes da sociedade, de suas vontades e aspirações”.⁴⁴⁷

A legitimação das associações está prevista no artigo 227, §7º, o qual conduz ao artigo 204, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil. Determina o artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. §7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204”.⁴⁴⁸

O artigo 204, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil tem a seguinte redação: “As ações governamentais, na área da assistência social, serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.⁴⁴⁹

O Estatuto traz algumas exigências para a associação, como ser uma entidade regular, registrada de acordo com o artigo 5º, XVIII, da Constituição Federal que diz que a criação de associações não depende de autorização, proibindo-se em seu funcionamento a interferência do Estado.⁴⁵⁰

A associação deve, ainda, estar constituída há um ano quando for ajuizar uma ação e ter como fins institucionais a tutela dos direitos infanto-juvenis. E se não houver autorização nos estatutos para demandar em juízo, deve ser realizada assembléia para obtê-la.⁴⁵¹

⁴⁴⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.128.

⁴⁴⁸ BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000, p.125-126.

⁴⁴⁹ BRASIL. Constituição 1988. Op. cit., p.116-117.

⁴⁵⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.128-129.

⁴⁵¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.129.

A Lei n.8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor- incluiu o §4º ao artigo 5º da Lei n.7.347/85 que tem a seguinte redação: “O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido”.

Há a crítica de que a dispensa pelo juiz do requisito da pré-constituição da associação deveria ter previsão pelo Estatuto ou ter sido retirada essa exigência em definitivo.⁴⁵² Afirma VERONESE⁴⁵³ que “em questões que envolvem interesses difusos, dever-se-ia, sobretudo, levar em consideração a urgência, a necessidade da tutela jurisdicional das pretensões que estão sendo formuladas pela associação, que pode ter se constituído somente para esse fim, deixando, portanto, que prevaleça a tutela do interesse em pauta, e não um critério formal que acaba por se tornar um entrave ao acesso à Justiça”.

Na ação civil pública, o pólo passivo pode ser qualquer pessoa física ou jurídica, não existindo um rol taxativo. Distingue-se da legitimidade ativa, em que os legitimados são os enumerados em lei.

Não se pode temer o ajuizamento de ações com a finalidade de pôr em prática os direitos assegurados às crianças e adolescentes. Quando o Estado se omitir perante uma política social ou ação individual prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente é necessário o uso da via jurisdicional.

As inovações criadas a partir da Constituição Federal de 1988 e que foram regulamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à tutela de interesses difusos quanto à criança e ao adolescente no ajuizamento de ações, não estão sendo encaminhados ao Judiciário.⁴⁵⁴

O trabalho do Ministério Público tem sido relevante nas demandas judiciais que tem postulado, levando em conta os interesses *infanto-juvenis*. Entretanto, as associações

⁴⁵² VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente*. Op. cit., p.131.

⁴⁵³ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.131.

⁴⁵⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente*. Op. cit., p.256.

que defendem os direitos da criança e do adolescente e os outros legitimados, previstos no Estatuto, não têm utilizado as ações que existem.⁴⁵⁵

Atualmente, se verifica que há poucos julgados de ações civis públicas, constatando-se que o Poder Judiciário é acanhado, ainda, para essas questões. Tal dificuldade foi percebida por VERONESE⁴⁵⁶:

“Depreende-se dessa questão que, apesar da existência de todo um instrumental, cuja efetividade dependeria tão-somente de seu uso, restringe-se a poucos casos isolados, e o que é ainda pior, fica-se à mercê de determinados padrões, que antevêm na realização das normas jurídicas que tenham a função de contribuir na transformação da sociedade, um certo perigo de desequilíbrio no sistema da tripartição dos poderes. Temem que o Poder Judiciário, à medida que julgue procedentes a grande maioria dos casos de conflitos que envolvem o indivíduo, ou coletividades inteiras que interpõem ações civis públicas em razão da inadimplência do Estado no cumprimento de suas políticas sociais, estaria adentrando um campo que não lhe pertence, pois são questões que tradicionalmente se entendia estarem a cargo dos outros dois Poderes”.

O Executivo e o Legislativo têm a competência conjunta para aprovar e encaminhar os programas de ação governamental e que a intervenção do Poder Judiciário “somente se impõe quando determinado direito social é negligenciado. Nessa hipótese, esse Poder está reconhecendo uma omissão inconstitucional por parte dos demais poderes”.⁴⁵⁷

Os operadores do direito têm sua participação no pouco uso da ação civil pública, pois sua conduta é “apolítica” no sentido de não haver um esforço em cumprir a lei, o que dificulta as mudanças sociais. Disso resulta que “o acesso de crianças e adolescentes na interposição de interesses difusos não venha alcançando o resultado desejado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado de modo tão evidente na Lei n.8.069/90. Em consequência deste descaso, milhares de crianças continuam à margem do processo social”.⁴⁵⁸

A concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente é um objetivo a ser alcançado e necessita de uma consciência maior da sociedade exigindo o cumprimento de

⁴⁵⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente*. Op. cit., p.256.

⁴⁵⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente*. Op. cit., p.258.

⁴⁵⁷ COMPARATO, Fábio Konder. *A Nova Cidadania*. Anais da XIV Conferência da OAB, Vitória, set./1992, p.49.

⁴⁵⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.260-261.

seus direitos e a implementação pelo Estado das políticas públicas, desenvolvendo seus programas de ação governamental.⁴⁵⁹

Uma das maiores dificuldades do Estatuto da Criança e do Adolescente é a “estrutura conservadora” do Judiciário que tem receio de julgar as ações civis públicas, pois considera que isso não é da sua competência, sendo atribuição dos Poderes Legislativo e Executivo.⁴⁶⁰

Entende VERONESE⁴⁶¹ que “uma das inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988, ou seja, colocá-lo como árbitro de contendas, como as que envolvam interesses difusos, as quais são marcadamente conflitos de natureza política. Portanto, faz-se mister que o Poder Judiciário, enquanto guardião da Lei Maior, efetivamente execute o novo papel que esta lhe reservou”. Desse modo, o acesso à Justiça relativo aos interesses difusos, relacionados à criança e ao adolescente, poderá se tornar real.

Portanto, a ação civil pública é um instrumento relevante no combate à exploração sexual das crianças e adolescentes, porém, pouco utilizado pelos operadores do direito e o Judiciário. Desse modo, a transformação social para uma vida melhor de nossas crianças é postergado.

Há um acórdão que trata de uma Ação Civil Pública, a respeito da exibição de filme contendo cenas de sexo e violência, programada para a televisão, arrolado abaixo:

“Apelação Cível n. 19.701-0 – São Paulo

Apelante: Promotora de Justiça da Vara Central da Infância e da Juventude da Comarca

Apelada: Fundação Casper Líbero.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Decisão *extra petita* – Inocorrência – Limitação ao que entendeu ser adequado à proteção do interesse da coletividade – Preliminar rejeitada.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Objetivo – Proteção da criança e do adolescente – Ajuizamento contra a Fundação Casper Líbero – Exibição de filme contendo cenas de sexo e violência, programada para televisão – Cabimento, em face da

⁴⁵⁹ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Op. cit., p.261-262.

⁴⁶⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Op. cit., p.262.

⁴⁶¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.262.

observância das normas que regulam a matéria – Ação improcedente – Recurso não provido.

ACÓRDÃO

1. A sentença (fls. 136/140), cujo relatório adota-se, julgou improcedente a presente ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a TV Gazeta – Canal 11, Rede OM Brasil e confirmou liminar, deferida em parte (fls. 56/60), para permitir a veiculação da película, na íntegra, sem cortes, somente após as vinte e três horas, bem como de seus *trailers* ou anúncios que ficam permitidos antes das vinte e três horas, desde que deles não constem cenas de sexo explícito ou violência, sob pena de crime de desobediência e de multa diária de Cr\$ 100.000.000,00.

Irresignado, o Ministério Público apelou, suscitando preliminar de nulidade da sentença, a pretexto de que houve julgamento conflitante e *extra petita* e pedindo, no mérito, a reforma da decisão, declarando-se inadequada a exibição do filme *Calígula* para o veículo da televisão, para qualquer horário, sob pena de multa (fls. 143/149).

Processado o recurso com despacho de sustentação, onde a Doutora Juíza de Direito retificou o dispositivo da sentença, para declarar que a ação foi julgada *procedente apenas em parte* (fls. 152), subiram os autos, manifestando-se a douta Procuradoria de Justiça pelo acolhimento da preliminar e no mérito pela procedência integral da demanda (fls. 162/169).

2. A primeira preliminar restou prejudicada, porque o equívoco a respeito da extensão do julgamento foi oportunamente reparado no respeitável despacho de sustentação. Erro, aliás, que havia de ser corrigido independentemente de provocação dos interessados.

A Segunda, *data venia*, improcede.

A hipótese não é de sentença *extra petita*, visto que não decidiu causa diferente do que foi posta em Juízo. Decidiu, tão-somente, o pedido, restringindo-se na medida em que se entendeu ser o adequado à proteção do interesse da coletividade.

Parece pacífico que não há vício da sentença “quando a decisão proferida corresponde a um *minus* em relação a ambas as pretensões em conflito (‘RTJ’, vol. 86/367)”, nem se julgada procedente em parte a ação, porque “no pedido mais abrangente se inclui o de menor abrangência” (Supremo Tribunal Federal, Segunda Turma, Recurso Extraordinário n. 100.894-6-RJ, *in Theotonio Negrão*, “Código de Processo Civil e legislação processual em vigor”, Malheiros Editores, 22ª ed., pág. 287, nota 3 ao artigo 460).

3. No mérito, a respeitável sentença merece subsistir por seus fundamentos.

O objeto desta ação – esclareceu a inicial – reside no interesse difuso de todas as crianças e adolescentes do Estado de São Paulo em terem acesso a programas de televisão que respeitem sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Pois bem.

A respeitável decisão recorrida, sem embargo do que dispõem os artigos 221, inciso IV, e 227 da Constituição da República, admitiu, corretamente, com fundamento nos artigos 71 a 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a transmissão da película em horário estranho às atividades das pessoas as que gozam da proteção legal.

No caso especial dos autos, a solução não podia ser diferente, porque não assemelhada à que foi objeto de brilhante fundamentação, no julgamento do Mandado de Segurança n. 13.176-0-2, de São Paulo.

Insiste, contudo, o Ministério Público na proibição da exibição da película, porque, no seu entender, decorre do dever social da recorrida somente difundir programas que respeitem a condição da criança ou adolescentes como pessoas em processo de desenvolvimento, dever este, ante a prioridade absoluta decorrente do direito ao respeito, que se sobrepõe aos interesses meramente comerciais, maquiados pela defesa do direito de expressão (fls. 146).

Esse aspecto, em que pesem as excelentes razões constantes do recurso, foi examinado com a costumeira proficiência, pela ilustre Juíza da Vara da Infância e da Juventude.

Na verdade, o artigo 221, inciso IV, da Constituição da República, dispõe que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, entre outros, atenderão ao princípio de respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Mas, não se pode esquecer, o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 71 a 76, estabelece mecanismos de prevenção em relação à ocorrência de ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente. Mais especificamente, o artigo 76 cuida, precisamente, da exibição de películas, nas emissoras de rádio e televisão, somente no horário recomendado para o público infanto-juvenil.

Assim, a interpretação preconizada na sentença nada sofre com as críticas que se opõem ao acerto de sua conclusão. A equidade não se harmoniza com situação perfeitamente definida na lei, onde as normas que regulam a matéria estabelecem, com precisão, os limites ao exercício dos direitos e obrigações dos responsáveis pelas transmissões em rádios e televisões.

Se os princípios enunciados no Estatuto forem cumpridos, seja lá o pretexto que se invoque, haveria, quando menos, afronta à norma constitucional que estabelece a liberdade de comunicação, independentemente de censura; sem esquecer, no entanto, que essa liberdade tem seus limites na responsabilidade pelos excessos cometidos.

Ora, a apelada, como lembrou a decisão impugnada, tomou as providências necessárias à exibição do filme, programado, conforme certificado expedido pelo Departamento de Classificação Inicial do Ministério da Justiça, a apresentação para horário além das 23:00 h, com o que a proteção da criança e do adolescente estaria a coberto do possível mal que a obra poderia lhes causar. Isto feito, qualquer avanço que se queira dar, no sentido do entendimento manifestado no recurso, seria criar normas mais severas, ao árbitro do recorrente, invadindo o campo definido a outro Poder da República.

Anote-se, ainda, na trilha da respeitável decisão recorrida, que não se pretende a prevalência da Portaria n. 773, de 1990, do Ministério da Justiça sobre a Constituição ou a lei, mas, ao contrário, o que se quer é dar a exata interpretação sobre o direito que se discute, com base nos princípios e no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo legislador previu regulamentação da lei por meio de portarias.

O tema muito discutido que diz respeito à nocividade da película, por desvinculada de atributos artísticos, localiza-se em campo estranho ao Direito, competindo ao Poder Público, se achar conveniente, legislar mais minuciosamente sobre aspectos psicológicos e sociológicos sobre obras, para

que se possa avaliar, sem necessidade de opiniões singelas, o que é e o que não é prejudicial.

Por derradeiro, se a película é imprópria para a televisão ou para uma determinada parcela de usuários, maioria ou minoria, pouco importa, a solução é de acaciana simplicidade, basta desligar o aparelho ou mudar de canal, de acordo com a própria vontade de sua família.

4. Isto posto:

ACORDAM, em Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, em rejeitar a matéria preliminar e em negar provimento ao apelo, para que subsista, por seus próprios e jurídicos fundamentos, e pelos constantes de despacho de sustentação, a respeitável sentença recorrida.

Custas, na forma da lei.

O julgamento teve a participação dos Senhores Desembargadores Dirceu de Mello (Presidente) e Carlos Ortiz.

São Paulo, 1º de fevereiro de 1996.

SABINO NETO – Relator”⁴⁶²

3.3. A SOCIEDADE FRENTE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Apresenta-se uma nova ordem jurídica a partir da promulgação da Convenção Internacional, impondo obrigações aos órgãos de assistência, no sentido de trabalharem em conjunto com os movimentos sociais, colocando em prática o conteúdo da Convenção.⁴⁶³

O artigo 34 da Convenção Internacional trata do direito da criança a ser protegida contra qualquer exploração sexual, seja na pornografia ou prostituição:

“Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos”.

⁴⁶² SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p.193-196.

⁴⁶³ MENDEZ, Emilio Garcia. *Legislação de “menores” na América Latina: uma doutrina em situação irregular. A instância administrativo-executiva: do assistencialismo à política das garantias*. Op. cit., p.99.

Segundo MENDEZ⁴⁶⁴ “A infância em risco, produto das diferentes situações de abandono, começa e deve ser percebida como o resultado direto da omissão ou inexistência das políticas sociais básicas. O ‘menino de rua’ é, antes de tudo, o ‘menino sem escola’ ”.

A Convenção trouxe uma nova relação dos movimentos sociais e o jurídico. De uma infância esquecida surgem, nitidamente, os direitos a serem garantidos. No Brasil, essa tendência aparece através de uma nova espécie de Organização Não-Governamental-ONG que são os Centros de Defesa dos Direitos da Infância.⁴⁶⁵

Afirma MENDEZ⁴⁶⁶ “A adequação substancial da Convenção Internacional (o ECA), promovida e realizada com a participação ativa dos movimentos sociais, permitiu superar, também sob a perspectiva da sociedade civil organizada, um horizonte assistencialista sem futuro nem projeção”.

Os movimentos sociais têm uma nova tarefa; a de articular com os governos uma nova política pública. Temos um exemplo dessa idéia, no Brasil, que são os “Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente” os quais têm apoio político e jurídico para o seu desenvolvimento.⁴⁶⁷

É necessário esclarecer que é impossível uma sociedade moderna e democrática tendo uma infância esquecida em suas necessidades essenciais. As crianças, segundo princípio constitucional, devem ter prioridade absoluta.⁴⁶⁸

Nas políticas para a infância, o surgimento das ONGs é recente. A expressão ONG traz uma “realidade heterogênea”. Existe a diferença entre as organizações que são ligadas ao Estado, proporcionando somente serviços que competem ao governo e aquelas que apresentam uma liberdade maior no aspecto político-técnico.⁴⁶⁹

Nesse sentido, afirma MENDEZ⁴⁷⁰:

⁴⁶⁴ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.99.

⁴⁶⁵ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.100.

⁴⁶⁶ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.100.

⁴⁶⁷ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.100.

⁴⁶⁸ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.100.

⁴⁶⁹ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.95.

⁴⁷⁰ MENDEZ, Emílio Garcia. Op. cit., p.95.

“No caso das ONGs do primeiro tipo, sua existência e desenvolvimento estão condicionados, obviamente, à mera vontade governamental. Por outro lado, dentro das organizações do segundo tipo abre-se uma ampla gama de possibilidades, que inclui desde a mera oferta de serviços até a formulação de estratégias complexas destinadas a influir na estrutura jurídico-institucional das políticas para a infância. Um certo basismo, muitas vezes justificadamente alimentado pela negligência estatal, manteve por muito tempo estas organizações afastadas das instâncias e estruturas encarregadas da tomada real de decisões”.

A definição de ONGs, organizações não-governamentais “organizações ou grupos de pessoas geralmente sem fins lucrativos com o objetivo de ajudar e lutar para a melhoria de algum fator negativo no lugar onde vive”.⁴⁷¹

O trabalho dessas entidades e organizações, governamentais ou não governamentais existe, no sentido de diminuir a exploração sexual infanto-juvenil. Abaixo estão relacionadas, as ações de algumas delas.

Primeiramente, cabe mencionar que há o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: 18 de maio. As organizações envolvidas no combate dessa violência promoveram ações de mobilização da sociedade de forma conjunta e articulada. Este ano foram realizadas atividades em vários Estados brasileiros.⁴⁷²

Há o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, fruto de discussão entre mais de 160 entidades e aprovado durante encontro realizado em Natal-RN, em 2000. O Plano é um “instrumento de garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação de risco de violência sexual”.⁴⁷³

Na Procuradoria da República, em Goiás, foi assinado um Convênio entre o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Polícia Federal e os 22 provedores de Goiás, visando à efetivação de medidas de combate à pedofilia na internet. Pelo Convênio, todos os provedores divulgarão em suas páginas iniciais o conteúdo do artigo 241, do Estatuto

⁴⁷¹ VILLAS BOAS, Vinícius. **Guias de ongs na net**. Disponível em: [Wysiwyg://4/http://Br.geocities.com/ongog2000/site.htm](http://4/http://Br.geocities.com/ongog2000/site.htm). Acesso em: 02 out. 2001.

⁴⁷² ANDI. Disponível em: www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁷³ ANDI. Disponível em: www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm. Acesso em: 10 set. 2001.

da Criança e do Adolescente, que prevê pena de um a quatro anos de reclusão para quem fotografar ou publicar cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.⁴⁷⁴

Além disso, será inserida mensagem anunciando ser crime a divulgação de pornografia infantil, além dos endereços onde poderão ser denunciadas, anonimamente, as páginas que contenham estas imagens.⁴⁷⁵

O Procurador da República, em Goiás, VILHENA afirma que “há a necessidade de que estes convênios sejam firmados em todos os Estados brasileiros, o que possibilitará considerável avanço na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. O termo de convênio poderá ser enviado àqueles que solicitarem”.⁴⁷⁶

3.3.1. ABRAPIA

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância - ABRAPIA, surgiu através do chefe do Serviço de Pediatria, Dr. Lauro Monteiro que constituiu uma equipe de profissionais na área de Saúde, Educação, Direito e Serviço Social, com o propósito de criar um centro de referência para o desenvolvimento de ações e pesquisas, voltadas para a defesa de crianças e adolescentes, vítimas de violência intrafamiliar.⁴⁷⁷

Em 1988, foi fundada a ABRAPIA, uma Organização Não-Governamental, entidade privada com objetivos públicos, reconhecida como de utilidade pública em nível federal, estadual e municipal. Através de intenso trabalho de equipe e da sensibilização e cooperação de parceiros, a ABRAPIA vem atingindo, rigorosamente, suas metas, conscientizando a sociedade para os riscos sociais e pessoais e, sobretudo, devolvendo a auto-estima de crianças e adolescentes vitimizados e explorados.⁴⁷⁸

⁴⁷⁴ ABMP. Disponível em: www.abmp.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁷⁵ ABMP. Disponível em: www.abmp.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁷⁶ VILHENA, Carlos. **Assinado convênio de combate à pedofilia na internet**. Disponível em: www.abmp.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁷⁷ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁷⁸ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

3.3.1.1. SOS-CRIANÇA

Um dos programas desenvolvidos pela ABRAPIA é o SOS-CRIANÇA.⁴⁷⁹ O mesmo teve seu início em dezembro de 1988, tem como objetivo o recebimento de denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes, de ordem física, psicológica, sexual e negligência. As comunicações podem ser feitas pessoalmente, por telefone, carta, fax e por e-mail.

A partir da denúncia, providências são tomadas por uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, psicólogos e advogados que através de um atendimento psicossocial, buscam desenvolver um trabalho colaborativo, de conscientização e reintegração do núcleo familiar com as crianças, adolescentes e suas famílias, utilizando entrevistas, visitas domiciliares ou institucionais. A ABRAPIA, quando necessário, faz encaminhamentos sociais e presta serviços que visam a uma convivência familiar saudável para a criança ou adolescente vitimizado.

Após 11 anos de sua implantação, em agosto de 1999, a Abrapia se viu obrigada a restringir as atividades deste programa de atendimento integral às vítimas de violência doméstica no Estado do Rio de Janeiro, por falta de recursos financeiros. As denúncias devem ser feitas aos Conselhos Tutelares já implantados ou juizados da infância e da juventude em todo o país.⁴⁸⁰

3.3.1.2. SISTEMA NACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Esse sistema foi implantado em fevereiro de 1997 e tem como objetivo receber, retransmitir, tratar, divulgar, monitorar e avaliar denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes. O programa previu a existência de Unidades de Referência em todo o território nacional, responsáveis pela recepção das denúncias em seu Estado e pelo retorno das informações que alimentam a Central de Dados instalada na ABRAPIA.⁴⁸¹

⁴⁷⁹ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸⁰ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸¹ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

O sistema referido anteriormente, é um programa da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, com o apoio da EMBRATUR e operacionalizado pelo Departamento da Criança e do Adolescente, pela ABRAPIA e outras instituições parceiras em todo o país.

3.3.1.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Através deste programa⁴⁸², a ABRAPIA ministra cursos e palestras sobre os temas que trabalha, participando também de eventos como congressos, encontros e reuniões sobre assuntos relativos à criança e ao adolescente. Juntamente com representantes da sociedade civil, divulga conhecimentos e realiza consultorias, além de sensibilizar outras pessoas que passam a colaborar com a causa.

3.3.1.4. COMUNICANDO O DIREITO

A ABRAPIA acredita que a prevenção é a única maneira de impedir a violência doméstica, por isso desenvolve materiais didáticos e informativos para a população em geral e para os profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com crianças e adolescentes. Divulga informações sobre violência contra a criança e o adolescente e orienta sobre o que fazer para preveni-la. Além disso, divulga, continuamente, os direitos da criança na mídia.⁴⁸³

3.3.2. UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Os primeiros programas do UNICEF forneceram assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Em

⁴⁸² ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸³ ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

1950, o UNICEF teve seu mandato ampliado para atender as crianças em desenvolvimento de todo o mundo e, em 1953, tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas.⁴⁸⁴

O princípio básico do UNICEF é o de promover o bem-estar da criança e do adolescente, com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, credo, nacionalidade, condição social ou opinião política.⁴⁸⁵

“Criança, prioridade nacional”. É o lema que sintetiza a estratégia de ação adotada pelo UNICEF no Brasil e o título do Programa de Cooperação assinado com o Governo Brasileiro, em sintonia com a Constituição. O UNICEF mantém acordos de cooperação técnica e financeira com organismos governamentais e não-governamentais que lutam contra todas as formas de violência que atingem a criança, o adolescente e a mulher.⁴⁸⁶

Hoje, o UNICEF tem caráter semi-autônomo, com Junta Executiva e Secretariado próprios. A Junta Executiva é composta de 41 representantes de países-membros da ONU, que se reúnem uma vez por ano para estabelecer as políticas do UNICEF, examinar os programas e aprovar os acordos de cooperação assinados com 161 países em desenvolvimento, apoiando os governos e organizações não-governamentais nos seus esforços para atender crianças, adolescentes e mães.

3.3.2.1. CAMPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Um dos projetos realizados pelo UNICEF, no Brasil, foi a Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Lançada em julho de 1995, na Bahia, resultou num processo de mobilização social ainda em curso. Desenvolvida a partir de uma articulação de entidades civis e governamentais, sob a coordenação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, a campanha envolveu os principais segmentos ligados direta ou indiretamente à questão.⁴⁸⁷

⁴⁸⁴ UNICEF. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸⁵ UNICEF. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸⁶ UNICEF. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸⁷ UNICEF. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

3.3.3. CEARAS

Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual - CEARAS⁴⁸⁸, é um centro especializado nas questões referentes ao abuso sexual intrafamiliar.

Nesse Centro é feito o atendimento em saúde mental nos níveis individual e familiar para pessoas envolvidas em relações incestuosas. São atendidos, individualmente, quem sofreu abuso e quem o cometeu. O atendimento familiar é dirigido a todos os membros da família. Há estágio anual para profissionais da área de saúde mental, no qual o estagiário realiza atendimento e pesquisa supervisionados.

O abuso sexual deve, antes, ter sido denunciado à Justiça para que as pessoas envolvidas sejam atendidas pelo CEARAS. As famílias passam por uma triagem que é realizada às segundas-feiras das 09:00 às 10:00 horas e às sextas-feiras das 15:00 às 16:00 horas.⁴⁸⁹

3.3.4. CRAMI

Um grupo de profissionais voluntários, em 1985, das áreas de medicina, serviço social, psicologia, direito, comunicação social e outros membros da sociedade civil local se reuniram para discutir a questão dos maus-tratos na infância, especificamente crianças vitimizadas por espancamento violento e abuso sexual, ocorridos dentro do lar, provocados pelos pais ou responsáveis.⁴⁹⁰

Os casos registrados no Hospital Infantil e na imprensa local no município de Santo André-SP levaram aos técnicos a suposição de que, na comunidade, a quantidade de casos de maus-tratos representava um número muito maior do que se podia imaginar. Sem qualquer vinculação político-partidária ou religiosa e com objetivo puramente científico, o grupo reuniu-se, sistematicamente, de 1984 a 1988 e no mesmo ano, em outubro, foi fundado

⁴⁸⁸ CEARAS. Disponível em: www.cearas.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁸⁹ CEARAS. Disponível em: www.cearas.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹⁰ CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD-CRAMI, espelhado na experiência de Campinas, através do Dr. Hélio de Oliveira Santos.⁴⁹¹

O CRAMI é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos e não governamental, localizada no município de Santo André-SP. O objetivo é atender crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, negligência, abandono, violência física, psicológica e abuso sexual. O trabalho é realizado por uma equipe multidisciplinar das áreas de serviço social, psicologia e medicina. O Centro conta com a colaboração de pessoas da sociedade civil que atuam na área de eventos para arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de manter os serviços da entidade.⁴⁹²

O projeto CRAMI pretende atingir a população em situação de risco, ou seja, prioritariamente crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, atuando em duas frentes de ação: no trabalho emergencial denominado curativo e no trabalho profilático chamado preventivo. Pretende-se, através dessas ações, minimizar a problemática da violência doméstica na região, fornecendo apoio social, psicológico e jurídico à população de risco.⁴⁹³

A referida entidade tem como objetivo central o registro, tratamento e reabilitação das situações de violência doméstica ocorrida no seio familiar. Há o registro de agressões cometidas contra a criança e o adolescente. A partir dele são realizadas pesquisas científicas para reciclar os técnicos, divulgar na mídia seus resultados e promover um debate na sociedade sobre a questão dos maus-tratos.⁴⁹⁴

No que se refere ao tratamento e reabilitação, os técnicos do CRAMI orientam a família agressora e buscam alternativas para ela, valorizando a vítima dentro do lar. Quando necessário, a família é encaminhada para a equipe de psicologia para um tratamento mais profundo. A prevenção é promovida junto às comunidades locais através de discussões onde se possa conscientizar os pais da real importância da não-violência para seus filhos, tentando com isto a sua diminuição no próprio lar.⁴⁹⁵

⁴⁹¹ CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹² CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹³ CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹⁴ CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹⁵ CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

3.3.5. CECRIA

O Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, é um centro de pesquisa, capacitação e formação, criado em setembro de 1993, para estudar as questões relacionadas à violação, promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente. Portanto, o objetivo geral desse instituto é desenvolver estudos, pesquisas e ações para subsidiar políticas públicas e organizações da sociedade civil na defesa dos direitos da criança e do adolescente.⁴⁹⁶

O CECRIA, em parceria com o Ministério da Justiça e o UNICEF, implantou em 1997, com o apoio da EMBRATUR, um Banco de Dados sobre exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil, na tentativa de subsidiar as políticas sociais, a capacitação e a pesquisa.

O Banco de Dados integra a Rede de Informações sobre Violência Sexual Infanto-Juvenil - RECRIA, constituindo-se em um instrumento estratégico para a descentralização político-administrativa e participação da sociedade civil, consagrados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.⁴⁹⁷

A RECRIA está disponível para todos os órgãos públicos, entidades sociais, pesquisadores e organismos internacionais que atuam na prevenção, atendimento e defesa de crianças e adolescentes, violados sexualmente.

O CECRIA desenvolve muitas atividades, dentre as principais destacam-se⁴⁹⁸: a realização do “Seminário sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas”. Encontro preparatório para o Congresso de Estocolmo; a realização das oficinas: indicadores, conceitos, projetos e programas, promoção de recursos humanos sobre exploração sexual comercial e abuso sexual de crianças e adolescentes; o acompanhamento da CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre abuso, exploração e maus-tratos contra crianças e adolescentes no Distrito Federal; a participação na Comissão Interestadual de combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste –

⁴⁹⁶ CECRIA. Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹⁷ CECRIA. Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁴⁹⁸ CECRIA. Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

CIRCO; a participação na Comissão Nacional para a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Exploração e Abuso Sexual de crianças e adolescentes.

Os projetos⁴⁹⁹ do CECRIA em 2000 são os seguintes:

Fala Juventude – é um trabalho que visa sensibilizar e motivar a participação de adolescentes envolvidas na prática da exploração sexual, tendo em vista o “protagonismo juvenil”. A coordenadora do projeto é a professora Maria Lúcia Leal.

Circuito e Curtos-Circuitos no atendimento, prevenção, defesa e responsabilização do abuso sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal – o objetivo é identificar e analisar, nas agências governamentais e não-governamentais, os dispositivos facilitadores e os obstaculizadores do fluxo de prevenção, atendimento, defesa e responsabilização, referentes ao abuso sexual extra e intra-familiar contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. Os professores Vicente Faleiros e Eva Faleiros são os coordenadores.

Implementação do Sub-programa do Banco de Dados sobre abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes da região Centro-Oeste – a finalidade é de fortalecer a articulação técnica e política entre ONGs, instituições de pesquisa e conselhos. Implementar o Sub-programa da região Centro-Oeste, acompanhar, avaliar e qualificar as ações de enfrentamento em cada localidade. A coordenadora do projeto é Karina Figueiredo.

Investigação e Atenção ao Fenômeno da Exploração Sexual Comercial de Adolescentes – o objetivo é caracterizar as formas de exploração sexual comercial, mais usuais, na área do Distrito Federal e localidades próximas, através das falas das adolescentes que estão em abrigo de proteção às vítimas de exploração sexual comercial. Neide Castanha é a coordenadora.

⁴⁹⁹ CECRIA. Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

3.3.6. CAMPANHA NACIONAL PELO FIM DA EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA E DO TURISMO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este texto foi editado pelo Instituto de Estudos Sócio-econômicos-INESC, destacando-se as estratégias e ações desta Campanha.

O INESC é uma organização não-governamental, sem finalidades lucrativas, voltada ao desenvolvimento institucional e político da sociedade civil em suas relações com o Parlamento. É uma entidade independente e autônoma em relação ao Estado, partidos políticos e igrejas.⁵⁰⁰

O INESC foi criado em 1979 e atua, principalmente, nas áreas da criança e adolescente, agrária, meio ambiente, gastos públicos e política internacional. Tem a missão de

“Contribuir para a promoção e o fortalecimento da democracia representativa, participativa e plural, que garanta os direitos humanos, a cidadania, a diversidade e o pluralismo, a sustentabilidade socioambiental e a equidade de gênero, mediante a inclusão social, política, econômica e cultural. Para tanto, desenvolve ações relativas à aprovação de leis, pelo Congresso Nacional, que concedam base legal às políticas públicas em políticas de natureza social”.⁵⁰¹

As ações da referida Campanha⁵⁰² compreendem as seguintes estratégias: articular e promover a adesão de maior número de ONG's, nacionais e internacionais, entidades sindicais, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, empresariais e de trabalhadores e organizações de cooperação; veicular nacionalmente a campanha nos meios de comunicação, televisões, rádios, jornais, revistas e *out doors*, buscando a sua veiculação gratuita; promover fóruns, debates, seminários, grupos de trabalho, jornadas, palestras e outros; produzir material de divulgação da Campanha como cartazes, *folders*, panfletos, *bottons*, adesivos e dossiês; elaborar material dirigido ao público específico, tais como, profissionais de comunicação, motoristas de táxi e de caminhão e do ramo turístico; estreitar relações de intercâmbio, solidariedade e cooperação com organismos e entidades internacionais, visando fortalecer os objetivos da Campanha; envolver os Conselhos Estaduais e Municipais para que estes incluam esta reflexão na formulação de políticas públicas de

⁵⁰⁰ INESC. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁵⁰¹ INESC. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

⁵⁰² INESC. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

atendimento, bem como na fiscalização de suas execuções; criar um disque denúncia em cada Estado como forma de captação de informações.

A criação de grupos de trabalho⁵⁰³ tem os objetivos abaixo mencionados:

GT Jurídico: elaborar mecanismos de ação/intervenção com instrumentos concretos para serem acionados com base em experiências nacionais e internacionais.

GT Acompanhamento Parlamentar Permanente: atuar junto ao Congresso Nacional, apresentando propostas, emendas e projetos de lei frente à temática. Articular entidades e fóruns que já atuam nesta área.

GT Comunicação: gerenciar toda esfera de comunicação de âmbito nacional e internacional agilizando uma rede de denúncias com campanhas semelhantes. O grupo poderá ser subdividido em: material multimídia, material didático e estratégias de comunicação.

O trabalho dessas entidades é necessário e seu propósito tem de ser atingido rapidamente, terminando com o envolvimento de crianças e adolescentes na exploração sexual. Esse tipo de atividade deve ser desenvolvido pelas autoridades brasileiras e a sociedade, em conjunto.

Como cidadãos, temos a responsabilidade de encontrar soluções urgentes para modificar essa realidade. Para tanto, é necessário que se criem mecanismos de combate a qualquer espécie de violência, principalmente a sexual, priorizando a dignidade do ser humano, em especial a da criança e do adolescente.

⁵⁰³ INESC. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da exploração sexual, tratando-se da criança e do adolescente, deve ser visto de um modo especial, pois refere-se a pessoas em fase de desenvolvimento. A violência sexual é um ato contra a liberdade sexual e a integridade física e psicológica, expondo a criança a estímulos emocionais para os quais ela ainda não tem maturidade suficiente.

No conceito de exploração sexual, está presente a dominação exercida pelo homem adulto sobre a criança e o adolescente. A relação de exploração que ocorre entre o homem e a criança é uma relação de poder, que é exercido basicamente pelo masculino.

No Brasil, a exploração sexual infanto-juvenil encontra um ambiente propício para proliferar em razão das desigualdades econômicas e sociais. Em certos casos, os próprios pais encaminham suas filhas à prostituição, como forma de sobrevivência ou a filha é vitimizada sexualmente pelo pai. As condições de miserabilidade material ensinam as crianças e adolescentes que pode haver o comércio de seus corpos como uma mercadoria.

Outro fator que contribui para o desenvolvimento da prostituição é a ideologia machista, em que crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual, percebem que não são dignas da sociedade em que vivem, tendo como única opção a prostituição. Existem outros fatores que também encaminham à prostituição como o precário sistema escolar brasileiro em que crianças e adolescentes não permanecem na escola e o tráfico de drogas em que adolescentes se prostituem para sustentar seu vício.

Verificou-se que a prostituição ocorre, também, na classe média e alta, tendo sua origem no desajuste familiar decorrente do excesso de trabalho e do uso de álcool que

causam, muitas vezes, a violência física ou o abandono da criança e do adolescente. A prostituição é uma fuga àquela família desajustada.

No que se refere ao aspecto cultural da nossa sociedade, a prostituta faz parte da imagem da família brasileira, onde homens de todas as classes sociais abusam sexualmente das crianças e adolescentes, havendo contra essas pessoas uma discriminação.

Qualquer forma de violência deve ser desprezada, porém, a violência sexual realizada pela família, constitui-se na forma mais grave, tanto no aspecto moral como psicológico. A família tem o dever de proteger seus filhos contra qualquer espécie de agressão. No incesto, há a dificuldade da denúncia pelos parentes; mãe e filhos em razão do sentimento de culpa, o que os torna cúmplices dessa violência. Uma das maneiras de impedir o incesto é a sua descoberta através da denúncia.

O incesto apresenta muitas conseqüências, entre elas, verifica-se que as suas vítimas se prostituem ou acabam se tornando adolescentes autores de atos infracionais. O abuso sexual é terrível, uma vez que a vítima do incesto sofre conseqüências psicológicas, podendo ter comportamento psicótico ou ser internada em hospitais psiquiátricos.

No tocante à exploração sexual comercial tem ocorrido uma espécie de negócio nos moldes capitalistas, ou seja, constitui-se uma empresa onde há um gerente e as prestadoras de serviços sexuais que recebem dinheiro pelo que fazem e por fim, calculam-se os lucros do negócio. Ressalta-se que o importante nesse tipo de negócio é o lucro que decorre da exploração do sexo, não importando o prejuízo causado às pessoas exploradas, mesmo se elas forem crianças ou adolescentes.

No Brasil, tem aumentado o sexo-turismo e, conseqüentemente, a exploração de crianças e adolescentes. Verificou-se que Recife é referência em sexo-turismo no mundo inteiro ocorrendo a exploração sexual pela facilidade de se entrar em Pernambuco pelo aeroporto onde os agentes da exploração aguardam os estrangeiros para encaminhá-los aos hotéis especializados. Constatou-se que há pouca repressão pela extensão da exploração sexual.

O comércio da pornografia infantil transformou-se em uma indústria milionária onde há muitos obstáculos para impedir seu crescimento. Entre eles, verifica-se a dificuldade de se efetuar a denúncia, pois os exploradores se previnem dela com ameaças, assegurando-se de que a criança não contará nada a ninguém. Além disso, a internet tem facilitado a distribuição da pornografia infantil, pela sua economia e simplicidade, tornando-se também um meio de sedução e aliciamento.

Em relação à pedofilia, há os homens que não conseguem manter relações sexuais normais, substituindo-as por outras com crianças. Os pedófilos praticam o estupro, realizando violência aos órgãos genitais das meninas ou meninos e também realizam o atentado violento ao pudor. O pedófilo pode apresentar desenvolvimento sexual retardado permanecendo na fase infantil, possuindo um atraso no seu desenvolvimento físico. Ressalta-se, ainda, que a pedofilia está presente em todas as classes sociais, tanto pobre quanto rica. Concluiu-se que não pode ser analisado somente o ato em si da pedofilia, mas deve ser considerada a personalidade do pedófilo.

O atual Código Penal trata dos crimes referentes à exploração sexual infanto-juvenil, no título VI, dos crimes contra os costumes, em que os crimes principais são os seguintes : Estupro, Atentado Violento ao Pudor, Sedução, Corrupção de Menores. No Lenocínio e do Tráfico de Mulheres, ainda no título VI, do Código Penal, encontram-se os crimes: Mediação para Satisfazer a Lascívia de Outrem, Favorecimento da Prostituição, Casa de Prostituição, Rufianismo e o Tráfico de Mulheres.

Verificou-se que, normalmente, a criança ou adolescente são levados à prostituição, tornando-se vítimas da falta de proteção do Estado. Crianças e adolescentes são torturados no comércio sexual. Nos tipos penais há a preocupação com os bons costumes e a moral pública sexual, porém, essas questões colocam-se numa análise posterior considerando a gravidade da exploração sexual de nossas crianças e jovens. Percebeu-se também que, apesar dos dispositivos penais proibindo a exploração infanto-juvenil na prostituição e no lenocínio, continua sendo exercida essa prática e poucas pessoas são presas, pois há uma tolerância de forma geral pela sociedade e autoridades.

Foi constatado que o Código Penal, ao tratar da exploração sexual, refere-se aos maiores de 18 anos e à prostituição feminina. Há a violência presumida quanto ao menor

de 14 anos, nestes casos, tendo a pena agravada, conforme o artigo 224 do Código Penal. Na hipótese da vítima maior de 14 anos e menor de 18 anos, o Código Penal não tratou da questão. Portanto, a prostituição infanto-juvenil não obteve do Código Penal, o tratamento que merecia, inclusive, não há punição efetiva para esse tipo de delito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também prevê alguns crimes relativos à exploração sexual infanto-juvenil. No crime de Utilização de Criança ou Adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica, procura proteger, física e psicologicamente, o menor de idade nas participações na televisão, cinema ou teatro. A pena desse delito recebeu crítica por ser considerada de pouco rigor, e por esse motivo não diminuiriam as cenas de sexo explícito ou pornográficas, com crianças e adolescentes em filmes e novelas.

Outro delito contido no referido Estatuto denomina-se Publicação de Foto ou de Cena de Sexo Explícito ou Pornográfica, tendo a participação de crianças e adolescentes, os quais são vítimas da exploração na publicidade. No que se refere à Pedofilia, a lei 9.975/2000 acrescentou ao Estatuto, como crime, aquele que submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança considerou as diferenças religiosas, econômicas e culturais entre os povos, por isso, são aceitos os seus dispositivos, universalmente, representando os direitos essenciais para o pleno desenvolvimento de uma criança, como a liberdade, dignidade e direitos sociais. A Convenção trata, ainda, do direito de proteção da criança contra qualquer exploração sexual, tendo os Estados Partes o compromisso de tomar todas as medidas necessárias para impedir a exploração da criança, na prostituição ou espetáculos e materiais pornográficos. Portanto, é um instrumento jurídico valioso na busca da efetivação dos direitos da criança.

Durante a pesquisa surgiram algumas propostas para combater a exploração sexual infanto-juvenil como dar oportunidades de cultura e lazer à criança e ao adolescente para ele não entrar na exploração sexual. A escola também é essencial, pois é onde a criança aprende, obtendo conhecimento para a vida.

No que diz respeito às estatísticas da violência sexual contra crianças e adolescentes, verificou-se que, no Rio Grande do Sul, os dois crimes mais praticados foram o

Estupro e o Atentado Violento ao Pudor. A maioria dos crimes é contra o sexo feminino e a maior parte dos agressores não possui vínculo familiar com a vítima. Quanto às vítimas da violência sexual familiar, constatou-se que a idade delas variou de 2 a 17 anos, prevalecendo a idade de 10 a 14 anos e predominando o sexo feminino. As denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, aumentaram este ano, 223% em relação ao ano passado. Ainda, o tipo de exploração que mais cresce entre as denúncias é a pornografia infantil na Internet.

A ação civil pública é um instrumento que pode ser usado no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a qual pertence aos interesses difusos, porém, é pouco utilizado pelos operadores do direito e Judiciário. Concluiu-se que as ações civis públicas devem ser interpostas porque o Estado não cumpre com suas políticas sociais. Entretanto, evita-se esse tipo de ação porque há o receio pelo Judiciário de que não seria sua a competência para julgá-la e, sim, que se trata de uma questão a ser resolvida pelos poderes Executivo e Legislativo.

Não se pode temer o ajuizamento de ações, com a finalidade de pôr em prática, os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes, evitando-se com isso a exploração sexual. Quando o Estado se omitir perante uma política social ou ação individual prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é preciso o uso da via jurisdicional.

Verificou-se que existe um trabalho, com a finalidade de combater a exploração sexual infanto-juvenil, realizado por entidades governamentais e não-governamentais. Neste estudo, ficaram evidenciadas as ações dessas entidades, as quais são indispensáveis para diminuir a exploração sexual. Além disso, é uma tarefa que deve ser desenvolvida, conjuntamente, pela sociedade e governo.

Conclui-se que, para o fim da exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho a ser realizado deve ser bem articulado, que tenha continuidade, ao longo dos anos, oferecendo oportunidades de sobrevivência, estudo e lazer aos jovens sem condições econômicas, para não entrarem na prostituição. Pretende-se, desse modo, proteger os direitos da criança e do adolescente, ou seja: direito à liberdade sexual, à dignidade, à integridade física e psicológica, afastando qualquer espécie de violência, principalmente, a sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABMP. Disponível em: www.abmp.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

ABRAPIA. Disponível em: www.abrapia.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

ANDI. Disponível em: www2.uol.com.br/andi/direto/direto33.htm. Acesso em: 10 set. 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, Maria Amélia. et al. (org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997.

BANDEIRA, Lourdes. A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In: BONTEMPO, Denise et al. (org). **Exploração Sexual de meninas e adolescentes no brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CEARAS. Disponível em: www.cearas.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

CECRIA. Disponível em: www.cecria.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. Prostituição da criança e do adolescente. **Consulex-Revista Jurídica**, Brasília, DF, n.43, 2000.

COHEN, C. **O incesto um desejo**. São Paulo: Casa da Psicologia, 1993.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1992.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. “A convenção internacional dos direitos da criança”. In: SIMONETTI, Cecília. et al. (orgs.). **Do avesso ao direito**. São Paulo: Malheiros. 1994.

CRAMI. Disponível em: www.crami.com.br. Acesso em: 10 set. 2001.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

DUNAIGRE, Patrice. **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Saraiva, 1994.

ELUF, Luiza Nagib. **Crimes contra os costumes e assédio sexual**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GABEL, Marceline (org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNGRIA, Nélson; LACERDA, Romão Côrtes; FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao código penal**. v.8. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

IIN – Instituto Interamericano del Niño. In: PINTO, Maria Lúcia. Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final. Brasília, 1999.

INESC. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Malheiros editores, 1997.

MATTER, Alfredo. **O delito sexual**. São Paulo: Livraria Correa, 1957.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação e estratégia. **Saúde em Debate**, Paraná, n.39, 1993.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOTTA, Patrícia. Prostituição infantil: enfoque jurídico do sexo-turismo no Brasil. **Consulex-Revista Jurídica**, ano I, n.6, 1997.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Jardelina de Santana. **Educação sexual direito de família: violência sexual**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1993.

PEREIRA, Tânia da Silva. “A convenção e o estatuto: um ideal comum de proteção ao ser humano em vias de desenvolvimento” in PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente: estudos sócio-jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

PINTO, Lúcia Luiz. Paineis nacionais sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. In: BONTEMPO, Denise. et al. (org). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995.

PORTILLO, Zoraida. O calvário dos inocentes: agravamento da crise social cria campo fértil para o aumento dos casos de abusos sexuais infantis. **Cadernos do Terceiro Mundo**, n.195, ano XXI, 1996.

POSTERLI, Renato. **Transtornos de preferência sexual: aspectos clínico e forense**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos; 1999/2000**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 2000.

ROSA, Antonio José Miguel Feu. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia et al (orgs). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1991.

_____. **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995.

SANTOS, Noélia Oliveira Dias dos. Abuso sexual: vítimas das relações familiares. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v.8, n.1/2, 1995

SATTLER, M. K. Incesto: fantasia ou realidade? Rio de Janeiro: **Nova Perspectiva Sistêmica**, n.4, 1994.

SOARES, Orlando. **Sexologia forense**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

TRINDADE, Eliane. Microempresárias do sexo. **Revista Isto É**, n.1464, 1997.

UNICEF. Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

VAIZ, Marlene. Painel nacional sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no brasil. In: BONTEMPO, Denise et alii(org). **A exploração sexual de meninas e adolescentes no brasil**. Brasília: Unesco/Cecria, 1995.

VARELA, Denise M. Furtado. Violência contra a mulher; depoimento. **Revista de Psicologia, Ciência e Profissão**, a.8, n.2, 1988.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Ltr, 1999.

_____. **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998.

_____. **Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

_____. **Temas de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1997.

VILHENA, Carlos. **Assinado convênio de combate à pedofilia na internet**. Disponível em: www.abmp.org.br. Acesso em: 10 set. 2001.

VILLAS BOAS, Vinícius. **Guias de ongs na net**. Disponível em: [Wysiwyg://4/http://Br.geocities.com/ongog2000/site.htm](http://4/http://Br.geocities.com/ongog2000/site.htm). Acesso em: 02 out. 2001.